

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e seis de abril de dois mil e catorze.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos. Temos aqui dez Pontos. Consta-me que há primeiro umas divagações. Vamos ver se não ficávamos aqui como na última vez até à hora que foi. A esse propósito eu queria-lhes dizer e apelava para que efetivamente houvesse alguma contenção porque estivemos aqui quase quatro horas no Período de Antes da Ordem do Dia.

Queria apresentar, embora já o tenha feito pessoalmente, os pêsames ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Correia, pelo falecimento de sua esposa.

E porque a vida é assim, quero felicitar a Sra. Arquiteta Élia Feiteira, Membro desta Assembleia Municipal, que foi Mãe, o que naturalmente também nos regozijamos.

Queria também dar os parabéns à Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços pelo Moral que foi exposto ao público e também pelo Monumento ao Dr. Correia das Neves. É de facto uma obra de muita imaginação e de muita beleza e penso que a Junta está efetivamente de parabéns.

Queria manifestar o meu repúdio pelo fecho das Repartições de Finanças que estão a acontecer como também outros serviços e que acabam por ser o fruto da política que já vamos estando habituados nos últimos anos, com o prejuízo que é conhecido para as populações.

Como já foi falado na última Sessão da Assembleia Municipal, no Período de Antes da Ordem do Dia, o PS tem vinte e cinco minutos para fazer as suas intervenções, o PSD tem dez minutos, o CDS-PP tem cinco minutos e os Senhores Presidentes de Junta independentes e da CDU, que são três, têm cinco minutos porque não se pode dar menos.

O Período máximo previsto para o Período de Antes da Ordem do Dia é hora e meia. Se eu ainda for o Presidente no fim do Período de Antes da Ordem do Dia espero que, de facto, não ultrapasse muito este tempo.

De seguida vamos fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal. Depois procederemos à aprovação da Ata da última Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e daremos início ao Período de Antes da Ordem do Dia.”

Seguidamente o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente a Sra. Arqt.<sup>a</sup> Élia Sofia Duarte Feiteira, a Sra. Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, que apresentaram justificação e solicitaram substituição, tendo sido substituídos pelos Srs. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, Luís Fernando da Conceição Santos e pela Dra. Marisa Isabel Rodrigues da Costa, respetivamente.

Também se encontrava ausente o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa e o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços que igualmente apresentaram a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), n.º1 do artigo 5º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dra. Cristina Fernandes Oliveira, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho e Eng.<sup>a</sup> Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Os Senhores Deputados têm algum reparo a fazer à Ata de vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze?”

Se não há reparos à Ata vamos proceder à votação.”

Efetuada a votação a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze foi aprovada por maioria com uma abstenção.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Análise, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), nº 1, artigo 26º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

III - Apresentação, nos termos da alínea b), do nº 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das grandes orientações para o ano de 2014 do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), do balanço da sua execução em 2008/2012, do trabalho a desenvolver em 2013/2018 e das metas para 2014/2018.

IV - Apreciação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2013.

V - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2013.

VI - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa.

VII - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

VIII - Aprovação, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do projeto de alteração ao Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Oliveira do Hospital.

IX - Aprovação, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao Regulamento da Zona Industrial do Concelho de Oliveira do Hospital.

X - Designação, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 31º do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 137/2013 de 7 de outubro, do representante no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte.

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Como tínhamos prometido, nós CDS e o Partido Social Democrata, mal tivéssemos oportunidade de ocupar este palco, apresentaríamos uma Moção de Confiança ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, António dos Santos Lopes. É público!

Lamentamos que não tenhamos tido oportunidade de o fazer anteriormente numa Assembleia Municipal Extraordinária porque teríamos a oportunidade de discutir este assunto numa Assembleia dedicada só a esse tema, mas a responsabilidade não é nossa. A responsabilidade é única e exclusiva do Partido Socialista e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, António dos Santos Lopes.

Hoje vimos para uma Assembleia Municipal Ordinária que ficará obviamente tomada de assalto por este tema e vai-nos impedir de discutir, mais uma vez, Oliveira e os Oliveirenses e todos os outros temas que temos na agenda política. Sabemos perfeitamente que este tema ocupará todo o espaço político desta Assembleia Municipal.

Depois, esclarecer que esta Moção de Confiança, que tenho aqui comigo e que entregarei à Mesa, e para que não existam equívocos e mal entendidos muitas das vezes alimentados de forma útil para a maioria, não é uma Moção de Apoio Político ao Sr. António Lopes.

Nós não vimos aqui defender o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Não vimos aqui apoiar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Não vimos aqui caucionar o comportamento político do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

O Sr. António Lopes foi candidato há oito meses e que não exista aí confusão e que não se faça qualquer tipo de demagogia barata. Nós não estamos com o Sr. António Lopes. Nós não queremos estar com o Sr. António Lopes. Nós não estaremos com o Sr. António Lopes. Não é disso que se trata.

Esta é uma Moção solidária com o Presidente da Assembleia Municipal. É uma Moção institucionalista solidária com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Solidária porque entendemos que o Sr. Presidente não possa ou não deve ser convidado a abandonar o seu lugar por elemento do partido pelo qual foi eleito só porque manifesta discordâncias políticas com o Executivo.

Solidária porque entendemos que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi aqui desconsiderado na última Assembleia Municipal naquilo que é uma competência dele e da Mesa e houve aqui uma imposição à força, à revelia da vontade do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à revelia da vontade de quem tem a competência de fazer o Regimento. Houve uma

imposição da parte do Partido Socialista sobre esse mesmo Regimento da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente viu-se obviamente aqui à frente do Órgão que tem a obrigação de gerir e de disciplinar destituído da sua dignidade política aos olhos de todos.

Também é uma moção solidária porque somos institucionalistas, somos de Partidos institucionalistas e respeitamos os Partidos e respeitamos os Membros dos Órgãos Autárquicos que têm funções institucionalistas nesses mesmos Órgãos Autárquicos.

Agora aqui chegados, é importante, até para que não se adensem ainda mais, e eu não lhe queria chamar pântano político como acabei por dizer na conferência de imprensa onde pedimos uma Assembleia Municipal extraordinária, não quero chegar a tanto, mas para que não se adense ainda mais este clima de instabilidade que tem vigorado no ambiente político concelhio. Isto só termina se o PS disser o que é que acha e o que é que quer fazer.

Hoje, o PS com a Moção que nós colocamos à Mesa, vai ser obrigado a falar e a dizer o que é que quer fazer.

É preciso que se diga e que se esclareça uma coisa, e digo isto com total sinceridade política, não é nenhum truque de manga, não vou tirar nenhuma pomba e pôr a voar, não é magia, não é nada disso. O PS apresentou-se nas últimas eleições autárquicas, e todos sabemos, com dois candidatos independentes aos principais órgãos de gestão autárquica, quer na Assembleia Municipal, quer na Câmara Municipal. Sempre fez uso desse carácter de independência e de suprapartidarismo. E bem! Há muita gente que votou no Partido Socialista, há muita gente que se candidatou pelo Partido Socialista, porque o Partido Socialista tinha essa aura de independência e tinha esse carácter suprapartidário. O Partido Socialista, todos sabemos e temos que ser sinceros a dizê-lo, não teria tido o resultado eleitoral que teve se não tivesse o candidato José Carlos Alexandrino e se não tivesse o candidato António Lopes. Todos nós sabemos isso. É isso que aqui hoje também vai ser julgado. É saber se o Partido Socialista partidariza o poder. Se ocupa aquela cadeira que ali está como membro do Partido Socialista, ou não! Se aquela cadeira for ocupada e for partidarizada pelo Partido Socialista é legítimo mas é uma aura de independência e é uma aura de suprapartidarismo que termina aqui. Isso que fique claro e que não restem dúvidas quanto a isso. É também isso que é hoje aqui julgado nesta Assembleia. É ou não o Partido Socialista, de facto, a tomar

conta do poder, a tomar conta dos principais órgãos de gestão autárquica ou não? É isso que vamos também aqui julgar.

Por isso deixo também um apelo ao voto nesta Moção por parte de muita gente que está aqui eleita nas listas do Partido Socialista nomeadamente alguns Senhores Presidentes de Junta que tenham isso em conta. Que tenham em conta esse peso. O peso de saberem que ao votar uma Moção deste tipo é votar entre um lado político que não está ligado a nenhum partido político e que está ligado sobretudo à terra e que foi apresentado assim politicamente e outro lado que não tem nada que ver com isso.

Termino, até porque o tempo é curto e não quero ocupar a Assembleia Municipal só com a minha voz, dizendo que é nosso entendimento, e o Sr. Presidente do PSD e Membro da Assembleia Municipal, Nuno Vilafanha, terá depois a oportunidade de fechar esta Moção com o tempo que também lhe cabe, mas dizendo que para nós e com o nosso entendimento, o voto, a manifestação política sobre o voto nesta Moção pode ser pública por parte dos partidos políticos ou Grupos desta Assembleia Municipal, mas deve ser secreta na votação. E é assim que é exigido pelo Regimento que os Senhores aqui aprovaram na última Assembleia que diz que quando as deliberações envolvem a apreciação de comportamentos ou qualidades de qualquer pessoa, são tomadas por escrutínio secreto. E acho que deveríamos fazer respeitar este artigo e dignificar a democracia que este artigo incorpora.

Passo a ler a Moção, que de seguida entregarei à Mesa:

*Nas duas últimas Assembleia Municipais assistimos a ataques vários do Sr. Presidente da Assembleia Municipal ao Executivo Municipal e à pessoa do Sr. Presidente da Câmara.*

*Na primeira das referidas Assembleias assistimos a vários convites de elementos do Partido Socialista para que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal abandonasse o cargo, simplesmente, pelo facto de este manifestar discordância com a condução de determinadas políticas do Executivo e assumir, vincadamente, a sua condição de independente nas listras do Partido Socialista.*

*Na última Assembleia Municipal assistimos, quando se discutia a possibilidade de se constituir um grupo de trabalho para a redação de um Regimento da Assembleia Municipal que reunisse a unanimidade de todos os partidos, à imposição e ao desrespeito do Partido Socialista pela figura do Sr. Presidente da Assembleia Municipal impondo, à sua revelia, a votação e aprovação do Regimento, quando sabemos que a competência legal, formal e*

*moral para a apresentação do mesmo é da Mesa da Assembleia Municipal e por maioria do Presidente da mesma.*

*Depois da última Assembleia Municipal assistimos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a anunciar que o concelho tinha sido objeto de “um golpe de estado” e que o Partido Socialista o tinha enganado na redação do Regimento que violentamente e por imposição tinha feito aprovar.*

*Aqui chegados exigimos uma clarificação ao Partido Socialista, sob pena de a política concelhia se transformar num pântano político em que, de certa forma, já gravitamos pelo silêncio, apatia e inércia do Partido Socialista.*

*Impõe-se um momento de clarificação em que a Assembleia Municipal reforça ou não o seu apoio e confiança ao Presidente da Assembleia Municipal, Sr. António Lopes, à sua independência e ao carácter suprapartidário com que o Partido Socialista anunciou a sua candidatura e eleição.*

*Assim, e porque esta situação prejudica e condiciona o normal funcionamento dos trabalhos na Assembleia Municipal, o PSD e o CDS apresentam uma Moção que, não sendo de apoio, é solidária e de confiança ao Presidente da Assembleia Municipal, com o propósito de esclarecer e aferir se há ou não confiança no mesmo por parte do Partido Socialista e, genericamente, por parte da Assembleia Municipal.*

*A posição inicial do PSD e do CDS é de apoio, solidariedade e de confiança na continuação do Sr. António Lopes como Presidente da Assembleia Municipal, não porque apoiemos politicamente o Sr. António Lopes, porque tenhamos o mesmo entendimento político partidário ou porque nos revejamos na sua atitude e comportamento político, mas antes porque é nosso entendimento que a sua destituição do cargo implica uma maior partidarização e conseqüente perda de independência da Assembleia Municipal, que se verá ainda mais tomada pelo Partido Socialista. O mesmo partido que, em campanha eleitoral, há não mais de oito meses, anunciava o carácter suprapartidário das suas candidaturas, confirmada nos seus primeiros candidatos à Câmara e Assembleia Municipal.*

*É sobretudo isso que fica em causa com a retirada de confiança política por parte do Partido Socialista ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal.”*

*Depois, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António dos Santos Lopes, que fez a seguinte intervenção:*

*“Sobre a questão que o Sr. Dr. Luís Lagos aqui levantou, efetivamente, foi-me feito um pedido para a realização de uma Assembleia Extraordinária e eu respondi ao CDS e respondi ao PSD que há normas para se convocar a*

Assembleia Municipal. É necessário que seja solicitada por um terço dos deputados, e pode ser convocada por iniciativa do Sr. Presidente. Não tendo um terço, naturalmente, não acedi a esse pedido porque também me parecia que não havia motivo de sobejo para convocar essa reunião da Assembleia.

Independentemente da discussão que aqui for travada, não há no Regimento nem na Lei, nada que “aqueça” ou “arrefeça” o Presidente da Assembleia Municipal com Moções de Confiança ou de falta dela.

A Lei tem um mecanismo para se retirar a confiança ao Presidente da Assembleia, que é o artigo 5º, nº 2 e nº 3 do Regimento e o artigo 46º da Lei 169/99, também nº 2 e nº 3, que diz que a Mesa pode ser substituída em qualquer momento e depois tem os restantes trâmites que acho que estão previstos no artigo 49º.

Naturalmente que as Moções têm que ser discutidas com a ausência do próprio. Enquanto eu estiver aqui cumprir-se-á como sempre se cumpriu o Regimento, as Leis e os princípios básicos da democracia. Eu retirar-me-ei quando efetivamente fizerem a discussão das Moções, como mandam as regras. Naturalmente que antes disso terei que dizer também alguma coisa.

O costume tem sido discutir no momento a Moção. Ela pode ser discutida ou não. Como estou informado de que há aí outras de sinal contrário, se calhar, discutíamos este assunto no final, se estivessem de acordo, depois de ouvirmos as diversas intervenções, púnhamos este assunto à discussão e naturalmente eu retirar-me-ia como mandam as regras da democracia. Eu gosto de as cumprir e tentarei que elas sejam cumpridas.

Eu só não queria estar a limitar porque eu estou informado que há outras posições. Era para juntarmos tudo para efetivamente ganharmos tempo. Também é verdade que ao vir discutir esta Moção acabará por ficar o problema resolvido. Se este for o entendimento vamos discutir a Moção e eu como digo nessa altura tenho que me retirar e nesse caso eu não o poderei fazer sem dizer alguma coisa. Por isso é que eu gostava de ouvir as diversas intervenções para poder ajuizar e não dizer por antecipação ou por defeito mais do que deva e menos do que é necessário. Se os condenados têm alguns direitos, eu pedia a compreensão da Mesa nessa situação, não o fazendo disso um “cavalo de batalha” porque, como digo, a democracia tem regras e não serei eu a violá-las.

Nos termos do artigo 19º, nº 2, do Regimento, a apreciação de comportamentos ou de qualidades, são efetuadas por voto secreto.

O que vai ser discutido são as qualidades, ou falta delas, do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.



Põe-se uma questão, que eu volto a dizer, que regimentalmente esta Moção não existe e por isso eu fazia já a minha intervenção.

Eu sinto-me muito confortável com os cerca de sete mil e novecentos votos que o eleitorado me deu. Foi há seis meses. Aliás, lamenta-se, e é essa a grande questão de fundo da discussão do Sr. Presidente da Assembleia Municipal com este Executivo, é que para este Executivo não há Leis. A Assembleia Municipal é uma caixa-de-ressonância, como disse o Sr. Presidente da Câmara aqui há dias numa resposta que me mandou, que para fazer cinco Assembleias por ano não são preciso muitos funcionários. O Sr. Presidente da Câmara acha-se no direito de dizer ao Presidente da Assembleia Municipal, que é uma competência dele, quantos funcionários é que a Assembleia tem que ter. Naturalmente que o Sr. Presidente da Câmara, como todos os Presidentes de Câmara deste país, são para aí uns noventa e cinco ou noventa e oito por cento onde isso acontece, são eleitos Presidentes de Câmara e no dia seguinte acham que são os donos da Câmara.

Como eu digo, nós hoje temos, de facto, uma política de muitos beijinhos e de muitos sorrisos mas no essencial, ou na essência da democracia, nada mudou neste Concelho. Continua a ser a política do quero, posso e mando e ai de quem esteja contra. Aliás, assistimos a alguns exemplos na própria campanha eleitoral onde eu me senti relativamente incomodado e disse logo ao Sr. Presidente da Câmara, na hora, que as pessoas têm o direito de votar onde querem e apoiarem os partidos que querem. Esta coisa de que as pessoas têm que pensar todas como nós... Eu penso diferentemente de vocês todos e não tem sido por aí que nós não nos temos entendido, e não é por isso que eu tenho sido desrespeitado ou que não sou respeitado.

Ao Presidente da Assembleia Municipal compete dignificar a Assembleia e é isso que eu tenho feito. Tive o cuidado de arranjar este livrinho que incomoda muita gente. Está lá o Sr. Prof. António Cândido de Oliveira que é a maior autoridade nacional nesta área, e ele diz rigorosamente aquilo que o Sr. Presidente da Assembleia defende.

Eu fui pedir votos e os meus votos não foram de papel pardo e os do Sr. Presidente da Câmara não foram de ouro. Os votos foram iguais para toda a gente e as competências de cada um de nós estão definidas na Lei. Há competências para a Assembleia Municipal, há competências para as Juntas de Freguesia, para as Assembleias de Freguesia, para os Presidentes de Câmara para as Câmaras para os Presidentes da Assembleia e para a Mesa da Assembleia e para a própria Assembleia.

A função primeira desta Assembleia, artigo 25º da Lei 75/2013, é acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara. Eu quando acompanho alguém normalmente vou ao lado. Não sei se há outra maneira de acompanhar?

Isto quer dizer que esta Assembleia tem que saber a cada momento o que é que se passa. Infelizmente há muita coisa que o Sr. Presidente da Assembleia não sabe e há muita coisa que esta Assembleia também não sabe, e ter havido uma falha não era grave mas já é grave quando o Presidente da Assembleia pergunta e não é informado, e é mais grave ainda quando é informado com mentira. Essa é que é a questão que eu não posso tolerar como Presidente da Assembleia Municipal e se o deixar de ser não vem mal nenhum ao mundo, toda a gente sabe que eu não preciso disto para nada, ando aqui porque gosto do Concelho e tenho dado provas. Até já fui acusado de arrogância. Toda agente sabe o que é que eu tenho feito, aliás estou com curiosidade para ver quem é a pessoa que me vem aqui substituir, porque eu estou à vontade para dizer, e não é com ofensa a ninguém, se calhar eu sozinho já demonstrei mais por este Concelho do que se calhar a maioria dos que estão aqui sentados do outro lado.

Disse-se aí que eu saio mal em todo o lado. É verdade! Saí da Covilhã onde dei quinhentos mil euros. O Presidente do Clube comprou o apartamento ao lado do Estádio, e eu não tenho dúvidas que foi com o meu dinheiro. Não estou a dizer que é isso que se passa aqui, não confundamos. Mas eu é que ainda sou o mau! Mas não é com isso que eu estou muito preocupado.

O que é meu dever é o que eu tenho feito e foi esse compromisso que eu assumi com o eleitorado. Deem-me confiança para eu ter responsabilidade.

Temos a Lei do Conselho Municipal de Segurança a 18 de julho de 1998 e ainda não chegou a este Concelho! Temos a Lei do Estatuto da Oposição que é de maio de 1998. Fiz questão para fazerem o relatório, era até ao dia 31 de março. Não sei se já vos foi entregue. Foi isso que eu quis fazer porque os oito candidatos que o Partido Socialista aqui apresentou antes de mim nenhum teve essa preocupação.

Comemorámos, ontem, quarenta anos do 25 de Abril e ninguém se tem preocupado com a essência da democracia que é isso que eu gostava e que eu pretendia e queria, e ainda quero, e vou tentar e vou lutar para, efetivamente, pôr aqui a democracia a funcionar neste Concelho. E o Sr. Presidente da Câmara não tem que dizer, como disse aqui há dias. Eu até posso ler rigorosamente o que ele disse: *“Fui eleito por oito mil trezentos e setenta e nove eleitores para ser Presidente da Câmara Municipal e para ser responsável pelos meus Vereadores e pela minha equipa para governar o meu Concelho, não deixarei,*

*e isto é uma declaração de honra, que outros que foram eleitos para outros cargos desempenhem o meu cargo”.*

Eu desafio aqui o Sr. Presidente da Câmara para dizer qual foi o dia, a hora e a situação em que eu interfeiri na vida da Câmara Municipal. E se o Sr. Presidente da Câmara quiser ouvir, e me derem algum tempo, eu digo as muitas vezes que o Sr. interfeiri e continua a interfeiri nesta Assembleia Municipal, inclusive dizendo por aí que eu vinha ao 25 de Abril e que esta era hoje a última Assembleia. Portanto, eu venho preparado porque eu é que, se calhar, lhe posso fazer uma Moção de Censura para ir para a rua. Não conheço nada na Lei que me ponha a mim. O Senhor acha que me vai despedir, e até acredito que o vá conseguir. Mas não ganha a democracia e não ganha o Concelho, de certeza absoluta, com essas atitudes.

O Sr. Presidente da Assembleia tem tentado escrupulosamente implementar a democracia neste Concelho e conseguir que haja o respeito entre os órgãos. E é a Câmara que responde perante esta Assembleia, artigo 239º da Constituição, artigo 3º da Carta Europeia do Direito Local, não é a Assembleia que responde perante a Câmara. Porque em alguns países nesta Europa a vinte e sete, há muitos países em que nem sequer há Executivo Municipal. É a Assembleia que contrata um gestor. Ponham-me lá na rua se quiserem mas ficam com o ónus de que fizeram primeiro com o Regimento e agora com a atitude que querem tomar fazendo um mau serviço a este Concelho. Não estou nada envergonhado nem arrependido daquilo que fiz, e tenho até algum orgulho, e ainda não foi há muitos dias que aqui foi dito que eu trouxe a democracia a esta casa. Não foi há muitos meses que os Senhores diziam que eu era uma força da natureza e que era um homem com um coração do tamanho do mundo. O que é que mudou?

Pela primeira vez que os Senhores tiveram uma maioria absoluta e que podiam fazer uma gestão de fundo e um projeto para este Concelho, os Senhores começaram a discutir quem é que entra, e aqui com esta conversa para encher, de que é tudo pelas pessoas. Deste lado ou daquele, ao longo dos pontos nós então vamos discutir o que é tudo pelas pessoas! E o que é que então levou o Sr. Presidente da Assembleia a ficar tão mal disposto. Pelo menos dez vezes perguntei ao Sr. Presidente da Câmara quanto é que se gastou na Feira do Queijo, de há dois anos e do ano passado. E dez vezes o Sr. Presidente não me respondeu.

O Sr. Deputado da oposição Rui Abrantes perguntou aqui, e fez aqui afirmações, sobre gastos na Feira do Queijo e o Sr. Presidente da Câmara

mentiu a esta Assembleia. E não o deve fazer. Fica feio num órgão de soberania mentir. Quando o Sr. Presidente da Assembleia lhe perguntou quanto é que gastou, o Senhor disse aqui como resposta a este Deputado que era uma ofensa, e o Senhor disse que gastou de três a cinco mil euros. Pois, em refeições o Senhor gastou trinta mil duzentos e quarenta e oito euros diretos, fora aquelas que foram em subsídios através das Juntas de Freguesia.

Gastou sessenta mil euros numa Feira de Queijo para vender três toneladas. Está ali um Deputado que vende cento e cinquenta toneladas e não precisa de vir à Feira. O Senhor gastou mais de vinte euros por cada quilo de queijo vendido. Os pastores que o criam vendem-no a onze euros. É isto que é gestão? Deve o Presidente da Assembleia Municipal ficar calado e deixar andar o dinheiro conforme anda? Daqui a pouco vamos ver, no Ponto I, que já faltam trezentos mil euros para pagar as dívidas de curto prazo. Já andam a ser passadas cartas de conforto para algumas instituições para cobrar os seus dinheiros. E o Presidente da Assembleia sabe isto por fora, não sabe por informação de dentro, e que tinha obrigação de a ter.

Se os Senhores querem um cabide para o fato, como eu muitas vezes disse, não têm nem nunca terão. Se querem uma pessoa empenhada para ajudar a governar e a gerir os problemas do Concelho, podem ter a certeza que estão a falar com a pessoa certa. Já lhes disse que não sou cata-vento. Não estou agarrado a nenhum poder. Estou aqui para servir bem o meu Concelho e tiro do meu bolso quando pude, e ainda hei de voltar a tirar, pelo menos para os Bombeiros de Lagares da Beira porque tenho uma promessa de trinta e cinco mil euros e tenho que ver se lhos dou.

Eu não preciso de estar aqui. Faço agora aquilo que fazia ao anterior Presidente, e eu era um herói. Agora não estão a gostar do veneno? Mas eu sou igual! As minhas atitudes são as mesmas. Eu não mudei nada! Criticava o que estava mal no anterior regime e no anterior Executivo e critico o que está mal neste Executivo. Para já ficamos por aqui porque depois falaremos do resto.

Também quero dizer a esta Assembleia, e só ainda não o fiz porque sou o Presidente, e para não estar a chatear mais, mas no dia que passar para aí eu lutarei efetivamente porque não preciso de estar nesta Assembleia, e já que não sou respeitado como Presidente da Assembleia, e não sou ouvido como Presidente da Assembleia, e não consigo influenciar pela magistratura de influência como Presidente da Assembleia, por certo o farei através dos órgãos legais, que há muitos, e apesar de tudo ainda vão funcionando. Para já era isto que eu lhes queria dizer. Volto a dizer que a confiança ou falta dela, para mim é

nula e de nenhum efeito. Para me porem fora daqui há de haver uma votação segundo o artigo 19º como aqui disse.

A posição do Presidente da Assembleia é que se constitua um novo Ponto para discutir no fim da Ordem de Trabalhos. Desde já informo, pode ser esta a única atitude totalitária, se é para entrarmos aqui na chicana política, o ainda Presidente da Assembleia Municipal, como gosta de dizer o órgão de comunicação aqui presente, encerrará esta Assembleia no sentido de se provocar uma Extraordinária para então se discutir, como o Senhor diz e muito bem, toda esta problemática porque o que estamos aqui a discutir é, de facto, um golpe de estado. Primeiro pela legislação e agora pela demissão do Presidente da Assembleia, e espero bem que não me mandem para o exílio ou que não me enforcem aí. Se assim for, como disse Gomes Freire de Andrade, “*deem-me ao menos o poder de poder dar a ordem de execução ao pelotão de fuzilamento*”.

Quando acabarem, eu presumo que vai ser o Primeiro Secretário que vai dirigir os trabalhos, pelo menos é assim que diz o Regimento, agradeço-lhe que quando acabarem esta questão que me chamem.

Muito obrigado.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu gostava que o Sr. Presidente da Assembleia ouvisse uma parte da minha intervenção porque eu fui visado aqui na minha honra e por isso gostaria de, aqui, à frente de todas as pessoas fazer alguns considerandos sobre os considerandos que fez em relação ao Sr. Presidente da Câmara.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu não costumo atacar a honra de ninguém, nem costumo falar na vida pessoal de ninguém tudo o que disse está nas atas. Vá ver a resposta que deu ao Deputado Rui Abrantes.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Se o Senhor não me quer ouvir eu acho que demonstra claramente que fez um conjunto de afirmações que não são verdadeiras mas esclarecerei na mesma a Mesa. Eu gostava de fazer aqui algumas considerações. Descobri agora que afinal esta crise política tem um nome: É a crise política do queijo. Ainda não tinha descoberto isto porque nós já fazemos a Feira do Queijo há quatro anos e descobri isto agora. Mas tenho a certeza que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal me acusou, aqui, de querer ser o dono do Concelho e

dono da Câmara Municipal. Eu não tenho dúvidas de lhe devolver isso porque eu acho que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal queria ser o Presidente da Câmara e queria ser ainda mais, queria ser o líder da oposição. Queria fazer três coisas ao mesmo tempo. Era ser líder da oposição, ser Presidente da Assembleia e depois ser Presidente da Câmara.

Deixem-me recordar aquela crise que houve, e que depois houve declarações do Sr. Presidente, mas há uma história de verdade e há um documento, que com certeza se esqueceu, assinado entre as partes onde os princípios se regulavam e que foram absolutamente e sempre traídos por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente da Assembleia fez algumas coisas à revelia da Mesa escrevendo cartas ao Presidente da Câmara sem que os outros elementos da Mesa tivessem conhecimento, que poderia ler aqui.

O Sr. Presidente da Assembleia queria criar uma Câmara paralela à Câmara que existe. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal queria um Advogado em regime de disponibilidade. Queria um Engenheiro Civil em regime de disponibilidade. Queria um Economista a tempo inteiro e queria dois Administrativos a tempo inteiro. Percebe-se que queria criar uma Câmara paralela.

Há aqui um conjunto de inverdades que o Sr. Presidente da Assembleia tem passado. É verdade que há lacraus que morrem com o seu próprio veneno e por isso também há políticos que perderam. Aquilo que eu poderia perguntar era se há quatro anos durante a campanha, o que é que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal dizia sobre a Feira do Queijo? Era uma grande Feira do Queijo que trazia investimento a Oliveira do Hospital. Sobre isto dos cinco mil euros é absolutamente, e nós percebemos, se fosse só pelas palavras, a verdade do que foi dito. Houve, como eu disse, um documento escrito e a mim, os meus pais que eram humildes, ensinaram-me que a palavra valia. Mas quero dizer-vos que esse documento, que está escrito, e que o posso tornar público, tem a assinatura do Sr. Presidente da Assembleia, onde ele se comprometia com um conjunto de princípios que nunca respeitou e que eu também assinei e respeitei aquilo que lá estava. Ele esqueceu-se disso!

A demonstração que ele queria ser o dono da Assembleia, aquilo de que ele acusa os outros, estão aqui os membros da Assembleia que sabem, porque meteu um novo Regimento nesta Ordem de Trabalhos sem consultar a Mesa. Por alta recreação dele. Isto demonstra claramente o que queria. Mas mais! Não aceitou a democracia nesta casa. Em democracia, nesta casa, foi eleito um

Regimento com uma grande maioria. Porque esta questão do Regimento e do golpe de estado é uma falácia porque como vocês sabem não há nenhum Regimento que se sobreponha à Lei. O Regimento serve para as partes que são omissas.

Eu pergunto, se não está lá a Moção de Censura à Câmara Municipal? E pergunto também se algum Deputado quiser apresentar uma Moção de Censura a este Executivo não o pode fazer com base na Lei?

Eu não estou aqui para discutir com o Sr. Presidente da Assembleia porque as coisas foram o que foram, mas estarei disponível para mostrar um conjunto de inverdades que têm tentado passar na sociedade Oliveirense. Isso, na minha opinião não dá estatuto para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal continuar no cargo. Uma pessoa que passa e que diz um conjunto de mentiras, e que sabe que são mentiras, e que as vai repetindo em diferentes quadrantes, sobretudo onde há pessoas que são politicamente contra nós, não é de uma pessoa que tenha figura para que eu esteja sentado ao lado dele na Assembleia Municipal. Por isso, da minha parte, como eu disse, não foi este o caminho e não contribui nada para isto. Como eu disse, há um documento escrito de que se esqueceu com certeza, mas bastaria ter ficado a palavra.

Podia citar aqui muitos casos de imiscuição e de tentativa de se imiscuir em decisões da Câmara Municipal e até poderia citar um caso relacionado com o Presidente da ADEPTOLIVA mas não o vou fazer porque é uma questão que não interessa para isto porque o que nos interessa é trabalharmos todos no Concelho.

Esta crise entre o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, uma vez é com o Presidente da Câmara e outras vezes é com o PS e com o Dr. José Francisco Rolo, outra vezes é com os elementos da Mesa.

Foi um golpe de estado? Quando há uma lei é algum golpe de estado?

Ainda ontem foi reafirmada aqui a democracia no Concelho e não é preciso o Sr. António Lopes porque o Concelho tem democracia.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu desafiei o Sr. Presidente da Câmara a dizer qual era, objetivamente, e concretamente, o caso em que eu me imiscuí na Câmara e o Sr. Presidente continuou a falar em vago, que é muito bonito. Tem que dizer: O Senhor imiscui-se aqui, e eu digo onde é que o Sr. Presidente da Câmara se imiscuiu.

O artigo 26º, nº 2, diz que esta Assembleia tem um grupo de trabalhadores para o seu apoio e diz o artigo 31º que é o Presidente da

Assembleia que os dirige. E já agora, gostava que me dissessem, porque aqui fala-se muito: Primeiro o artigo 44º da Lei diz que o que esta Assembleia delibera é Lei e não poder ser mudado porque isto não é propriamente uma chafarica.

O artigo 44º da Lei diz “*os órgão das autarquias locais são independentes e as suas deliberações só podem ser suspensas, modificadas, revogadas ou anuladas nos termos da Lei*”. Eu não posso aqui aprovar nada acima da Lei mas posso aprovar abaixo. Portanto, para mim o Regimento desta Assembleia está em vigor. Foi deliberado por livre vontade dos Senhores Deputados que aqui estão e segundo o artigo 44º é Lei e, neste momento, não se pode fazer uma Moção de Censura ao Executivo, até que alguém me prove o contrário.

Eu disse nesses escritos que o Sr. Presidente da Câmara aí citou, eu tenho-os aqui para os ler, mais à frente. Eu disse ao Sr. Presidente que quando tivesse dúvidas das minhas exigências para fazer o favor de pedir o esclarecimento à entidade da tutela. Já pediu algum Sr. Presidente? Já que é assim, vamos lá às interferências do Presidente da Assembleia: O Sr. Presidente da Assembleia, como já disse, pediu a tal informação sobre a Feira do Queijo.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu-me, no dia 31 de dezembro, que se eu queria as informações que fosse lá aos serviços ver. É assim que se trata o Presidente da Assembleia Municipal. O Sr. Prof. Mário Alves, que eu dizia que era um homem autocrático, e era, um dia mandou a Dra. Ângela entregar no meu escritório uma caixa cheia de informação relativa às Águas do Zêzere e Côa. O atual Presidente da Câmara diz ao Presidente da Assembleia Municipal, como diz aí no livro o Dr. António Cândido de Oliveira, se quer informação vá ver dela. Se eu quero informação e se eu quero ver as faturas da Feira do Queijo que vá ver delas aos serviços. Eu sei bem porque é que o Sr. Presidente não mas mandou!

Pedi informação: “*Na sequências dos documentos anteriormente fornecidos agradecemos a disponibilização dos documentos de suporte, faturas dos gastos ocorridos com a Feira do Queijo*”. O Sr. Presidente da Câmara responde: “*Informo V. Exa. que os documentos em causa estão disponíveis para consulta bastando para tal indicar formalmente as datas e horas pretendidas para o efeito*”. Os documentos apresentam-se no gabinete do Sr. Presidente da Assembleia, que ainda é a principal autoridade neste Concelho.



Pedi efetivamente um Advogado em regime de disponibilidade. Pedi efetivamente um Engenheiro Civil em regime de disponibilidade e sabe para quê Sr. Presidente? Para eu saber determinados licenciamentos que são feitos. Para eu saber, por exemplo, quanto é que se gastou no campo de futebol de Oliveira do Hospital, que nunca soube e que devia saber. E só soube que estava a ser feito quando o Vereador Mário Alves aqui levantou o problema porque se não até o teriam feito e eu não tinha dado conta. E quero, de facto, um Economista a tempo inteiro para eu saber o que é que se passa com as contas porque é um dever que eu tenho. E quero dois funcionários de apoio para recolherem a informação porque é um direito que esta Assembleia tem.

São quatro pessoas em quatrocentos funcionários. O Senhor tem hoje duzentos e quinze funcionários efetivos e tem cerca de mais cento e cinquenta que andam por aí por certo lá arranja três ou quatro funcionários para estarem ao serviço desta Assembleia que é o principal órgão do Concelho.

Eu já lhe disse que esta Assembleia e o seu Presidente fazem aquilo que entendem que são as atribuições e não aquilo que o Senhor gostaria que fizessem. Essa é que é a questão! O Senhor manda tudo e faz o que quer e até quer dizer ao Presidente da Assembleia o que é que ele deve fazer.

Mas continuando nos tais requerimentos: Eu respondi ao Sr. Presidente de acordo com o artigo 29º, nº 1, alínea d), *“Compete à Mesa verificar a conformidade legal e admitir as propostas da Câmara Municipal legalmente sujeitas à competência deliberativa da Assembleia Municipal”*.

Hoje o Presidente da Assembleia é responsável pela legalidade do que aqui se decide e se os documento vêm bem da Câmara Municipal pergunto porque é que o legislador aqui pôs no artigo 29º que a Mesa é responsável pela legalidade do que aqui se decide. A resposta que eu dei ao Sr. Presidente da Câmara, e para conhecimento desta Assembleia, foi esta que mantenho: *“Ao Presidente da Assembleia Municipal cabe exercer as suas funções no estrito cumprimento da Lei e não mais do que isso. Quando assim não se entenda ou se consideram abusivas as interpretações da Mesa por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, desde já se solicita a V. Exa. a interpretação das mesmas, às entidades de fiscalização, evitando-se, assim, discussões escolásticas, que em nada servem a boa gestão Municipal. Para dizer que, os requerimentos apresentados consubstanciam o nosso entendimento da Lei, no que, até prova em contrário não concedemos. Aproveito o ensejo para enviar a V. Exa. os meus melhores cumprimentos e votos de Feliz Ano Novo”*.

Portanto, Sr. Presidente, eu como não sou Advogado e não tenho a pretensão de saber tudo dei-lhe esta sugestão. Quando o Senhor achar que eu estou a exorbitar pede à tutela se estou a exorbitar ou se não estou. O que sei é que esta Assembleia sempre fez e continua a fazer os serviços mínimos e pelos vistos não querem que ela faça mais do que isso. Eu quando passar ali para aquele lado pode ter a certeza que vou fazer. Já o fazia antes e não vai ser agora que eu vou deixar de o fazer. Se calhar é o momento de eu me ir embora e depois chamem-me. Discutam lá a Moção. Estão esclarecido os porquês. Façam lá como entenderem.”

De seguida o Sr. António dos Santos Lopes retirou-se do Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital. Passou a exercer as funções de Presidente da Mesa, em substituição, o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu também queria dizer duas palavras: Depois de trinta e seis anos ou trinta e sete anos que passei desse lado, e aqui nos últimos quatro anos e meio, ontem foi uma honra estar aqui e hoje, honesta e sinceramente, não sinto honra nenhuma em substituir o Presidente neste caso e neste momento. Enquanto o atual Presidente da Assembleia estiver ausente a Mesa tem que estar concluída e por isso vou convidar a Dra. Aldina para preencher a Mesa.

Nos termos do Regimento peço que nas vossas intervenções não ultrapassem os cinco minutos que são reservados a cada um dos Deputados e não me obriguem a tirar a voz a ninguém nestes poucos momentos que eu vou passar aqui. Agradecia que toda a gente tivesse isso em conta.”

De seguida foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício eu registo esse seu pedido mas obviamente não posso aceitar que um assunto destes seja restringido desta forma porque assistimos mais uma vez ao Sr. Presidente da Assembleia, António Lopes, a querer monopolizar as intervenções desta Assembleia e como tem feito anteriormente. As atas estão aí e os tempos estão gravados. O Presidente da Assembleia é o principal protagonista na utilização do tempo que ocupa nesta Assembleia quando deveriam ser os Deputados Municipais que estão aqui sentados. Eu, sinceramente, não aceito de bom grado esse tipo de coisas. Passemos à Moção:

- Eu agora registo, e penso que é um registo que o Partido Socialista vai fazer, que agora quem é líder da oposição nesta bancada é o Dr. Luís Lagos. O

PSD pelos visto já não tem voz, apesar de ser maioritário e de ter uma representatividade maior nesta Assembleia do que o CDS-PP, mas parece que agora o líder da oposição do grupo do PSD e do CDS-PP é o Dr. Luís Lagos. Registamos isso!

- Devo dizer que estranhámos esta Moção de Confiança por várias razões. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal não entende muito bem que confiança é que nós lhe temos que depositar ou demonstrar. Quando o Sr. Presidente da Assembleia é o primeiro, e ele tem responsabilidades acrescidas, a desrespeitar esta Assembleia. E tem a desrespeitado por várias vezes ao ponto de na última Assembleia Municipal ter ido longe demais. O Sr. Presidente da Assembleia de uma forma indigna, porque isto é uma forma indigna de uma pessoa que representa e está sentada naquela cadeira e que representa e que tem a responsabilidade que tem, e tem o desplante e a desfaçatez de na última Assembleia Municipal vir aqui, e é por isso é que eu digo aos Senhores da oposição, e aqui aplica-se o ditado popular “quanto mais me bates mais eu gosto de ti”. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal teve o desplante de vir a esta Assembleia, na última Assembleia, desrespeitar os Deputados Municipais que tem a obrigação de respeitar. Desrespeitou-os quando diz que na maior parte das vezes, diz ele e está na ata, “*não digo nada mas assim que se distribui a Senha de Presença começa tudo que até parece “o peixe a saltar por cima da rede” o que é sinal de que estão aqui muito enfadados. As pessoas estão muito preocupadas com o Concelho mas é na altura das eleições, depois é aquilo que nós sabemos*”.

Depois diz mais, diz que “... *os Senhores sabem muito pouco do que aqui estão a fazer e de quais são as vossas responsabilidades...*”, “*Vejo pelas intervenções, por aquilo que é aqui dito*”, “*Porque no essencial, do que é a democracia e do que são as atribuições desta Assembleia, esta Assembleia no seu todo continua descuidada, ou quase toda. Uns por interesses óbvios e outros por desinteresse e outros porque isto dá muita chatice e muito trabalho. E para já ficamos por aqui.*”

- Meus amigos, se isto é uma forma digna, e com elevação, para tratar os membros desta Assembleia, nós entendemos que não! Isto é uma forma indigna, os termos em que o Sr. Presidente da Assembleia se dirigiu na última Assembleia aos Deputados Municipais.

Democracia, meus amigos! Então o Sr. Dr. Luís Lagos diz que nós, e o Partido Socialista, desconsiderámos o Sr. Presidente da Assembleia! Quando é que o desconsiderámos? Votar, um ato normal em democracia, e isto é um órgão

democrático onde nós temos assento que funciona através das regras da democracia. Foi votado aqui na última Assembleia Municipal um Regimento que foi proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia, pela Mesa da Assembleia, e que foi posto à discussão e votação nesta Assembleia. Foi votado aqui democraticamente. A democracia funcionou aqui nesta sala como aliás sempre tem funcionado.

Agora, Sr. Dr. Luís Lagos, se a oposição e se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não querem aceitar estas regras da democracia então não sabem o que é a democracia! Que fique muito bem claro. Foi uma provocação, no nosso entender, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal à revelia da Mesa. Ele não tem competências legais para introduzir o Ponto II na Ordem de Trabalho para hoje que era pôr em discussão e aprovação novamente um novo Regimento. Ele não tinha competência legal e fê-lo por iniciativa própria. Então íamos ficar com dois Regimentos aprovados? Mas o que é isto, meus amigos? Mas a que estado de coisas é esta a que estamos a chegar? Mas será que este homem sabe aquilo que está a fazer?

Eu entendo que não e nós entendemos que não. Nós sabemos! Mas também conforme se elegem também se destituem, meus amigos, e a Lei prevê isso como sabem.

Quanto à questão do modo de votação desta Moção: Isto é uma Moção de Apoio. Isto represente única e exclusivamente uma posição política do PSD e do CDS-PP. Não representa mais nada a não ser isso. Portanto, nós entendemos que a votação deverá ser feita de braço no ar e não através de voto secreto.

Meus amigos, isto é democracia porque a democracia tanto funciona de braço no ar como funciona através de voto secreto. Quanto à posição do Partido Socialista relativamente a esta Moção, obviamente, pelos motivos já apresentados, que não iremos votar a favor esta Moção e vamos votar contra.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer ao Sr. Presidente da Comissão Política do PS para ele não se preocupar com o PSD e com o CDS-PP tem é que se preocupar com o PS. Nós sabemos muito bem o que estamos a fazer. Queria dizer-lhe que o Senhor está aqui numa posição um bocado ambígua. Nós não estamos aqui como Presidentes das Comissões Políticas nem vimos para aqui falar como Presidentes das Comissões Políticas. O Senhor está aqui como Presidente de Junta e é nessa qualidade que tem aqui assento e não pode vir para aqui fazer intervenções de carácter político. Não pode vir para aqui falar enquanto

Presidente da Comissão Política pelo menos não é essa a norma nem é assim que se entende a política. Na última Assembleia afirmou a sua posição de Presidente da Comissão Política do PS. Acho que isso não é correto. Acho que está aqui como Presidente de Junta. Pode falar mas tem que defender em primeiro lugar os interesses da sua freguesia e não os interesses do partido.

Não, eu não estou preocupado mas, pelos vistos, o Senhor está preocupado e continua com esse tom que não é muito próprio como já demonstrou na Sessão da Assembleia Municipal anterior. Posso dizer-lhe mais. Nós não estamos aqui a dar o nosso apoio político ao ainda Presidente da Assembleia Municipal. Nós estamos aqui simplesmente para que vocês digam o que é que pensam e o que é que acham dele e pelos visto já o estão a dizer e já estão a demonstrar que não souberam escolher e que não tiveram o candidato que seria o mais ideal. É óbvio que para nós o nosso candidato seria outro.

Também tenho aqui uma palavras para dizer para as coisas ficarem bem claras e depois posso também dizer-lhe o seguinte. Nós estamos na política e estamos aqui não somente para estar a atacar as outras pessoas como têm feito e como se está a passar. Acho que é preciso ter um bocadinho de elevação e acho que é preciso ter respeito pelas outras pessoas porque nós também nos conhecemos lá fora na rua e acho que não é por causa disto que nos temos de estar aqui a chatear uns com os outros. Há questões que são questões políticas e nós não podemos levar a mal mas quando se passa para as questões pessoais eu acho que isso é que é incorreto como foi na última sessão incorreto com a Dra. Luísa Vales. Posso dizer-lhe que muitos dos seus pares que estão aí também acharam o mesmo.

Conforme foi dito anteriormente pelo Dr. Luís Lagos, estamos aqui de forma conjunta - PSD e CDS-PP - a apresentar uma Moção de Solidariedade e de Confiança ao Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. António Lopes. Queremos somente clarificar as águas nesta Assembleia. O regular funcionamento democrático deste órgão está em causa com a constante crispação entre o Presidente da Assembleia e os Deputados Socialistas. Esta situação, como é visível e perceptível para todos os Oliveirenses prejudica o nosso Concelho na medida em que causa embaraço e dificuldades ao normal funcionamento e produtividade da Assembleia Municipal, como se pode constatar. É imperativo saber se existe ou não um apoio e confiança dos Deputados Socialistas ao Presidente da Assembleia Municipal. O que temos vindo a assistir é um verdadeiro golpe de estado e um total desrespeito pelos

princípios que ainda ontem o Partido Socialista defendeu. Realmente é um daqueles casos em que as palavras são contrárias aos atos.

O que se passou na última Assembleia Municipal foi grave pelo atropelo que os Deputados eleitos pelo Partido Socialista fizeram ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. O desrespeito pela opinião da oposição já era de se esperar contudo, o desrespeito pelo Sr. António Lopes, pessoa votada e escolhida pelos seus pares sob a bandeira socialista é, convenhamos, de estranhar e de muito mau tom. Esta é uma situação insustentável, que tem de ser resolvida para que possamos exercer normalmente as funções para as quais fomos eleitos e fazer o que se espera, ou seja, uma fiscalização das ações do Executivo Camarário e contribuir com as nossas críticas, com as nossas ideias ou sugestões para a construção de um Concelho melhor e mais desenvolvido.

Em primeiro lugar tem de estar Oliveira do Hospital. Em primeiro lugar tem de estar a nossa terra. Em primeiro lugar, e realmente o mais importante, têm de estar as pessoas. Pegando nas palavras do Sr. António Lopes, não podemos vir para aqui dizer que defendemos o Concelho e depois o Concelho que vá dar uma volta e o que interessa é o interesse político. É por estes motivos que, conjuntamente, PSD e CDS-PP tomam esta posição.

Relembre-se que a candidatura Socialista que se apresentou às últimas eleições sempre se afirmou como suprapartidária parecendo agora querer deixar essa bandeira para trás, empurrando para fora ou tentando silenciar todos os não socialistas que ousem ter uma opinião diferente. Como sabem, sou o Presidente da Comissão Política do PSD de Oliveira do Hospital, eleito para esse cargo pelos militantes do meu partido contudo, não é nesse papel que aqui estou. Aqui dentro sou apenas mais um Deputado Municipal eleito pelos Oliveirenses. São papéis distintos que tenho de respeitar e saber diferenciar. Eu e não só. Não me levem a mal mas permitam-me que vos lembre que estão aqui para defender os interesses das vossas Freguesias e do nosso Concelho e não para defender os interesses do Partido Socialista.

Também não estamos aqui para passar por cima do Presidente da Assembleia Municipal, seja ele quem for, e desrespeitá-lo como o Partido Socialista o desrespeitou na última Assembleia Municipal. Esta atitude do Partido Socialista foi muito incorreta e julgo ser contrária ao pensamento de muitas outras pessoas que aqui estão dentro. O que se sente e transparece é que algumas pessoas estão amarradas pelo Partido Socialista, mas não se esqueçam de uma coisa importante, a de que foram eleitos para defender e lutar pelas

vossas populações e não para defenderem e lutarem pelo Partido Socialista, partido no qual alguns de vós não se reveem.

Que fique claro, o Sr. António Lopes não é o nosso Presidente, é o Presidente eleito e escolhido pelo Partido Socialista. Se tivéssemos oportunidade, seguramente, que o titular desse cargo seria outra pessoa contudo, enquanto Oliveirenses, temos de mostrar a nossa solidariedade para com o atual Presidente pelo ataque que, constantemente, o mesmo tem sido alvo. Parece-me que há uma clara estratégia para condicionar o seu desempenho e imparcialidade e é só nesse contexto que aqui exprimimos a nossa solidariedade através desta moção.

Mas o que aqui interessa saber não é o que pensa o PSD e o CDS-PP sobre o Sr. Presidente da Assembleia, não interessa saber se tem o apoio destes partidos. O que aqui importa e o que interessa saber é o que pensa o Partido Socialista, é saber se nele depositam confiança, se ele tem o vosso apoio. Interessa saber se tem o apoio e a solidariedade de quem o escolheu para o cargo. O que pensa o PSD e o CDS, neste caso, não tem importância, não é relevante, é algo secundário. A resposta a esta questão são os eleitos do Partido Socialista aqui presentes que a têm de dar. É o que esperam, em primeiro lugar os Oliveirenses que nós aqui representamos, é o que espera a Mesa, é o que espera o Sr. Presidente, o Sr. António Lopes. Para finalizar queria dizer que qualquer dia, se este tom continuar ou “se esta perseguição a quem não é Socialista” continuar, é o Sr. Presidente, José Carlos Alexandrino, o próximo a estar na mira. Porque ainda ontem, e com o aplauso das pessoas que estavam aqui na Mesa, gostei de o ouvir dizer que a culpa da situação, ou que pelo menos não era contra este Governo e já por várias vezes disse que a culpa da situação do País não era do Partido que neste momento está no Governo mas também do Partido Socialista. Portanto, qualquer dia também pode estar na mira. É preciso termos um bocado de cuidado com isso e também as outras pessoas que não são do PSD.

Meus Senhores, nós não estamos aqui para atacar as pessoas, nem estamos aqui para nos ofendermos porque, como eu disse, há aqui pessoas que estão no Partido Socialista e que me conhecem há muitos anos, e eu também os conheço, e não é por causa disto que nós vamos ter de começar a dar-nos mal. Os ataques que muitas vezes fazemos não são ataques pessoais. Todos podemos falar mas não é necessário elevar o tom de voz. Não me leve a mal eu dizer isto mas foi muito desagradável na última Sessão da Assembleia Municipal. Vamos tentar continuar como éramos antes.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu gostava de dar aqui uma nota de correcção ao Dr. Nuno Vilafanha. Aquilo que eu ontem afirmei aqui foi o seguinte: Afirmo que todos os erros que este Governo tem cometido, e não branqueei os erros deste Governo, mas acredito que alguns vinham do Governo Socialista. Reafirmei aqui uma coisa que era bom também ressaltar, é que eu disse que continuaria suprapartidário em relação ao meu desempenho como Presidente do Município. Quero reafirmar-lo aqui que esse é um compromisso com o povo.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Devo dizer-vos que o que se está a passar aqui hoje não faz parte do meu sistema de referências e eu não estou disposto a continuar nesta situação. Como nós sabemos, e isto é uma questão filosófica de fundo, normalmente o conhecimento serve para ganhar a vida mas a sabedoria serve para compreendê-la, e eu vejo aqui muito pouca sabedoria em muito arrazoado, nomeadamente da parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e da oposição. Da parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e, essencialmente, ao utilizar-me na luta contra o Sr. Presidente da Câmara Municipal ou contra a Câmara. Isso eu não admito porque quando se fala muito, como diz a regra, diz-se muito pouco.

O que nós vimos na última Assembleia Municipal, e basta ver as folhas e contabilizar o tempo, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal utilizou aqui um terço do tempo total. Em relação à oposição nós também já percebemos todos o jeito que dá à oposição manterem esta guerrilha. E portanto penso que os membros do Partido Socialista devem perceber isto. Também queria dizer, e isto é histórico, os arautos dos valores da direita são exactamente aqueles que apontam sempre para os valores mas quando lhes dá jeito nem têm pejo nenhum em encaminhar uma cidade, uma instituição ou até uma Assembleia Municipal para a desordem, que é o caso e vê-se no vosso comportamento e reacções.

Não sei se viram as minhas reacções em relação àquilo que os Senhores falaram. Há aí uma puerilidade generalizada que não vos fica bem. Os Senhores não sabem, eventualmente por negligência, o que isso vos pode trazer mais tarde. Eu já estou aqui há mais de vinte anos, sei o que passei com os anteriores Executivos. Vamos lá elevar o nível da Assembleia.

Sempre pautei as minhas intervenções em defesa das instituições, da Assembleia Municipal e da Câmara, e essencialmente do Concelho, apoiando, como era meu dever, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal sobretudo na



interpretação da Lei. Sempre defendi, como defendo, os direitos da oposição, nomeadamente o direito de manifestarem livremente a vossa opinião porque “às minorias exige-se coragem ao mesmo tempo que se exige tolerância às maiorias”. É isto que eu estou habituado a fazer. Nós já estivemos em minoria. Estamos agora em maioria, e não é por isso que vamos menosprezar a oposição.

Fomos tratados quase sempre com respeito por parte do Sr. Eng.º Carlos Portugal, por parte do Sr. Prof. Mário Alves, com menos respeito por parte do Sr. Dr. António Simões Saraiva, mas sempre nos mantivemos aqui com elevação, por isso o que mais me admirou no comportamento incomum e contraditório, para não dizer mais, e é por isso que é inadmissível, do Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi a incoerência em relação ao Regimento. E é o único assunto de que vos vou falar até para que fique escrito e até porque esta questão está na ata da última Assembleia:

- Fez-me elogios desmedidos quando me limitei a cumprir o meu dever, e depois, durante a mesma Assembleia Municipal, depois da oposição, e bem - a oposição fez o seu papel - ter proposto algumas alterações, ele mudou de posição e acabou por se abster no momento da votação. Disse ainda “*os Senhores sabem muito pouco do que estão aqui a fazer e a Assembleia no seu todo continua descuidada*”, portanto tratou-nos a todos mal. Como dizia Montesquieu, “*A injustiça que se faz a alguns é uma ameaça que se faz a todos*”. E ele deixou-nos aqui uma ameaça.

Os Senhores são livres de seguirem o Sr. António Lopes. Neste caso a injustiça foi feita a todos vós, foi feita ao Presidente, foi feita a mim próprio. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal podia ter lido o Regimento e não o fez. Podia ter feito propostas de alteração, como é evidente eu era o último a negar-lhe essas alterações se ele as tivesse proposto, mas, mais grave ainda é vir agora fazer uma proposta de discussão e de votação de um novo Regimento.

Primeiro, a proposta é ilegal porque ele não tinha competência para a meter na agenda e porque não é possível discutir e votar sem revogar o Regimento anterior porque o Regimento anterior foi aprovado no mês passado. É um Regimento para o mandato. E a proposta que fez era a transcrição de todas as alíneas da Lei o que é manifestamente desnecessário como se poderá ver, por exemplo: Criação dos Serviços Municipalizados. Está mesmo na hora de criar Serviços Municipalizados! Geminação do Concelho, Feriado Municipal! Isto é perfeitamente desnecessário e sabendo-se que o que não consta no Regimento consta na Lei, como é óbvio.

Para cúmulo, e numa preocupação de transcrever tudo, até transcreve a alínea u) do ponto 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, que diz: Compete à Assembleia Municipal autorizar o Município a Constituir as Associações prevista no Título V. Só que, meus caros amigos, O Regimento não tem título V. Na Lei 75/2013, o Título V são as disposições finais e ele nem sequer reparou que já saiu uma rectificação a esta Lei 75/2013, para rectificar este Título V. Isto é incompetência! Chame-mos as coisas pelos nomes.

Agora vejam, irmos discutir o Regimento que à partida já trás estas irregularidades? Como comecei por dizer, tenho outra visão da vida e não aceito esta guerrilha cujo destinatário não sei quem é mas não serei de certeza eu. Sei que nenhuma organização subsiste neste clima de incompatibilidade. Assim sendo, não me podem exigir que continue na Mesa da Assembleia com o Sr. António Lopes. Eu não estou a dizer que é ele ou eu. Não se confundam as coisas. O que eu estou a dizer é que eu sairei da Mesa se ele continuar uma vez que ele me acusou de um golpe de estado colocando na minha consciência o que nunca cá esteve. Para além de ter insinuado que eu combinei aquela proposta de Regimento com o Sr. Presidente da Comissão Política do PS.

Fui dos que tentou evitar este desfecho com o Sr. António Lopes, como sabem, e não consegui. Fico-me por aqui. Havia mais duas ou três coisas que eu poderia dizer mas quero começar por cumprir aquilo que me parece que vai ser o futuro que é respeitarmos as regras e respeitarmos, inclusive, o Regimento e por isso eu terei que votar obviamente contra esta Moção de Confiança.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não fui convidado do casamento entre o PS e o Sr. António Lopes. Aliás, não houve casamento algum. Parece que talvez tenha havido apenas uma união de facto.

Eu sou adepto, e sempre fui, dos casamentos. Também não serei cúmplice desta separação. Oliveira merece muito mais e penso que a estabilidade dos órgãos institucionais é e deve ser tida como primeira prioridade de toda a vida política na Assembleia e do Órgão Executivo.

Quando há um clima destes a nível institucional, apesar de ser defensor dessa estabilidade, tal como nos casais, às vezes para bem dos filhos e para uma maior estabilidade de todos e para um salutar crescimento terá que haver essa separação. Eu sinto na pele e sei dar valor porque sinto também na minha própria autarquia, muitas das vezes, estes problemas. Acho que não devemos

virar a cara e, portanto, eu não serei cúmplice desta separação mas penso que também não é possível trabalhar-se, nem de um lado nem do outro, e tal como eu disse os filhos, aqui neste caso, têm que ser privilegiados e todos percebemos a linguagem simbólica que eu estou a utilizar.

Penso que em defesa da legalidade, e chamava a atenção para a Assembleia, que quando se trata de nomes e quando se trata de pessoas as votações devem ser secretas. Isto é Lei e isto é claro. Não é só para o caso de eleição.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta questão da Moção, eu estranho, efectivamente, que ela tenha sido apresentada por uma razão: É um direito e é evidente que devemos apresentar aquilo que entendemos, mas na verdade depois daquilo que se passou na última Assembleia em que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal nos passou a todos, quer ao PS quer à oposição, um atestado de incompetência, ou chamou-nos praticamente incompetentes, e só queria dizer isto: Eu acho que esta Moção é dar um prémio por essa atitude que o Sr. Presidente teve. Essa Moção que os Senhores apresentaram agora é estar-lhe a dar um prémio pela atitude que ele teve.

Obviamente que vou votar contra esta Moção.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não posso deixar de ficar estupefacto quando vejo o Partido Socialista a chegar aqui a este palco e só vem dizer e agarrar-se à desconsideração que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. António Lopes, teve para com os Deputados Municipais na última Assembleia Municipal. Mas o único Deputado Municipal que neste momento se levantou para vir confrontar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal nesse dia com as palavras que ele estava a ter de desconsideração para connosco fui eu.

Os Senhores ficaram todos calados e ficaram todos sentados. Os Senhores aceitaram a provocação que se fez. E democraticamente se queremos dar uma resposta é na hora. Não é vir fazer um jogo político, passado um mês ou um mês e meio da última Assembleia, e agarrarmo-nos a essa desconsideração. Não é disso que se trata e não é isso que se deve fazer.

Depois dizer-lhe, Sr. Eng.º Carlos Maia, que eu não sou líder da oposição. Eu tenho todo o Respeito pelo Partido Social Democrata eu às vezes é que não sei se o Senhor é líder do PS ou se é o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves ou o Sr.

Raúl. Eu às vezes também fico um bocadinho confundido e atrapalhado. Às vezes não percebemos. Mas não é disso que se trata. Terminando, quero dizer ao Sr. Presidente da Assembleia em exercício que a votação terá que ser secreta. Se a votação não for secreta eu não me sinto à vontade para estar dentro desta sala e para proceder à votação. Porque isso é uma ilegalidade. Isso é um atropelo à Lei. Isso é uma desconsideração ainda maior do que aquelas que já aqui foram tidas pelos Senhores Membros da Assembleia Municipal.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa em exercício, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado como o Senhor sabe ainda ninguém decidiu o que é que ia fazer. Portanto, eram escusadas essas últimas palavras, em relação à minha pessoa e à Mesa, neste momento.

Há aqui um caso. Por acaso na Moção está Confiança ao Presidente da Assembleia Municipal, Sr. António Lopes. Se cá não estivesse o nome garantilhe que a votação era de braço no ar. Garantilhe, e era precisamente em relação à sua intervenção, se não estivesse cá o nome do Sr. António Lopes esta Mesa fazia a votação de braço no ar. Como está aqui o nome e quando existem nomes seja em que tipo de votação for ela será secreta com certeza. Isso aí, vai-me desculpar, mas andou um bocadinho à frente. Era por isso que eu queria intervir mas o Sr. Deputado quis falar, e muito bem.

Mas era só para lhe dar a entender a si e a toda a Assembleia de que a Mesa tinha dado conta de que estava aqui o nome e como está cá o nome e não querer de qualquer das maneiras arranjar qualquer tipo de situação para o futuro em relação a qualquer outra posição que venha a haver no futuro.

A posição da Mesa é votação secreta. E vamos passar à votação.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista eu pedia cinco minutos a esta Mesa para podermos conversar.

Pedia que os trabalhos fossem interrompidos por cinco minutos. É um direito que nos assiste.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa em exercício, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“A Moção de Confiança, o papel que aqui está é bem claro o que aqui está. O PS pediu cinco minutos. De qualquer maneira é uma prerrogativa do Presidente, neste caso em exercício, de poder dar cinco minutos porque está na Lei. Podem dar-se cinco minutos para esclarecimento entre as pessoas.

Eu vou interromper os trabalhos durante cinco minutos.”

De seguida, e passados os cinco minutos de interrupção, os trabalhos foram retomados e o Sr. Presidente da Mesa em exercício, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer que o artigo 7º das competências do Presidente da Mesa da Assembleia, na sua alínea f), diz: “*Suspender ou encerrar antecipadamente as sessões, quando circunstâncias excecionais o justificarem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da sessão*”.

Meus queridos amigos, há alguma exceção maior do que esta Moção? Eu não tenho razão para suspender a Sessão durante cinco minutos ou dois minutos para as pessoas conversarem sobre a excecionalidade desta Moção?

Acho que compete ao Presidente da Mesa, e vou repetir para ficar bem explícito: Artigo 7º, alínea f), do nosso Regimento. Portanto, não cometi nenhuma ilegalidade ao suspender esta Assembleia.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Mesa em exercício, se há exceção para uma coisa também tem que haver para outra. E quero-lhe dizer que não, que não é verdade. Não há exceção nenhuma. Não há exceção porque esta Moção de Confiança está anunciada há um mês. Esta Moção de Confiança não apareceu aqui. Está anunciada há um mês. Não há exceção nenhuma, e nunca se interrompe um período de votação. O que aqui se passou, toda a gente sabe e todos os Deputados viram, é uma falta de consideração pelos Deputados eleitos pelo Partido Socialista: Interromper os trabalhos para lá ir fora dar instruções acerca do sentido de voto. É pura e simplesmente isso. Não nos enganemos!

É uma desconsideração maior, e foi este o maior atestado de incompetência que já vi esta Assembleia Municipal passar aos Deputados Municipais. As pessoas que votem em consciência. Eu acredito na liberdade de cada um independentemente deste momentos antidemocráticos e que não dignificam nada esta Assembleia Municipal.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Não há muito mais a dizer para além do que já foi dito. Nós também não concordamos com o que se passou agora. Também acho que é uma falta de consideração e por isso vamos votar sob protesto porque acho que não havia necessidade nenhuma e não há aqui qualquer exceção. Toda a gente sabia o que

nós vínhamos cá fazer hoje. Aliás, os Deputados do Partido Socialista também sabiam porque já tiveram uma reunião sobre este assunto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Eu tenho a impressão que a oposição, e mais uma vez ficou aqui demonstrado por estas intervenções, que andam realmente um bocado arredados quer da democracia, quer do conhecimento da Lei. Pelas afirmações do Deputado do CDS e do Deputado do PSD, realmente andam arredados destas coisas. Bom! Vamos lá ver uma coisa. Nós não estamos aqui a brincar. Isto são nitidamente manobras de diversão para com esta Assembleia e o Partido Socialista não vai em manobras de diversão.

Sr. Deputado Vilafanha e Sr. Deputado Luís Lagos, o Partido Socialista não vai em manobras de diversão. Somos um Partido responsável e de gente responsável. Sabemos muito bem o que estamos aqui a fazer. Sabemos das nossas competências. Conhecemos a Lei que, aliás, já foi aqui alegada pelo Sr. Presidente em Exercício, de forma que nós não estamos a brincar com isto. Nós estamos muito a sério e muito serenos quanto a esta matéria. Quanto à Moção que os Senhores iam apresentar, desculpem dizer, mas os Senhores não apresentaram a Moção. Que eu saiba, essa Moção que foi apresentada aqui não foi apresentada nos Órgão de Comunicação Social. Não fizeram conferências de imprensa sobre o que dizia a Moção.

Esta Assembleia só teve conhecimento do teor desta Moção neste momento presente. Portanto, não estamos a brincar e não vamos criar chicana política nem manobras de diversão, por amor de Deus!”

De seguida procedeu-se à votação da Moção de Confiança. A referida Moção de Confiança teve 8 votos a favor, 24 votos contra e 2 abstenções, pelo que, a Moção de Confiança foi rejeitada por maioria.

Terminada a votação o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, António dos Santos Lopes, regressou ao Salão Nobre dos Paços do Concelho e retomou as funções de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte declaração de voto:

“Dizer que, obviamente, como tinha anunciado votei contra esta Moção de Confiança ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Esta Moção de

Confiança, no meu entender, e penso que é a leitura política que terá que ser tirada daqui, a ilação que deve ser tirada, obviamente que votámos aqui uma Moção de Confiança à Pessoa do Sr. António Lopes, Presidente da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal num ato democrático, e não entendam isto, e não digam que há aqui abuso de poder, ou que não há democracia neste ato, porque este ato foi democrático, como aliás todos os atos como referi há pouco das votações que são feitas nesta Assembleia. Perante este facto, eu acho que esta Moção de Confiança da oposição, do PSD e do CDS, que foi por uma grande maioria rejeitada, tem um significado. O significado político que há que tirar disto é somente um, porque não poder ser outro: É que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. António Lopes, acabou de ter aqui uma retirada de confiança por parte da grande maioria desta Assembleia.

Obviamente que o Sr. Presidente da Assembleia deverá e terá que tirar as devidas ilações desta posição da Assembleia Democrática e eu penso que num ato digno deveria pedir a sua demissão de Presidente da Assembleia Municipal.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António dos Santos Lopes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Pois! É o que o Senhor acha mas não é o que eu acho. Já tive o cuidado de dizer que estamos com um golpe de Estado em curso. Acabou de se dar mais uma ato. Eu espero que o Concelho não se venha a arrepender desta decisão. Bem nunca ficará. Tenho alguma dificuldade em entender que vinte e quatro pessoas se achem no direito de decidir pelas cerca de sete mil setecentas pessoas que votaram em mim.

Sr. Dr. Francisco eu sei que o Senhor é Licenciado em Direito e portanto dou atenção e valor às suas palavras mas, eu já aqui disse algumas vezes que, quando para aqui vim sabia ao que vinha e se não me achasse em condições para exercer o cargo não o tinha aceite. Eu fiz uma declaração de princípio antes de me ir embora. Disse-lhe que este ato era nulo e de nenhum efeito. Não tem nenhuma cobertura regimental. Pode ter uma cobertura política.

O Sr. António Lopes, naturalmente, que tirará as ilações, e vai tirá-las. Fica provado que depois de oito anos que eu ando aqui a lutar, como eu tenho dito, a gente pode ter muito sorrisinhos e pode dar muitos beijinhos, mas no essencial, na democracia de facto, é aquilo a que nós assistimos. E os Senhores ainda nenhum me disse aqui, e espero que antes desta Assembleia acabar que digam, objetivamente, porque é que me querem na rua?

O que é que eu fiz, a não ser defender esta Assembleia, a Lei e o Concelho? Porque a vossa opinião eu sei. Porque quando eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara quais são os critérios que o Senhor utiliza para pôr aqui determinadas pessoas dentro? Aliás, tivemos uma conversa, um dia destes, e ele, no fim, acabou por me dar a resposta, porque não podia ser outra, porque eu também não sou um rapaz fácil de convencer. E eu tenho que dizer ao Sr. Presidente da Câmara e aos Senhores democratas todos que os vinte mil oitocentos e quarenta e um munícipes deste Concelho têm todos os mesmos direitos. E eu passo aqui nestes corredores e abro aí determinadas portas e encontro Membros da Comissão Política do Partido Socialista ou familiares. Não sei se pagam mais impostos que os outros? Se calhar pagam!

Portanto, o Sr. Presidente da Assembleia sempre disse que não estava cá nesta. Fiquem lá com a vossa democracia que eu fico com o meu totalitarismo e estou muito bem e sinto-me muito confortável com a situação que estou. Fica-me bem, neste momento, agradecer aos quatro resistentes uma vez que eu estava à espera de seis votos e houve duas pessoas que..., ainda há gente..., enfim, ia para utilizar um termo, mas estamos na casa da democracia e eu vou ver se mantenho a calma e a elevação. Sempre mantive, e tentei manter, e quero ver se assim acabo.

Naturalmente que cabe uma palavra de agradecimento aos dois Membros da Assembleia que votaram a favor e aos dois Membros da Assembleia que se abstiveram. Eu contava com três. Foram quatro. Está tudo bem. Vamos então seguir e espero que, de facto, fiquem satisfeitos com a votação.

Eu já disse aqui, em dezembro, que para se demitir o Sr. Presidente da Assembleia Municipal é preciso dar uso à Lei, artigo 46º, nº 2, que diz que é preciso deliberar sobre isso. Para se deliberar, diz a Lei, que nas Assembleias Ordinárias não se pode votar. Não se pode deliberar se não fizer parte da Ordem de Trabalhos, a menos que dois terços da Assembleia decidam nessa conformidade. Portanto, como sou um democrata, levem o crime até ao fim. Proponham e façam lá, então, mais um voto secreto e ficamos aqui, aliás, hoje vamos ter que almoçar, façam lá esse requerimento. Estejam à vontade porque eu, por acaso, estou a delirar com esta senha democrática que, de facto, estou a assistir. Portanto, a Lei existe e é para cumprir.

Não precisam de dizer porque eu já lhes disse aqui em dezembro que sei que os sete mil e tal votos foram para nós todos. Para reclamar direitos exclusivos há aí quem faça isso. Eu não faço. Conheço a Lei. A Lei existe é para



ser exercitada. O que a Lei manda é isso. Portanto, Se os Senhores assim o entenderem, resolvam lá dessa maneira.

Vamos encerrar esta questão e vamos continuar a Ordem de Trabalhos.

O Sr. André Pereira fica inscrito para intervir na Ordem de Trabalhos como lhe compete.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não vou aqui tecer grandes considerações àquilo que se passou agora. Já foi dito o essencial. Perante aquilo que o meu colega de bancada, o Eng.º Carlos Artur, propôs aqui, e como o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não apresentou qualquer pedido de demissão. Eu tenho aqui uma proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que gostaria de entregar à Mesa e que vou passar a ler:

*“Proposta do Grupo do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.*

*Considerando que,*

*O Senhor António dos Santos Lopes foi eleito nas listas do Partido Socialista para a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital e, posteriormente proposto pelo Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital para ser votado como Presidente deste órgão autárquico;*

*Considerando que,*

*A sensivelmente dois meses depois de ter tomado posse como Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor António dos Santos Lopes anunciou publicamente neste Salão Nobre, dia vinte e oito de dezembro, que se desvinculava do projeto político que saiu vencedor das eleições autárquicas de vinte e nove de setembro de dois mil e treze.*

*Considerando que,*

*O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal estranha e lamenta as posições políticas do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que na campanha eleitoral e durante o anterior mandato do executivo liderado pelo Sr. Professor José Carlos Alexandrino, sempre se referiu publicamente de forma muito elogiosa ao desempenho autárquico do executivo camarário.*

*Considerando que,*

*O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal não sabe o que é que terá motivado o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital a mudar a sua opinião política num tão curto espaço de*

*tempo. No entanto, o que o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal sabe é que, após ter tomado a posição que tomou lançando todo um conjunto de infundadas insinuações que em nada dignificam a vida política local, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deveria ter tido a COERÊNCIA e a CORAGEM, que nestas circunstâncias se exigem, de apresentar a sua demissão do cargo. Não o fez!*

*Considerando que,*

*O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal foi eleito sob a bandeira de um partido aberto e de tolerância, que nos seus projetos autárquicos sempre procurou envolver pessoas das mais variadas sensibilidades políticas. Mas a intriga constante, a chantagem, a ameaça e a traição, não são mais toleráveis.*

*Considerando que,*

*O Senhor António dos Santos Lopes sabe que a vida política tem regras e princípios, dos quais não abdicamos. Aliás, foi ele próprio – numa recente entrevista que deu a um órgão de comunicação social local – que reconheceu, e passamos a citar as suas palavras, que os socialistas foram muito ponderados e moderados, quando na reunião da Assembleia Municipal do dia vinte e oito de dezembro, não fizeram uso das regras regimentais para a sua demissão, situação que – segundo afirmou também o próprio – encararia como NATURALÍSSIMA.*

*Considerando que,*

*O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal tem sentido de responsabilidade e não está disponível para alimentar folhetins políticos que possam prejudicar a governação autárquica em tempos que exigem muito trabalho e concentração para resolver os problemas mais prementes do Concelho de Oliveira do Hospital.*

*Conforme afirmou o Sr. Presidente da Assembleia há cerca de seis meses, no seu discurso de tomada de posse – e passamos novamente a citar as suas próprias palavras, divulgadas nos órgão de comunicação social -, no dia vinte e nove de setembro de dois mil e treze “o eleitorado demonstrou que sabe o que quer e é dono do seu voto. Não há tempo, nem lugar para discussões estéreis, nem partidarites agudas e muito menos para satisfação de egos”.*

*Posto isto, e em face do insólito comportamento político que o Sr. António dos Santos Lopes tem insistido em manter, tendo inclusivamente chegado ao ponto de afirmar aqui neste Salão Nobre, num claro desrespeito pela honra e dignidade dos membros desta Assembleia, tanto do Partido*

*Socialista como dos partidos da oposição, que “o funcionamento desta Assembleia é uma responsabilidade de que quase todos se demitem”, o Grupo do Partido Socialista, nos termos do nº 2 do artigo 46º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e do nº 2 do artigo 5º, do Regimento desta Assembleia, aprovado por larga maioria no dia 28 de fevereiro de 2014, propõe à votação a destituição imediata do Sr. António dos Santos Lopes de Presidente da Mesa deste Órgão Autárquico.”*

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António dos Santos Lopes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Como eu lhes disse isto tem regras. O Sr. Presidente da Câmara pretendia que eu fizesse esta Assembleia no sábado passado, e eu não a quis fazer por dois motivos que aliás os transmiti a ele. O Sr. Presidente queria fazer esta Assembleia no dia 24 de abril e prevendo eu que isto acontecesse, que era para que no dia 25 já não ter que estar a comemorar o 25 de Abril, num ambiente destes que eu considero antidemocrático. Como jogava o Benfica pediu-se para ser hoje e fez-se hoje. De qualquer forma também estive até ao limite do prazo que é habitual, como sabem fazemos normalmente as Assembleias no último fim de semana de cada mês, para que o Partido Socialista tivesse o tempo para me fazer cá chegar o ponto da Ordem de Trabalhos para promover a minha demissão.

São assim que mandam as regras, já que os Senhores gostam da democracia. Eu atrasei e não correspondo ao pedido do Sr. Presidente para lhes dar essas oportunidades das coisas se fazerem com serenidade e com calma como mandam as normas e conforme manda a Lei. Como os Senhores veem, só não percebe quem não quer perceber. Ninguém nasceu há dois dias. E foi nessa perspetiva que eu de facto disse, em dezembro, se eu venho aqui e digo que não me solidarizo naturalmente que a partir desse momento, já ando nisto há uns dias, sabia que era assim. Só que eu acho que estou a defender o meu Concelho e a democracia e sei que em política se resiste até onde se pode quando estamos confrontados com estas situações porque os Senhores ainda não disseram o que é que os incomoda no comportamento do Sr. António Lopes. O Sr. António Lopes já disse aqui o que disse e depois nos outros Pontos vai dizer o que tem a dizer.

Como lhes disse também ditei as minhas regras ao início. Admito a discussão e passa a ser o Ponto XI da Ordem de Trabalhos e quando chegar ao momento discute-se o novo Ponto e faz-se a votação conforme mandam as regras. Posto isto, vamos lá à Ordem de Trabalhos e vamos votar a inclusão do

novo Ponto XI na Ordem de Trabalhos que passa a ser a demissão do Presidente da Assembleia Municipal nos termos do artigo 46º da Lei e artigo 19º, nº 3, do Regimento. Esta votação tem que ser por voto secreto para não estarmos aqui outra vez com a discussão, deixava isso para o fim porque está a Ordem de Trabalhos estabelecida e segundo o artigo 12º a elaboração da Ordem de Trabalhos ainda é uma prerrogativa do Presidente da Assembleia.

O problema que os Senhores têm é que citam uma Lei mas nunca me dizem onde é que está escrito aquilo que os Senhores dizem. A única referência que há na Lei para a Mesa é para os celebres trabalhadores. Isto não é só presidencialista para o Presidente da Câmara também é presidencialista para o Presidente da Assembleia. A única referência que há na Lei à Mesa é efetivamente para definir o número de trabalhos. Não preciso que me digam que por uma questão de boa prática democrática, que eu sou um cultor, que fica bem. Nós estamos aqui perante a Assembleia e é a Assembleia que é soberana e é quem decide. São precisos dois terços e é por voto secreto.

Eu vou-me outra vez embora. Os Senhores gostam disto e por isso vamos nisto. Eu sugeria, porque o assunto é sério, que se fizesse a tal Assembleia Extraordinária para discutir em profundidade este assunto porque é a vida do Concelho. Eu aviso o Sr. Presidente da Câmara e o Partido Socialista que estão a destapar a Caixa de Pandora e eu depois quero ver se vocês “seguram as cobras”. Portanto, já ficam avisados. É mais uma ameaça. Eu quero ver se depois “seguram as cobras”!

Sr. Presidente, quem dirige os trabalhos sou eu. O Senhor não desiste dessa preocupação de mandar na Assembleia. Tenha lá calma que agora com o que vem a seguir já lhe faz as vontades todas! Eu, por enquanto, não! Para deliberar a inclusão do novo Ponto da Ordem de Trabalhos é preciso que votem dois terços dos Deputados desta Assembleia. O Sr. Presidente da Assembleia sabe o que cá anda a fazer! Se estudasse mais um bocadinho os livros e as Leis se calhar tudo isto era evitado mas o Senhor gosta assim! É a tal história do quero, posso e mando. Já lhe fiz as referências todas. Já lhes fiz em letras grandes nos *mails* mas você só lê o que lhe convém. Não há nada a fazer!

Já agora também queria dizer ao Sr. Presidente do Partido Socialista, Sr. Eng.º Carlos Artur, que o Senhor está aqui em representação da sua Junta de Freguesia. Eu tenho sido condescendente mas o Senhor tem aqui um sem número de Deputados com muita qualidade não sei porque é que o Senhor está sempre com essas preocupações. Para deliberar a inclusão do Ponto XI é necessário que dois terços dos Deputados votem favoravelmente por voto

secreto. Peço ao Sr. Dr. João Ramallete que também é Advogado que dê aqui uma ajuda.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Esta questão dos dois terços, e se é maioria ou não, eu acho que é uma discussão estéril. Se calhar a votação que fizemos anteriormente, por esta lógica, que foi por voto secreto, também devia ser autorizada antecipadamente por dois terços e não foi. E naturalmente que não foi porque não era assim. Esta votação é precisamente idêntica à que ocorreu anteriormente e por isso a votação é por maioria e deve-o ser assim.

Dava aqui mais uma nota: O Sr. Presidente da Assembleia foi eleito numa lista para a composição da Mesa como primeiro dessa lista e em qualquer momento essa lista pode ser alterada. Tal como foi eleita pode ser destituída a lista e é por maioria. Está isto no artigo 46º da Lei nº 5-A de 11 de janeiro de 2002. Chamava a vossa atenção para isso. O nº 2 diz o seguinte: “*A mesa é eleita pelo período do mandato, podendo os seus membros ser destituídos, em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da assembleia*”. Não há aqui maiorias de dois terços.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António dos Santos Lopes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu agradeço a sua opinião, mas é só isso. Eu não tenho dúvidas que o Ponto para ser introduzido é necessário a votação de dois terços.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Agora era o que faltava que nós fossemos aqui conduzidos a um beco sem saída por interpretações divergentes da Lei. Se assim fosse tínhamos que adiar tudo. A minha opinião é esta:

- Nos termos do artigo 26º do Regimento, está “*Uso da palavra pelos Membros da Assembleia*”. A Moção anterior foi proposta, discutida e votada sem ser considerada num Ponto da Ordem do Dia ou de um Ponto de Antes da Ordem do Dia. Da mesma forma, nos termos do artigo 26º, nº 7, “*As “propostas” são tomadas de posição devidamente justificadas, através de “considerandos”, para que a assembleia as aprove ou rejeite após a sua discussão*”. E o nº 1 diz: “*O presidente da assembleia municipal concederá a palavra aos membros da assembleia para:*”, e depois vem o nº 7 sobre as propostas.

Portanto, não estamos aqui com nenhum Ponto novo. Senão também tínhamos que voltar atrás e revogar aquilo que acabámos de aprovar e a Moção também seria um Ponto novo. E, às tantas, tudo o que considerássemos antes da Ordem do Dia seriam Pontos novos. Isto para dizer que não há nenhum Ponto. Sendo assim, aplica-se claramente a lei, a meu ver, e já agora devo dizer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que esta coisa dos Advogados isto não é uma soma, embora no Tribunal Constitucional aconteça isso, mas eu consultei mais três colegas, um deles foi Presidente de uma Assembleia Municipal de uma grande cidade, cuja interpretação é esta: Artigo 46º, nº 2, “*A mesa é eleita pelo período do mandato, podendo os seus membros ser destituídos, em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da assembleia*”. É este artigo 46º, nº 2, que se aplica e mais nenhum.

Uma proposta não é um Ponto novo.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

- “Sr. Dr. Gonçalves, com o devido respeito, discutir uma Moção e discutir a demissão do Presidente da Assembleia, podem ser esses os novos conceitos de democracia, mas para mim acho que é uma coisa bem diferente e bem mais séria. Diz aqui que as deliberações se tomam em caso de urgência. Parafraseando o Secretário-geral do vosso Partido eu pergunto “*Qual é a pressa?*”. O que está aqui é uma deliberação.

O Sr. António Lopes disse: Eu estou aqui e quero ver se mantenho a dignidade com que sempre dirigi estes trabalhos até ao fim. Eu “não preciso que me assobiem para beber água”, já teve ali vinte votos e eu sei de há muito tempo qual vai ser o resultado disto. Aliás, já fiz a declaração que fiz. Vamos cumprir a Lei e vamos fazer as coisas com elegância e não vamos reduzir a demissão do Presidente da Assembleia a uma Moção em defesa do IC6, que andamos a discutir quem é que faz, e ninguém faz. A este propósito o Sr. Eng.º Guterres fez duzentos e dezassete quilómetros da A23, mas não teve tempo para fazer esta aqui. E agora, estes é que são os malandros!

O Sr. Presidente da Assembleia já disse: Introduce-se o novo Ponto, que passa a ser o Ponto XI, e delibera-se porque eu não quero estar a arrastar as coisas nem prejudicar o Município. Achincalhar, ao ponto de levar isto para uma Moção, comigo não contam, e, se assim for, eu encerro imediatamente os trabalhos e voltamos cá outro dia. É assim que é. Como disse já ando nisto há muitos anos e não ando cá para fazer fretes a ninguém e já os avisei muitas vezes. Exatamente! É a minha democracia. Quando vinte pessoas se acham no

direito de substituir mais de sete mil! Quer ver algumas mensagens que recebi desde que estou aqui sentado?

Eu sei muito bem o que é que me dizem aí fora! Vamos votar a inclusão do Ponto XI na Ordem de Trabalhos.

Sr. Presidente, já lhe disse, para falar da sua Junta quando chegar a sua hora o Senhor fala. Não vamos achincalhar senão eu interrompo imediatamente a Assembleia.”

De seguida o Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, usou da palavra e fez a seguinte intervenção:

“Isso é um desrespeito! Eu quero discutir esta proposta e quero fazer uma intervenção sobre esta proposta. Pedi a palavra já há pouco e o Senhor tem o dever de me dar porque eu inscrevi-me para fazer uma intervenção.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Também o Senhor tem o direito de se inscrever quando forem abertas as inscrições e está aqui a Mesa e o Presidente para lhe dar a palavra na hora certa. Não é quando o Senhor quer. Eu não sei se o Senhor está inscrito ou se não está.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

- “Que democracia é esta? Relativamente a esta proposta obviamente que aquilo que o Sr. Presidente da Assembleia diz que estranha e que não entende as razões porque o Partido Socialista apresenta esta proposta. Eu penso que estão nos considerandos da proposta as razões do Partido Socialista e do Grupo do Partido Socialista nesta Assembleia e o que pensa do Sr. António Lopes e do desempenho do Presidente da Assembleia Municipal.

Sr. Presidente da Assembleia, a sua democracia eu não a entendo porque o Senhor tem uma democracia de funil. O Senhor está a dizer que eu estou aqui como Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, e é verdade. Mas também não me demito das funções como Presidente da Comissão Política do Partido Socialista. E não é o Senhor nem vai ser ninguém que me vai calar a voz nesta Assembleia porque o Senhor não tem autoridade moral para o fazer. Também anteriormente nesta Assembleia aqui estive um Presidente de Junta de Vila Franca da Beira, O Sr. João Dinis, que era o responsável da CDU e nunca ouvi o Senhor estar a referir-se a ele conforme se

está a referir a mim nesses termos. Eu não lhe aceito uma coisa dessas nem vai ser o Senhor que me vai tapar a boca ou que vai evitar que eu emita aqui as opiniões políticas ou outras que eu tiver que fazer.

Quanto à democracia e ao encerrar esta Assembleia: Mais uma vez! Nós sabemos, e por isso esse é realmente também um dos fundamentos porque nós pedimos a sua destituição. É esse o comportamento indigno que o Senhor tem ao estar a negar aqui aquilo que o Senhor tanto apregoa que é a democracia. Então, o Senhor está mais uma vez a ameaçar esta Assembleia só porque não lhe convém e a dizer que a vai encerrar se for preciso!

Senhor Presidente, o Senhor tenha o bom senso e demita-se porque é o caminho que o Senhor tem que tomar.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António dos Santos Lopes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu não lhe faço a vontade. Sr. Presidente, não é que fala mais alto que tem razão. O Senhor mantenha-se calmo e esteja sereno. Esta é a casa da democracia. Não se irrite porque não vale a pena. O Senhor é o líder do Partido com maior representatividade nesta Assembleia. Porque é que o Senhor não fez um Ponto de Ordem para a Ordem de trabalhos? Se já está a discutir isto desde dezembro porque é que não fez um Ponto para a Ordem de Trabalhos para ser incluído na discussão? Porquê? Não! O Senhor queria fazer chicana e eu já disse que chicana não há! Isto tem regras.

Se o Senhor tinha essa vontade toda para pôr o Presidente da Assembleia na rua, fazia chegar, já disse que estive à espera até ao último dia para os Senhores fazerem um Ponto de Ordem. Os Senhores querem-me empurrar e ainda não me explicaram porque é que querem que eu me vá embora. Porque é que os Senhores não agendaram esse Ponto? Se me queriam pôr na rua! Eu estive à espera até ao último dia!

Eu não agendei a assembleia para o dia 19 porque me chegavam notícias, ditas por várias pessoas, de que eu ia ser despedido e que já estava decidido, porque o Presidente da Assembleia anda aí a achincalhar. Vinham-me dizer: Olhe que você vai ser despedido na próxima Assembleia. É a democracia que agora temos e é assim que funciona! Sr. Presidente, isto tem regras: Eu não estou a dizer que não me vou embora nem estou a dizer que não posso ser demitido. Estou a dizer que temos uma Ordem de Trabalhos que foi feita dentro da normalidade. Os Senhores querem pôr esse Ponto à discussão, põem como Ponto XI.



Eu volto a perguntar, qual é a pressa? Quem é responsável pela legalidade do que aqui se decide sou eu. Eu volto a dizer que por dignidade desta Assembleia não se põe o Presidente na rua. Não é por mim. É pela dignidade da Assembleia Municipal. Percebeu? Qual é o seu problema em discutir o Ponto no Ponto XI ou discutir agora? Qual é o vosso problema? Estão assim com tanta pressa? Eu estou a incomodar assim tanto? Olhe que eu indo para a lado daí a boca fica um bocado diferente! Pode ter a certeza. Não é ameaças é a realidade, Sr. Presidente da Câmara. Eu ando há dois anos a dizer ao Senhor um conjunto de coisas e a dizer-lhe a posição do Presidente da Assembleia, que não é uma posição qualquer.

O Presidente da Assembleia tem responsabilidades na boa governação do Município, Já lho disse e volto-lhe a dizer, porque foi isso que o Senhor andou a prometer aos eleitores. Mentiras, diz o Senhor. Porque eu já lhe disse para concretizar e o Senhor ainda não concretizou nada do que disse. Eu estou à espera que o Senhor me desafie para eu concretizar. O Senhor diz que eu me meto. Então diga lá quando e onde? Sabem porque é que eu vos incomodo? É porque eu chego lá em cima, e quem me abre a porta? Quem não deve. Chego ali fora, e quem é que eu vejo? Quem não devo. E já perguntei como é que aqui estão?

O Presidente da Assembleia Municipal não tem o direito de saber como é que entram pessoas neste Município? Qual é o critério? Não tem o direito de saber se são estes ou se são outros?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente, deixe-me ler uma afirmação sua num jornal, no dia 23 de abril. *“Os Socialistas também pagam impostos e também têm direito ao emprego e cinco ou seis pessoas num contexto de cento e cinquenta não se pode considerar favoritismo. Entende agora António Lopes”*. Eu não venho para aqui fazer esta discussão. Hei de fazê-la noutros fóruns. Há umas mentiras e sobretudo umas calúnias e há sítios próprios para defendermos a nossa honra que não é aqui. As calúnias têm um sítio próprio e eu acionarei os meios para defender a honra nos sítios próprios.

O Sr. Presidente da Assembleia que é o homem mais democrático que há, como vocês perceberam, está agarrado à cadeira e tem muita dificuldade de a soltar porque não consegue perceber, mas é um problema dele. O Senhor Presidente da Assembleia ainda há pouco disse esta frase: “Eu quando passar para aí, vão ver se são capazes de me segurar as pontas”. Nós estaremos cá

todos e não temos medo dessa ameaça. Nós seguraremos as pontas, o meio e os extremos. Digo-lhe que não vim aqui para fazer chicana política e digo-lhe, olhos nos olhos, hoje para mim é um dia muito triste, a sua saída de Presidente da Assembleia Municipal, porque foi um homem que me acompanhou.

Digo-lhe mais, aqui à frente desta gente toda: Eu acho que o seu problema não é um problema político mas é um problema do foro de outro nível, do foro de doença, porque o António Lopes que eu conheci não era este nem é este o homem que me acompanhou durante quatro anos.”

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António dos Santos Lopes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

- “Eu sei que o Senhor anda a dizer isso aí. Diz que é por causa da crise, não é o que o Senhor diz? Meus Senhores vamos lá elevar a discussão. Vamos lá votar a inclusão do Ponto XI. Eu não incluo o Ponto no período de Antes da Ordem do Dia. Já lhes disse que isto é uma deliberação séria e que passa para Ponto XI para ser debatido com a dignidade que tem. Se quiserem. Se não quiserem encerra-se a Assembleia. Percebeu!

Eu não quero saber da proposta que está na Mesa. Vamos lá votar a inclusão do Ponto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Desde o início, já lá vai o tempo que vai, foi iniciada esta Assembleia eram nove da manhã, e começamos com uma Moção de Confiança ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Essa Moção foi aceite. Essa Moção foi discutida, analisada e foi votada e também não estava agendada. O Partido Socialista entendeu, numa atitude de liberdade e de democracia, apresentar uma proposta que está sobre essa mesa para ser analisada, discutida e votada. É da sua responsabilidade, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pôr à votação, após a discussão dessa proposta do Partido Socialista que entrou nessa Mesa.”

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António dos Santos Lopes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

- “A mim compete-me dirigir os trabalhos desta Assembleia. Eu dirijo os trabalhos desta Assembleia da forma que eu entendo e não é da forma que os Senhores querem. Já lhes disse que isto tem regras, e não é por mim, porque eu sei que estou despedido antes de acabar a Assembleia, mas volto-lhe a dizer que comigo, aqui sentado, eu não permito faltas de dignidade a esta Assembleia porque isto fica em ata e há de fazer história. O Senhor pode ter a certeza que o

que se está aqui a passar vai ser discutido muitas vezes por esse País abaixo. Eu ainda forneci uns livrinhos para ver se os Senhores percebiam. Eu não estou aqui por causa desse assunto. Eu estou aqui porque sei que isto vai fazer história e sei que isto vai ser lido. O Presidente da Assembleia, até à hora de ir para ali, há de estar aqui com dignidade.

Meus Senhores, estou-lhes a dizer que não me furto à discussão. Introduzimos como Ponto a seguir à Ordem do Dia. Debatemos e depois decidam lá como quiserem porque eu estou pouco preocupado com isso. Não há aqui nenhuma falta de democracia. Há aqui o respeito pela dignidade.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

- “Nos termos da Lei, julgo que os sete mil e tal votos que a lista do Partido Socialista à Assembleia Municipal obteve confere ao cabeça de lista o direito a Presidir apenas à Primeira reunião onde depois se exige a legitimação de toda a Mesa da Assembleia Municipal por via do sufrágio dos Deputados eleitos. Corrijam-me se estarei em erro.

Hoje, esta Assembleia, que representa na sua totalidade o eleitorado deste Concelho, está a ser reduzida a um papel secundário relativamente a um Presidente de Assembleia. E mais vos digo, de cada vez que aqui nos reunimos ouço o Presidente da Assembleia durante mais tempo do que ouço os meus colegas Deputados. E por muito que goste de o ouvir, e sinceramente gosto, preferia diligência na persecução dos nossos trabalhos à permanente caça às bruxas que vimos aqui assistir.

Para tornar público este meu desagrado eu pedi um Ponto de Ordem à Mesa, que pelo artigo 26º, nº 10, me dá direito, no mínimo, à justificação da rápida deliberação que V. Exa. teve em não me conceder a palavra. Mais! Tenho o prazer de informar a Assembleia que no que respeita à Moção sobre o IC6 que o Sr. Presidente, que agora está ao telemóvel e por isso eu aguardarei, agora referiu, posso dizer-lhe que na última reunião da Comunidade Intermunicipal de Coimbra nós, a bancada parlamentar do PS, já levámos à votação a dita Moção sobre o IC6 e que foi aprovada por unanimidade. Os colegas Deputados querem saber porque é que ainda não foi apresentada aqui? Não foi aqui apresentada porque o Presidente desta Assembleia não tem pressa em apoiar e auxiliar a devida atividade desta Assembleia. A maioria esmagadora dos Deputados eleitos pelos Oliveirenses já avaliou a sua atual prestação, Sr. Presidente. Contudo, o Senhor permanece colado à cadeira.

Eu, sinceramente, não esperava um desfecho destes e por isso proponho aqui, dentro das possibilidades que me são conferidas pelo Regimento da Assembleia Municipal, que continuemos com os nossos trabalhos e aproveemos ou chumbemos a continuidade desta situação.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

- “Não venho tecer qualquer considerandos acerca do que se está aqui a passar, nem do que se tem passado ao longo dos tempos, venho simplesmente propor, à imagem do que já foi feito em muitas outras Assembleias Municipais, que seja a Assembleia a decidir se é discutida e votada, ou não, neste Ponto a proposta que foi apresentada. Proponho que seja dada a possibilidade de a Assembleia se pronunciar sobre se a proposta é ou não discutida e votada de imediato.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

- “Eu volto a dizer que o Sr. Presidente da Assembleia já manifestou a sua opinião. O que está aqui em causa não é a cadeira ou a falta dela é, como disse, a dignidade deste Órgão. Se os meus amigos fazem tanta questão de levar por frente, e já ficou suficientemente clara a posição do Presidente da Assembleia, como eu disse aos meus amigos não tenham dúvidas que o que aqui se está a passar vai ser elemento de muita discussão e de muito estudo e fica bem explícita qual é a posição do Presidente desta Assembleia e do que é que ele entende sobre a governação do Município e o que é que ele entende da independência dos Órgãos, que está previstas na Lei, quer na Constituição quer no artigo 4º e 44º deste Regimento.

Está muito clara a posição do Presidente desta Assembleia sobre o que é a vida Municipal, e que não é só a minha opinião, tive o cuidado de fazer chegar a quase todos os Deputados aquilo que é o entendimento de uma das pessoas mais abalizadas do País sobre a questão das Assembleias. Pese o facto de eu saber que a prática que vai por aí a baixo é esta e, como diz o João Dinis, antigamente tínhamos um Salazar agora temos trezentos e oito Salazaritos, a expressão é dele, não é minha. A posição do Presidente da Assembleia, por dignidade desta Assembleia, era transformar isto num Ponto de Ordem e ser votado e discutido com a dignidade que eu acho que estas coisas devem ser tratadas.

Como já se percebeu qual é o espírito, isto é um assalto aos diversos níveis, depois com tempo a gente vai esclarecendo isto, e por certo não deixarei

fazer perceber aos Oliveirenses tudo o que fundamenta a minha posição e porque é que eu mudei assim tanto. As pessoas ainda não perceberam ou não querem perceber. Para já, aqui deste lugar, quero pedir desculpa aos Oliveirenses de facto por ter contribuído para esta situação, e contribui muito. É público que eu fui convidado para ser o candidato à Câmara e que não quis e que recomendei o Sr. Presidente. Estava convencido, até pelas nossas origens, que efectivamente íamos implementar uma democracia plena e genuína neste Concelho e desde o dia em que eu tive a infeliz ideia de criar uma maioria, apertando a mão, ali fora, a um cidadão que me deixou com a minha pendurada, e só perguntei se isso era bom para o Município.

Sempre estive, sacrificando os meus egos, como estou aqui a ouvir, pelos superiores interesses do Concelho. A partir do momento em que houve aqui dentro uma maioria em que os Senhores Presidentes de Junta começaram a aderir ao projeto há um conjunto de coisas que eu fui apreciando aos longo dos tempos e que fui combatendo e dialogando dentro da magistratura de influência, com pouco sucesso, é um facto, e que chegou onde chegou. O tempo é grande mestre e as coisas acabam por chegar lá. Eu não estou com nenhum problema de consciência. Posso não estar a agradar ao Partido Socialista, mas essa também nunca foi a minha preocupação, mas tenho a certeza que estou a fazer o que devo pelo Concelho.

Portanto, meus amigos, fazem tanta questão que eu mude ali para aquele lado, vamos lá então votar como mandam as regras pela admissão dessa deliberação. Temos que votar para tomar a deliberação e é necessário que seja aprovada por dois terços. Os Senhores não querem correr o risco e querem ir pela maioria e pela Moção. Vamos embora seja feita a vontade do povo. A decisão precisa de dois terços e depois para me pôr fora precisa da maioria. Os Senhores estão naquela de pôr o Presidente na rua como se manda o cachorro. Está bem! Então vamos pela Moção. Isto fica-lhes bem!

Vamos abrir a discussão. O Presidente da Assembleia também se inscreve, como é evidente, tenho aqui também um favor para devolver e queria fazê-lo na mesma condição que o recebi. Como os Senhores sabem no dia vinte e oito de dezembro foi feito aqui o convite para eu me ir embora e para eu ir com dignidade e para ir com elevação das boas recordações que eu tinha deixado aqui nesta Assembleia. A intervenção foi feita pelo Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, pessoa que eu prezo e estimo, e porque assim é trouxe uma intervenção escrita, que é assim que se faz quando a gente tem respeito, e para

também não haver nenhuma desculpa da parte do Sr. António Lopes de que falou de improviso.

Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, foi o Senhor que me questionou e é a si que eu respondo. Naturalmente que isto é uma resposta ao Partido Socialista e é uma resposta ao que me vai na alma também. Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, sem favor lhe digo que é muito o respeito, a consideração e amizade que nutro pelo Senhor. Por ser assim, e para não dizer nem mais nem menos do que quero dizer, e para que das minhas afirmações possa tirar todas as consequências e juízos, escrevi esta minha intervenção/resposta, que lhe devo desde vinte e oito de dezembro.

Começo por lhe dizer aquilo que é um dado adquirido para esta Assembleia e para o Concelho. Não sou Socialista, do Socialismo preconizado pelo PS. Sou de um outro Socialismo. Aquele que se diz que não é em liberdade, como se isso fosse possível. Também lhe queria dizer que o PS nunca me acolheu. Honra lhe seja, tentou tornar-me um dos seus membros. Nunca, em momento algum, deixei de afirmar o que agora digo, os meus ideais e as minhas convicções, incluindo nesta Assembleia.

Para dizer que o PS nunca me acolheu, porque nunca lhe pedi para me acolher. O PS convidou-me para ser candidato a Presidente da Câmara, o que muito me honrou. Porque sou pessoa de bem, porque sei das minhas limitações intelectuais e dos meus afazeres profissionais, declinei. Sugeri o Senhor Presidente da Câmara no que, tendo hoje algumas reservas, ainda não me arrependi. Propus-me apoiar o projeto e o atual Presidente por uma questão de muita amizade com este, que da minha parte se mantém, mas essencialmente, porque tendo-o eu recomendado, me senti na obrigação de o apoiar. Mas, não só. É conhecida a minha luta para implementar, neste Concelho, uma verdadeira democracia, objetivo que ainda não consegui. Foi esse o principal motivo da minha adesão ao projeto. Porque sou realista, tinha e tenho consciência que os ideais que defendo não têm, por enquanto, adesão bastante para poder governar o Concelho. Penso que o problema é mais do Concelho que dos ideais, mas, não é isso que importa realçar. O PS serviu-se de mim, eu servi-me do PS para, ambos, atingirmos um objetivo comum, a saber: a governação progressiva e democrática do Concelho.

Este é o objetivo, sem sofismas nem ambiguidades. Não me animam vinganças, não estou preocupado com o que se pense das minhas atitudes. A minha lealdade, três vezes jurada nas tomadas de posse, é com este Concelho, esse sim, que me acolheu, onde me sinto muito bem e pelo qual lutarei até ao

limite das minhas forças. Aconselhou-me a não querer mudar os outros. Se eu entender que estão errados, tenho o dever de tentar. Mais o tenho, quando esses outros se servem do poder público para interesses pessoais ou de grupo.

Infelizmente, são muitos e em vários quadrantes, especialmente os do chamado “arco do poder”, onde, genericamente, não se olha a meios para atingir os fins. Os que dele se servem para os ditos interesses pessoais. Lamento muito constatar, num projeto em que tenho responsabilidades, situações que tanto contestei e continuarei a contestar e que era pressuposto não existirem. Dá-me pouco gozo cruzar-me nestes corredores e não só, com um sem número de pessoas que vi com as bandeiras que defendi. Não que não tenham direito. O problema é que ninguém me quer esclarecer dos critérios porque são estes, e não outros, os que cá estão. Se alguém mudou, não fui eu. Continuo a pugnar pelos mesmos direitos e obrigações para todos os vinte mil oitocentos e quarenta e um Oliveirenses recenseados pelos Censos. Continuo a lutar por um conjunto de alterações políticas que tardam em acontecer e, algumas, mudaram para pior.

Estranhei muito ouvi-lo dizer que a Câmara não está subordinada a esta Assembleia. O Senhor é Jurista. Diz o artigo 239º, nº 1, da Constituição “*A organização das autarquias locais compreende uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo, colegial, perante ela responsável*”...! A Carta Europeia de Autonomia Local, no seu artigo 3º diz, textualmente: 1 – “Entende-se por autonomia local o direito e a capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei sob a sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações uma parte importante dos assuntos políticos.

2 – O direito referido no número anterior é exercido por conselhos ou assembleias compostos de membros eleitos por sufrágio livre, secreto, igualitário direto e universal, podendo dispor de órgãos executivos que respondem perante eles. É a Câmara que responde perante esta Assembleia não é o Presidente da Assembleia que quer pôr uma Câmara dentro da Câmara. As leis existem e não fui que as fiz. A mim, só me compete respeitar e fazer respeitar. Artigo 7º, alínea a) e e) do Regimento desta Assembleia, que diz textualmente: Assegurar o cumprimento da lei e a regularidade e legalidade das deliberações.

Efetivamente, Senhor Doutor, como muito bem disse em vinte e oito de dezembro, “*eu não concordo com algumas decisões da Câmara, mas há quem concorde*”...! Não tenho dúvidas, Aliás é esse o problema. A minha vantagem

é que não tenho clientelas para satisfazer. Até onde puder vou tentar que ninguém tenha. Contudo tenho que confessar a minha incapacidade. Já tem gente de mais, para o meu gosto. Lamento mas não respeito essas opiniões. Vou combatê-las com todas as forças porque foi esse o meu compromisso com o eleitorado. “*Deem-me força que eu assumirei as responsabilidades*”. Foi o meu pedido. E cá estou. Pugnando por um tratamento igual para todos, com algum insucesso, reconheço.

A minha direção é sempre a mesma. Não sou cata-vento. O meu compromisso é com Oliveira do Hospital. Traição, seria abandonar uma luta que iniciei em dois mil e cinco, sendo as questões de fundo essencialmente as mesmas, o meu comportamento só pode ser o mesmo. Aliás, nem sei porque causa tanta estranheza. Já não tenho idade para ir lá com “beijinhos” nem com políticas pepsodente que em nada me confundem nem estimulam. Esta Assembleia caracteriza-se por ser uma das mais desinteressadas das suas funções em todo o País. Neste Concelho nunca se fez o relatório do estatuto da oposição; Lei 24/98 de 26 de maio do mesmo ano. Não há Conselho Municipal da Segurança; Lei 33/98 de 18 de Julho do mesmo ano. Requerimentos tenho visto os meus, Comissões especializadas nem pensar. Assumir responsabilidades deixa-se para a Câmara. O PS já por aqui andava e com uma grande representação. Porquê estes desleixos? Dá Trabalho? Pois...sei que sim... Ninguém nos obrigou a candidatar. Se não se tem responsabilidade, não se apregoe: “*tudo pelas pessoas*”.

Termino dizendo-lhe que, com dignidade, penso, sempre saio. Não me pesa a consciência de não ter feito pela democracia no Concelho tudo o que estava ao meu alcance. Lembrou-me o Senhor, o frontispício que está aí, atrás de nós, e os valores que ele representa. É por eles, também, que travo esta luta. É pelos valores da liberdade, da fraternidade e da igualdade que é a minha luta. Só que, comigo, é para todos. Parece que há quem defenda estes valores mas só para alguns. Os da bandeira que em cada momento detém o poder. Tenho muita dificuldade em entender onde é que se enquadra o novo Regimento desta Assembleia, perante os valores do frontispício.

O Presidente desta Assembleia o que tem tentado fazer, como lhe compete, é pugnar pela legalidade democrática, pela participação ativa e construtiva de todos os membros que a compõem, é tentar ajudar a boa governação do Concelho, fiscalizando, criticando, propondo. Tal como é seu e meu dever. Se pretendiam um “cabide” para o fato, de todo. Como se comprova escolheram a pessoa errada. Estou aqui para lutar pelo Concelho. Não estou



aqui para fazer “fretes” a ninguém. E será assim, onde quer que eu esteja. Se tiverem coragem de se substituir aos oito mil que em mim votaram, estejam à vontade. Tenho alguma curiosidade em saber quem é o “democrata” que se presta a esse papel...! Só é vencido quem desiste de lutar. Se me faltar o poder do Presidente da Assembleia Municipal, sobra-me o mesmo poder de fiscalizar e sobra-me a liberdade de ação de Membro da Assembleia.

Sim, Senhor Doutor, tudo farei para ser digno merecedor da confiança que o eleitorado em mim depositou. Penso estar a cumprir, na íntegra o que de mim esperam. Essa mensagem tem-me chegado. Inclinar-me, seria ceder a fins e interesses de grupo, que só a alguns aproveitam, em prejuízo dos que me elegeram e do todo que constitui o Concelho, e numa perspetiva mais vasta levou ao descalabro deste País e à perda da nossa soberania, Por aí, não vou.

Muito obrigado.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

- “Percebo o estado de alma do Sr. Presidente da Assembleia. Quero referir que eu não contribui para o que está a acontecer. Sempre fui um homem de paz e o Sr. Presidente da Assembleia sabe isso. Várias vezes o chamei já numa fase de algum desgaste. Este dia é um dia triste para mim se for votada a destituição do Sr. Presidente da Assembleia porque nos unia uma amizade forte. Reconheço que foi um dos homens que teve influência e que me convenceu para ser candidato a Presidente da Câmara.

Este António Lopes que me acompanhou neste segundo mandato e depois desta vitória é um António Lopes que não existiu no primeiro mandato. No primeiro mandato eu elogiei-o várias vezes aqui. Conversávamos muitas vezes sobre vários problemas do Concelho e eu ouvia-o e havia um tráfico de influências positivas para o Concelho. Depois daquilo que se disse o António Lopes com esta declaração contradisse tudo o que andou a dizer na Assembleia.

O António Lopes, dessa primeira fase, é um homem que também teve algumas saídas infelizes, e ele sabe que eu não quis falar nisto e não quero recordar algumas coisas. Eu muitas vezes apoiava uma Junta que ele achava que eu não devia apoiar e isto também é verdade e não vale a pena dizer qual. Vila Franca da Beira e o Senhor também sabe porquê! Se quer que eu diga! E eu também sei porquê, mas não vale a pena porque isto não é relevante. Mas eu disse-lhe que olhava para todas as Freguesias da mesma maneira.

Mas há outra coisa que está aí no relatório e hoje a Câmara de Oliveira do Hospital tem muito menos pessoas em termos de Quadro de Pessoal.

Também foi este mesmo homem que no mandato anterior me dizia, e pode confirmar se é mentira ou se é verdade. Eu nunca persegui, aqui na Câmara Municipal, as pessoas. Se a máquina precisava delas abri concurso para todas as pessoas. Havia muitas pessoas que estavam com Contrato a Termo e passei-as para o Quadro porque eram bons funcionários e nunca houve aqui nenhuma perseguição a ninguém. Saíram dois ou três funcionários: Um porque trabalhava um dia e ficava quatro em casa, e o poder que vinha detrás compactuava com isto, porque havia outros que lhe faziam o trabalho. E chamei esse jovem e disse-lhe: Andas a estudar e se um dia te formares eu estou disponível para te ajudar mas não tens vocação para isto e por isso não te vou renovar o Contrato. E foram duas ou três pessoas que não tiveram o seu contrato renovado. Eu não os despedi.

Também é verdade, e aqui é que é interessante, porque era este António Lopes que muitas vezes me dizia: Sr. Presidente os Socialistas andam zangados contigo porque tu só andas a meter os do PSD. O António Lopes pode dizer se isto é verdade ou se é mentira. Comigo não se metem as pessoas do PSD, e não foram cento e sessenta pessoas, está no relatório e está mencionado nas contas, foram cento e dezasseis pessoas. E nestas cento e dezasseis pessoas há de haver Socialistas e há de haver PSD's e também PC's, de certeza. Há pessoas que integraram as lista do PC e que já cá estavam a fazer estágios e também há do CDS. Nunca perguntei a nenhuma pessoa qual era o seu partido. O João Dinis, que está aí, também sabe que está aqui uma pessoas que foi na lista dele e ele pode dizer se houve algum dia algum tipo de pressão do Presidente com essa pessoa. Eu dou uma oportunidade a todos. Mas deixem-me dizer-vos que não fiz mais do que a minha obrigação até porque é a perspectiva que eu tenho.

Contudo, houve uma redução substancial e há opções que são políticas e que no passado o nosso Presidente da Assembleia até concordou como por exemplo, no início do meu mandato a primeira medida que eu tomei foi integramos cinquenta e oito Contratos de Emprego e Inserção Profissional. Tal como as Juntas também têm os seus critérios. Eu digo com mágoa que houve um afastamento claro nas relações com o Sr. António Lopes. O Sr. António Lopes diz que eu lhe mandei uma carta a dizer para ir lá buscar os papeis. O Sr. António Lopes sabe porque é que eu lhe fiz isso e fiz porque o Sr. António Lopes aproveitou um dia em que eu estava para Lisboa e andou aí de Serviço em Serviço, num clima de desconfiança, que sinceramente me perturbou porque o Sr. António Lopes não foi homem para chegar ao pé de mim e pedir-me esses documentos. Ele sabe que eu nunca lhe recusei nenhum documento.

Na minha opinião, e não é para o desculpar, mas eu acho que o Sr. António Lopes atravessa uma fase que tem algumas características depressivas. Já disse isso à sua irmã e já disse isso à sua mulher.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

- “É com muita honra que, se calhar, o chamo pela última vez Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Eu pensei que já tinha ouvido tudo, até se costuma dizer um bocadinho a brincar que “só nos falta ver um porco a andar de bicicleta”, mas o Presidente da Câmara a chamar doido, ou que precisa de tratamento, ao Presidente da Assembleia eu nunca pensei que tivesse que assistir.

De uma forma ou de outra, sem querer entrar nesse debate, se o Sr. Presidente da Câmara se sentiu ofendido com isso peço-lhe já desculpa e que não seja por aí e eu acho que não é necessário levarmos o debate para aí, nem nos referirmos às qualidades emocionais ou pessoais das pessoas porque não é isso que nos interessa. Aliás, quando o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves dizia há pouco e falava da atitude pueril da ala Centro Direita que aqui está, e onde eu me incluo, eu acho que não vi nada mais pueril do que o comportamento do Partido Socialista e do Presidente da Assembleia e do Presidente da Câmara e de tudo isto.

O Partido Socialista que teve o resultado que teve há não mais de oito meses, e eu espero sinceramente que os Senhores Jornalistas desempenhem a sua função com brio, como o têm feito, e levem ao conhecimento do Município e das pessoas que votaram no Partido Socialista, oito mil e tal votos, e que perguntemos a essa gente toda se se revê neste tipo de comportamento.

Depois dizer, e para terminar o debate, que termina a equipa maravilha. Aquilo que acaba aqui também é a equipa maravilha. E de facto era uma equipa maravilha e funcionava muito bem e muitas vezes nem percebíamos bem porquê, mas, como uma vez disse o Jano, era uma equipa que parecia que não podia funcionar mas que funcionava na perfeição e tiveram um resultado histórico que nunca ninguém teve no nosso Concelho. Foram vocês os dois e não o Partido Socialista que teve a maior confiança política do eleitorado que alguma vez em Oliveira foi dada a duas pessoas. Basta sair á rua e perguntar, porque vocês tiveram votos de gente do PSD, de gente do CDS, de gente do PS e do Partido Comunista. Vocês conseguiram e foram as vossas duas figuras, e é preciso dizê-lo, que têm características idiossincráticas, quer um, quer outro, e

vocês sabem, eu não faço segredo disso, têm muitas qualidades, quer um, quer o outro, e é hoje essa equipa que aqui termina e termina a mando e a pulso do Partido Socialista.

É o Partido Socialista que aqui hoje toma o poder. É o Partido Socialista que hoje toma conta dos votos que vocês os dois tiveram e isto é tão mau para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal como é mau para o Sr. Presidente da Câmara. Hoje foi o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Saberemos se amanhã, ou no futuro, queira Deus que não, não será o Sr. Presidente da Câmara!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

- “Só quero dizer ao Sr. Deputado Luís Lagos que o Partido Socialista, mais uma vez lhe afirmo e reafirmo, continua calmo, sereno e consciente das suas responsabilidades e não é com as essas intervenções que vai fazer com que os nossos alicerces tremam.

Quanto à questão que o Sr. Deputado colocou e a fazer cenários futuristas acerca do Partido Socialista e daquilo que o Partido Socialista vai fazer para o futuro dizendo que agora foi o Sr. António Lopes, ou será iremos ver, e depois diz, cuidado Sr. Presidente da Câmara que se calhar é o Senhor a seguir, Sr. Deputado seja sério. Mais uma vez lhe digo que nós não vamos em diversões desse tipo. O Partido Socialista está unido. O Senhor não consegue dividir este grupo nem consegue dividir as pessoas que estão lá fora convictas que este projecto é um grande projecto e que tem pernas para andar no futuro. Nem o Senhor, nem ninguém! E muito menos quando o Partido Socialista, para o Senhor ficar descansado e para dormir descansado, tem e está todo, sem exceção, ao lado do Sr. Presidente da Câmara porque merece toda a confiança que o Partido Socialista pode depositar em alguém. Portanto, Sr. Deputado Luís Lagos, durma descansado porque não é por aí que os problemas do Concelho vão deixar de ser resolvidos não vai ser por causa dos problemas que possam eventualmente existir com o Sr. Presidente da Câmara no Partido Socialista que os problemas do Concelho não se vão resolver. Durma descansado quanto a essa matéria.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

- “Eu continuo a dizer o que diz o artigo 50º. Deliberação desta envergadura deve ser metida num Ponto de Ordem. Os Senhores acham que

não que eu estou agarrado à cadeira. Então como é que os Senhores querem fazer a votação? Ela tem que ser por voto secreto. Aliás, acaba por ser cometida uma ilegalidade porque estava-se a discutir e o Presidente da Assembleia estava cá. Façam lá a votação que eu vou sair outra vez e já levo os papeis comigo.

Senhor Doutor, o Presidente da Mesa já disse claramente que a sua posição é aquela que está aqui na Lei. O artigo 46º diz que o Presidente ou a Mesa podem ser demitidos a qualquer momento e na forma deliberada. Diz-se que quando se impõem novos Ponto na Ordem do Dia e quando se tomam deliberações que é preciso autorização de dois terços dos Deputados. Os Senhores querem levar isto para uma Moção e dizem que é assim. Isto de pôr o Presidente da Assembleia fora é assim uma coisa de todos os dias, é uma coisa corriqueira. Os Senhores querem achincalhar a dignidade da Assembleia a esse ponto. OK!

Agora pergunto-lhe, para não acabar no último dia como um antidemocrata, como é que os Senhores querem fazer a votação? Querem discutir mais ou já é para votar? Porque neste momento é fazerem a votação e eu passo para ali. Há mais alguma coisa para fazer? Estamos aqui a discutir o sexo dos anjos para quê? Se não é para cumprir a Lei a rigor, e se não é para cumprir com dignidade, se é para achincalhar os Senhores ficam com o ónus do achincalhamento com o protesto, naturalmente, do Presidente da Assembleia que sai daqui, como acabei de dizer, com a consciência muito tranquila por sempre ter feito o que deve. E quando o fiz melhor foi agora. Houve de facto um tempo que tentei governar pela magistratura de influências mas o “canto da sereia foi cantando” e a certa altura deixaram de me ouvir. Paciência!

Vamos lutar agora como deve ser, como é o meu dever, porque foi isso que eu prometi aos eleitores e vou fazê-lo. Os Senhores já vão ver quando eu passar para ali daqui a um bocadinho. E não é uma ameaça, é um dever. Eu continua na minha linha de coerência a defender os meus pontos de vista e o interesse do Concelho porque foi isso que eu jurei três vezes. Votem lá secretamente. Se me querem pôr na rua, ponham. Basta a maioria de cinquenta por cento mais um. Pelo resultado anterior está mais ou menos claro e nem valia a pena ir fazer a votação.

Façam lá a votação e depois chamem-me. Como digo, eu já levo os papelinhos para ir para ali para aquele lado. Vou ficar aqui à frente para ficar a olhar para o meu substituto.”

Com a saída da Mesa da Assembleia Municipal do Sr. António dos Santos Lopes, passou a exercer as funções de Presidente da Mesa em substituição o Primeiro Secretário, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, igualmente passou a exercer as funções de Primeiro Secretário da Mesa em substituição o Segundo Secretário, Dr. António José Rodrigues Gonçalves e para exercer as funções de Segundo Secretário da Mesa foi cooptada dos Deputados da Assembleia Municipal a Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves.

De seguida, utilizou a palavra o Presidente da Mesa em substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

- “Vamos proceder à votação. Isto não foi mandado fazer pela Mesa foi mandado fazer pelo Sr. Presidente da Assembleia. A proposta de votação é a destituição do Presidente da Assembleia Municipal, António dos Santos Lopes.

Custa-me pôr isto mas eu vou ler. Não é com muito agrado que eu vou fazer isto, em termos pessoais, mas eu vou ler para se saber bem aquilo que se vai votar. Só vou ler a parte final dos considerandos que é no fundo a proposta:

*“ ... ao ponto de afirmar aqui neste Salão Nobre, num claro desrespeito pela honra e dignidade dos membros desta Assembleia, tanto do Partido Socialista como dos partidos da oposição, (...) o Grupo do Partido Socialista, nos termos do nº 2 do artigo 46º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e do nº 2 do artigo 5º, do Regimento desta Assembleia, aprovado por larga maioria no dia 28 de fevereiro de 2014, propõe à votação a destituição imediata do Sr. António dos Santos Lopes de Presidente da Mesa deste Órgão Autárquico”.*

De seguida procedeu-se à votação da proposta de destituição do Presidente da Assembleia Municipal, António dos Santos Lopes. A Proposta de destituição do Presidente da Assembleia Municipal foi aprovada com a seguinte votação: 24 votos a favor, 7 votos contra e 3 votos em brancos.

Depois de efetuada a votação o Sr. António dos Santos Lopes regressou ao Salão Nobre. Após a aprovação da destituição de Presidente da Assembleia Municipal o Sr. António dos Santos Lopes passou a exercer funções somente de Deputado Municipal.

Em seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

- “Nos termos do Regimento, o Presidente é substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Primeiro Secretário e este pelo Segundo Secretário. Depois o nº 3 do artigo 5º do regimento diz que *“Na ausência simultânea de todos ou*

*de alguns dos membros da mesa, a assembleia elege, por voto secreto...”. Se quiserem elegem por voto secreto a presença da Dr. Aldina aqui na mesa, “de entre os seus membros presentes, o número necessário para integrar a mesa ou nova mesa que presidirá às sessões até ao fim do mandato”. A única questão que falta é eleger por voto secreto a Dra. Aldina. Eu recorro que nos três anteriores mandatos... Meus caros amigos, não vamos confundir as coisas outra vez. Eu li a Lei, eu não dei a minha opinião. A confusão serve a alguns eu peço-vos que não anarquizem.*

Posso ler outra vez mas já disse isto três vezes: *“No caso de destituição, suspensão, renúncia ou demissão de membros da mesa, os mesmos serão substituídos nos termos da parte final do n.º 2 do artigo 4.º”*. O artigo 4º diz o seguinte: *“O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro secretário e este pelo segundo secretário”*. A única coisa que faltará aqui é eleger a Dra. Aldina. Mas eu recorro que durante os três mandatos anteriores o Presidente, na altura, quando faltava o Sr. Dr. António Simões Saraiva, o Sr. Carlos Rocha pedia se se opunham a que fosse para a Mesa um membro do PSD. Agora se fizerem questão de eleger a Dra. Aldina para estar aqui como terceiro elemento podem fazê-lo.”

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Mesa em Exercício, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

- “Isto é só para esta Sessão. Claro que haverá eleições na próxima Assembleia porque nós automaticamente e para não estarmos aqui a demorar mais senão demitimo-nos já e tínhamos que voltar a fazer a eleição e portanto na próxima Assembleia será eleita uma nova Mesa.

Peço-vos que não ultrapassem o tempo que está reservado à intervenção de cada um.”

Após a destituição do Presidente da Assembleia Municipal, Sr. António dos Santos Lopes, e como ninguém se opôs a que a Dr.ª Aldina Neves fizesse parte da Mesa em cooptação de entre os membros da Assembleia, a Mesa da Assembleia Municipal passou a ter a seguinte constituição: - Presidente da Mesa, em substituição, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes; - Primeiro Secretário, em substituição, Dr. António José Rodrigues Gonçalves; Segundo Secretário em cooptação, Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves.

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Começava por cumprimentar o novo Presidente da Assembleia Interino e a restante Mesa.

Calhou-me a mim depois desta tempestade vir a esta tribuna.

A minha intervenção incidia sobre as Contas de 2013 porque para intervir politicamente nós temos os nossos colegas mais bem preparados.

Quero enaltecer algumas coisas que este Executivo fez durante o Mandato de 2013 mas depois de lhe ter sido imputado tanta coisa mal feita talvez o que eu queira dizer seja muito pequenino.

Relativamente ao Plano e Orçamento penso que está tudo vertido no documento. Isto para dizer que os eleitos nesta Assembleia, em princípio, sabemos o que estamos a fazer. Eu li o Relatório das Contas e de acordo com alguns resultados podemos ver que apesar das dificuldades e dos cortes que foram feitos esta Câmara Municipal conseguiu cumprir minimamente o que tinha previsto no Plano e Orçamento.

Sabemos perfeitamente que às vezes gostamos de ir mais além mas às vezes falta-nos um bocadinho desse orçamento que prevíamos.

Quero por isso enaltecer as contas que estão neste relatório e enaltecer também, e aqui sim, “chegar a brasa à minha sardinha”, para referir o esforço que esta Câmara continua a fazer com os subsídios às Juntas de Freguesia. Com este aspeto fico satisfeito porque apesar das dificuldades que o Sr. Presidente da Câmara e este Executivo têm tido continuam a fazer os Protocolos com as Juntas de Freguesia e, como o Sr. Presidente da Câmara sabe, é com esse dinheiro que as Juntas de Freguesia satisfazem algumas exigências com que se deparam no dia-a-dia. Este procedimento é muito bom, estes quatro anos em que tivemos subsídios e com certeza que os meus colegas concordam comigo, porque resolvemos determinados problemas e que sem este dinheiro dificilmente os poderíamos resolver.

Como a vida no País está a melhorar um bocadinho eu só queria fazer aqui um pedido ao Sr. Presidente da Câmara: Se nos pudesse aumentar um bocadinho esse subsídio acho que os Presidentes de Junta ficariam muito satisfeitos e com certeza que conseguiriam resolver alguns problemas nas nossas Freguesias dado que esta Lei dos Compromissos nos está a atrofiar.

Quero mais uma vez agradecer e dizer que sei que o Sr. Presidente da Câmara tem muito boa vontade para ajudar as Juntas de Freguesia e se não fosse essa boa vontade do Sr. Presidente da Câmara não poderíamos fazer as obras nas Freguesias devido ao colete-de-forças criado pela Lei dos Compromissos.”



De seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que fez a seguinte intervenção:

“É com enorme satisfação que informo que no âmbito da legislação em vigor foi criada uma Unidade de Cuidados na Comunidade, a chamada UCC, no Centro de Saúde local designada “Pinheiro dos Abraços”, que iniciou funções em abril. A sua Coordenadora é a Sra. Enfermeira Alexandra Garcia.

Esta unidade presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional, ou doença que requeira acompanhamento próximo. Atua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção.

Tem vários projetos, alguns a desenvolver em contexto escolar, outros na comunidade em geral, entre os quais destaco a equipa de cuidados continuados integrados, a chamada ECCI.

Constato haver uma preocupação comum, já manifestada aqui por diversos deputados, relativamente à necessidade de apoio no domicílio a pessoas com dependência, pelo que esta ECCI poderá vir a colmatar alguns dos problemas identificados, facilitando o acesso destes utentes aos serviços de saúde.

É uma resposta inovadora, da responsabilidade dos Cuidados de Saúde Primários, cujo critério geral de inclusão é o utente estar em situação de dependência, com necessidade de cuidados de saúde, que possua um contexto social ou familiar, cuja intensidade e complexidade dos cuidados permita a sua prestação no domicílio, de forma temporária ou permanente.

O apoio a prestar pode abranger o fim de semana, depois de analisados os critérios específicos de inclusão e as necessidades identificadas dos utentes.

O trabalho vai desenvolver-se em rede, na ótica da parceria, implicando assim a articulação com as IPSS e diversos parceiros.

O plano de ação desta unidade irá ser apresentado oportunamente aos parceiros e comunidade em geral, para divulgação dos seus projetos e da referenciação destes utentes a esta equipa.

Importa referir que a organização desta unidade deve-se no geral à motivação e dinamismo da sua coordenadora e dos profissionais da equipa, mas sobretudo, e tenho que o sublinhar, do empenhamento e decisão do Sr. Diretor Executivo do nosso Agrupamento de Centros de Saúde (ACES), que contribuiu

decisivamente para a sua organização, tendo em conta a especificidade da população do nosso Concelho.

Quero também expressar uma palavra de apreço para a Dra. Aldina Neves, Coordenadora da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) pela boa articulação e colaboração prestada a esta UCC, bem como pela partilha dos recursos.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Agora que os ânimos estão um pouco mais calmos gostaria de deixar alguns apontamentos: Gostaria de começar e lamentar este período inicial desta Assembleia Municipal no qual passámos quatro horas a discutir duas Moções e acho que não é verdadeiramente a função que nos traz aqui mas sim discutir os problemas reais do Concelho. O que se passou nada dignificou esta Assembleia Municipal e quero solidarizar-me com o Presidente da Assembleia Municipal destituído. Só espero é que o Sr. Presidente da Câmara não siga o mesmo caminho e que não leve as suas palavras à letra de que “*Só sairia quando saísse o Sr. António Lopes*”. Pois, defendo, como defendi com o Sr. António Lopes, que os mandatos devem ser cumpridos até ao fim.

Dito isto, gostaria de começar esta minha intervenção, e após esta nota prévia, de felicitar publicamente o quadragésimo aniversário do Clube de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital que muito tem contribuído para o desporto e para a cultura no nosso Concelho.

Uma palavra de felicitação ainda para a Corporação de Bombeiros de Oliveira do Hospital que completaram recentemente noventa e dois anos da sua existência.

Na sequência do dia de ontem, permita-me também uma saudação pelas celebrações de abril no nosso Concelho. Saudamos todos aqueles que lutaram contra o fascismo e contra o imperialismo e pela consagração dos direitos democráticos. É devido a eles que aqui estamos hoje.

Uma referência ainda à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, na pessoa do Sr. Presidente, pela excelente iniciativa que tiveram ao dar uma nova vida a uma das entradas principais da nossa cidade através de arte urbana de *graffiti*. Penso que também foi uma forma digna de honrar alguns dos nossos antepassados e parte da nossa história do nosso Concelho.

Feitas esta referências, gostaria, em primeiro lugar de me dirigir ao Sr. Ex-Presidente destituído da Assembleia Municipal e dizer-lhe que ao que parece

as recentes feridas continuam por sarar. Não o querendo maçar muito com este assunto mas, ao que parece, perdeu uma oportunidade para ter revelado na última Assembleia as tais ditas falhas que disse que iria revelar. Contudo, congratulo-me por o ter feito hoje, em parte.

Dito isto e voltando ou pouco atrás quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara sobre as questões que ficaram por responder na última Assembleia Municipal, nomeadamente o que é feito da tal empresa do ramo informático ligada à Microsoft que poderia eventualmente vir a ser instalada no nosso Concelho? Gostaria de saber algo mais de como está este processo.

Em segundo lugar, o porquê da passagem de trabalhos de impressão do Boletim Municipal a uma empresa de Coimbra?

Sobre o problema rodoviário, ali em frente ao estabelecimento Míni-Preço, para quando, se é que está prevista alguma intervenção naquele local?

Uma outra questão que gostaríamos de ver respondida é sobre a reabilitação do edifício do Café Portugal que aqui em tempos aprovámos. Qual é o ponto de situação deste processo?

Em relação a novos assuntos gostaria de me focar num tema principal nomeadamente de dois projetos que foram contemplados no Orçamento Participativo mas que até ao momento, tanto quanto me foi dado entender, não passaram do papel. Nomeadamente o *website* sobre serviços ligados ao turismo, e não sei se isso foi substituído pela página do *Facebook*, mas esse *website*, no qual estavam destinados dois mil euros, não me foi dado a conhecer que já exista, e, ainda, a reabilitação da cantina das instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.

Gostaria também de deixar algumas recomendações e apontamentos no que concerne aos *Mupies* que durante a noite se encontram ligados sem qualquer tipo de informação a passar nestes. Tive a oportunidade de constatar este facto ontem. Se é para estarem ligados e não ter qualquer tipo de informação a passar, apenas um ecrã preto, então que sejam desligados como forma de economizar.

Uma outra sugestão que gostaria de deixar é sobre a possibilidade de inclusão no *site* do Município dos contactos de todos os Grupos Municipais, nomeadamente um correio eletrónico, para que os Municípes possam contactar diretamente estes Grupos Municipais, se assim o desejarem, e como forma de terem informação das atividades políticas de cada Grupo Municipal nas Assembleias Municipais penso que poderia ser criado um *link* para que cada um

destes Grupos Municipais pudessem depositar informações relevantes que possam ser de interesse dos Municípios.

Finalmente gostaria de deixar um apontamento para que, uma vez mais, sejam tomadas as diligências necessárias juntos da entidade Estradas de Portugal para que minimize o estado lastimável em que continua a nossa Estrada da Beira.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente ao ato que acabou, pessoalmente não o vou fazer, embora dentro daquela linha de coerência se calhar o devia, mas para que de facto não se fique com a ideia de que eu estou mesmo agarrado ao poder porque aquilo que se passou, a eleição ou a falta dela, todas estas situações se calhar impunham-me que tomasse as medidas jurídicas que se impõem no sentido da liberdade. Eu não o vou fazer para não dizerem que de facto eu estava muito agarrado ao poder.

Os Senhores sabem que o que nós tivemos aqui foi de facto chicana, porque se as pessoas quisessem que houvesse uma demissão bastava os Senhores dois Secretários terem-se demitido e tinha que haver uma eleição da Mesa.

Agora já estou solto desta lado e já posso falar mais à vontade.

Queria dizer que o que eu digo aqui, politicamente falando, é dentro das minhas responsabilidades políticas porque pessoalmente nem fico ofendido com aquilo que digam a meu respeito e também espero que pessoalmente ninguém fique porque o que estamos aqui a fazer é debate político e porque já em tempos tive a mesma posição, aí num outro sítio, e vou dizer isto não como uma recomendação, e volto a dizer que pessoalmente não tenho nada contra a pessoa, mas os Senhores sabem que eu combati, mais ou menos como fiz aqui, na Caixa Agrícola porque foi entregue sem sequer uma Assembleia Geral e o Sr. Presidente de então recusou-se a responder na assembleia aos sócios.

Eu espero que o Partido Socialista, e eu não tenho nada contra o Carlos Mendes, tenha o bom senso de pôr aqui uma pessoa que não tenha esta nódoa no seu passado porque esta casa merece ser tratada como as coisas devem ser. Independentemente do que se pense e na mesma linha de coerência porque, volto a dizer, que esta Assembleia Municipal e este Concelho merecem de facto algum respeito. Dentro desta linha e já não havia grande ambiente para dizer que também me preocupa muito, e agora já estou com menos responsabilidades e já não me preocupa tanto, mas para que se saiba o Presidente da Assembleia

Municipal em Exercício soube que íamos ter aqui um grupo de guerrilha, que era preciso fazer sangue e mais um conjunto de coisas que não íamos votar no dia das eleições europeias, soube isto pela rádio. Era pressuposto que o Presidente da Assembleia, e um assunto desta envergadura, e que se estava a falar em nome dos cidadãos houvesse um bocadinho mais de calma, porque eu já ouvi aqui discursos muito inflamados quanto à ESTGOH. Tenho receio de ter Associação e não ter Escola. Eu uma vez roguei uma praga no Ervedal da Beira e disse: malditos sejais se não fizeres a bendita da Escola, pois parece que a praga lhe vai cair, Sr. Presidente porque o Senhor não fez a Escola.

Depois fizemos uma guerra muito grande contra os Agrupamentos e é verdade que eu também discordo mas nós temos cá os Agrupamentos.

Isto da política uma coisa é ser revoltado e outra coisa é ser revolucionário. As coisas fazem-se como devem ser feitas e nós perdemos a razão quando não a sabemos usar e quando não temos um discurso que potencie a nossa razão. Porque com esse tipo de atitudes me parece a mim que cada vez o IC6 estará mais distante.

Meus amigos era este tipo de conversas que muitas vezes ia fazendo e ia tentando que se resolvesse mas as pessoas têm os seus caminhos e eu tenho o meu. Continuo a dizer que foi sempre essa a minha preocupação pelo Concelho e há de ser assim que aqui hei de estar. Como eu disse, não tenho nada contra o Sr. Presidente da Câmara. Como Presidente de Câmara já lhe disse várias vezes e tenho para mim que ele poderia fazer muito mais e muito melhor prezo que efetivamente se têm feito algumas coisas boas neste Concelho.

Eu vou atacar o que tiver que atacar mas não fiquem à espera que eu fique aqui numa política de “bota a baixo” porque eu vou criticar da mesma forma que o estou a fazer agora. Aquilo que me parece que é desmedido e que não é racional e que não abona nada a idoneidade de detentores de cargos políticos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero reafirmar, mais uma vez, que este nunca seria o caminho e, como disse o Eng.º Rafael, e bem, eu e o António Lopes tínhamos o compromisso que deveríamos entramos juntos e sairíamos os dois juntos.

O António Lopes não abandonou a política está aqui como parlamentar e eu terei muito prazer que ele seja minha oposição e que eu lhe faça combate político sem problema nenhum.

Existia um compromisso para fazermos este mandato. Nós não traímos as pessoas que votaram em nós e que nos elegeram com esperanças e expectativas durante estes quatro anos.

Se alguns políticos de outras bancadas parlamentares estão à espera que nós lhe facilitemos a vida na preparação das eleições para dois mil e dezassete estão enganados.

A minha ideia é fazer este ciclo político e depois tenho mais coisas para fazer na minha vida. Há quem ache que tem de estar agarrado ao poder. A ideia que eu tenho neste momento, só se houver um me catombo na minha vida, é que farei este meu mandato e depois partirei para uma vida porque há muito mais vida para além da política e desta guerrilha onde eu, se calhar, não tenho características para estar. Não sei como é que se pode aguentar oito anos nestas guerrilhas.

Queria dizer ao António Lopes que ele foi o meu professor político durante estes quatro anos e há aqui duas conclusões que eu tiro: Ou eu fui mau aluno político do António Lopes, ou ele foi mau professor político do José Carlos Alexandrino.

Sempre fomos muito frontais, ele ainda agora disse que eu podia fazer mais e eu também disse ao António Lopes, depois de ele instituir este estado de guerrilha, que ele não reunia o perfil, neste momento, para ser o Presidente da Assembleia Municipal.

Também tenho de dizer que o Dr. José Francisco Rolo, ao longo deste processo, sempre foi um homem muito equilibrado e que sempre fez tudo na tentativa da resolução deste problema. Ainda há pouco tempo tínhamos feito tudo para que isto não acontecesse tentando arranjar possibilidades de um reajustamento quando somos capazes de falar olhos nos olhos. Agora não se pode sair de uma reunião onde estava em causa um Regimento e depois passa-se a fazer um ataque contra o Presidente da Câmara. Este tipo de comportamentos faz com que termine a confiança nas pessoas.

Também aprendi muito na política com o António Lopes e não é um dia de alegria para mim ver o António Lopes passar para ali. Sei que vai ser um opositor digno, um opositor duro. Mas eu prefiro tê-lo daquele lado neste momento do que tê-lo deste lado e permanentemente a fazer algum trabalho político enviesado.

A partir de agora espero que o António Lopes faça uma oposição construtiva e eu espero defrontá-lo e se puder recolher algumas ideias também o farei porque sou humilde politicamente mesmo que o António Lopes diga que o

Presidente da Câmara se deixou “embriagar” com os oito mil e tal votos. Eu não me deixei “embriagar” pelo poder.

Falou também das dificuldades, e deu uma nota que espero que não seja a pessoa que lhe tenha passado essa informação, de algumas opções políticas e dos compromissos assumidos mas que estavam assumidos dentro da linha de coerência dentro das opções políticas e de alguns apoios que estão comprometidos. É o caso do Teatro do Ervedal que é uma obra que a Câmara Municipal apoiou como vai apoiar outra obra que é a Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos, que são obras importantes e que têm participações financeiras. Como iremos apoiar a obra na Casa Sangianense que tal como a Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos tem uma direção jovem que faz um trabalho muito interessante.

Somos capazes de reinaugar o Teatro do Ervedal no dia dezassete e gostaria de vos convidar a todos se o Presidente da Sociedade Recreativa, Eng.º João Paulo, me permitir e que é uma obra que honra o Concelho porque aquele Teatro é o único no nosso Concelho.

Quando falamos de alguns apoios e quando não há disponibilidade financeira, nós tentamos encontrar soluções e depois honramos esses compromissos.

Dra. Luísa Vales quero dar-lhe os parabéns. Eu já reuni com a Enfermeira Alexandra Garcia e com mais dois elementos da equipe, sei que a Sra. Dra. Luísa Vales também faz parte da equipe.

Eu acho que tudo o que venha para o Concelho em termos de apoio aos mais vulneráveis é fantástico.

Queria também deixar aqui uma palavra de agradecimento a um homem com quem mantenho uma relação de amizade, alguns acham que os partidos nos podem dividir nas amizades. Eu tenho uma grande consideração pelo Dr. Avelino Pedrosa que é um homem que na minha opinião está a fazer um grande trabalho dentro das limitações financeiras mas que nos tem dado ajuda e que nos tem ouvido.

Também tenho que reconhecer aqui e deixar uma palavra de solidariedade e de agradecimento ao Presidente do Município de Arganil, Ricardo Pereira Alves, porque dentro dos corredores do PSD tem sido uma pessoa fantástica em defesa do IC6 e do IC7. Eu sei qual é o esforço e as portas em que ele tem batido e as reuniões onde tem participado dentro de um espírito de aproximação ao poder, ao PSD que lá está, se fosse o Partido Socialista se calhar teriam que ser outros, mas ele tem feito esse trabalho.

Contra a opinião do meu Ex-Presidente da Assembleia acho que houve aqui uma grande conquista porque conseguimos trazer as direções da duas CIM, o Vítor Pereira, Presidente da CIM da Serra da Estrela e Presidente da Câmara da Covilhã e o João Ataíde, Presidente da Comunidade Intermunicipal de Coimbra, e juntámos também Presidentes dos diferentes partidos na defesa dos IC's e a determinada altura aquele colóquio transformou-se num comício político de oposição ao Governo. Também saúdo o Nuno Vilafanha que é o Presidente da Comissão Concelhia do PSD e que também esteve presente. O problema das estradas é um problema de um todo e não é um problema de partidarite aguda.

A Comunidade Intermunicipal de Coimbra está a fazer um grande trabalho e às vezes não valorizamos o que temos e muitas vezes escrevem nos *on line* que o Presidente apresenta uma política trauliteira e eu digo: Se fazer política trauliteira é defender os nossos interesses, é dizer que somos capazes de fazer diferente para sermos ouvidos então eu não me importo que o Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital seja um trauliteiro porque no exterior é reconhecido e é respeitado nas suas opções.

Também reuni com o Presidente das Águas de Portugal para resolvermos os problemas relacionados com as Águas do Zêzere e Côa e com a faturação da água. O Presidente das Águas de Portugal disse ao Presidente das Águas do Zêzere e Côa que tinha que negociar a redução do valor das faturas porque não tinham sentido e porque Oliveira do Hospital sempre honrou os seus compromissos.

Eu não quero ser nenhum revolucionário eu quero é que os outros percebam aquilo que o nosso Município e a nossa região necessita.

Ontem reafirmei aqui na minha intervenção o meu supra-partidarismo em relação às forças políticas do Concelho. Tal como disse o Dr. Luís Lagos e o Dr. Nuno Vilafanha eu fui eleito por muita gente de diversas forças políticas mas também tenho que dizer que o Partido Socialista, e que tenho orgulho de ter sido eleito nas suas listas, nunca me condicionou absolutamente em nada. Isto é importante que se perceba. Perante algumas opções o Partido Socialista poderia ter-me condicionado mas tenho sido um homem livre, se não fosse, não teria a coragem de ter dito no colóquio de Seia, e que o Vilafanha ouviu, que não concordava com algumas opções e nunca ninguém do Partido Socialista me veio pedir contas. Até hoje nunca me senti condicionado pelo Partido Socialista.

Ainda ontem reafirmei que sou um homem suprapartidário porque quando nós somos eleitos não devemos ser do PSD, do PS, do CDS, devemos ser do



Concelho e devemos defender os interesses do Concelho mesmo que às vezes eles sejam vistos de forma divergente.

Não é o Presidente da Câmara Municipal que faz oposição a este Governo. Mas quem sou eu? A oposição faz-se no Parlamento da Assembleia da República nos debates políticos. Mas eu tenho o direito, e não sou dos que pensa, e reafirmei-o ontem aqui nesta sala, que os Governos Socialistas fizeram tudo bem e que estes têm a culpa de tudo. Não tenho essa ideia. Tenho uma ideia diferente porque há responsabilidades do passado e há responsabilidades hoje.

Importante para o País era que o Governo que lá estivesse governasse muito bem para fazermos o desenvolvimento económico porque são eles hoje que representam o País.

Não concordo com muitas medidas nomeadamente com esta de nos terem deixado o IC fora das Infraestruturas de Valor Acrescentado.

Tenho muitos amigos no PSD e também sei algumas coisas que se passam nas Comissões Políticas do PSD e há algumas coisas que me desagradaram por parte de alguns protagonistas que tinham a obrigação de estar com Oliveira do Hospital e que não estiveram porque acham que se o Governo fizer esta estrada o grande vitorioso é o Alexandrino. Isto é um disparate completo! O que interessa é o desenvolvimento económico porque o Alexandrino hoje está aqui e amanhã estará noutra lado e estará noutra vida tão feliz e capaz de vestir um fato de treino, como o fiz toda a minha vida, e andar de bicicleta porque estas pequenas coisas também nos dão felicidade.

Nós devemos unir-nos porque este mandato é um mandato muito difícil em termos financeiros. Este problema das águas criou-nos alguns problemas financeiros que estamos a ultrapassar. Fizemos alguns cortes, logicamente.

As Juntas de Freguesia são testemunhas. Algumas Juntas tiveram muitas dificuldades financeiras porque não têm possibilidades com as transferências que hoje têm de sustentabilidade. Há aqui quatro Freguesias com muitas dificuldades e não foi possível eu ir a tempo para as ajudar. Nunca me tinha acontecido como Presidente do Município, uma Junta de Freguesia precisar de cinco mil euros para pagar aos seus funcionários e eu não ter possibilidades para os ajudar. Por isso foi obrigado a refletir e a fazer. Mas isso não tem nada a ver com a gestão do Presidente da Câmara. Eu acredito que este ano havemos de chegar com a receita a ser superior à despesa porque não há outra maneira se nós queremos ter equilíbrio financeiro.

Há compromissos financeiros que vêm de trás que nós temos que honrar. O saneamento, os subsídios como por exemplo a ACIBEIRA que nos falta pagar cinquenta mil euros, isso veio à Assembleia Municipal onde isso foi discutido.

Quero dizer ao Eng.º Rafael que sempre que o combate é político eu dir-lhe-ei, e já disse o mesmo ao Dr. Vilafanha, que não há problema nenhum.

O que às vezes não admito é que se utilizem frases ofensivas em relação a uma pessoa. Porque o PSD vir aqui criticar o Presidente da Câmara, é a vossa função. Vocês têm que dizer o que é que acham que está mal e eu até acho que isso é positivo. Não sou um homem só com virtudes também tenho muitos defeitos e o meu problema é quando se fala em valores e princípios. Aquilo que se passou na última Assembleia com o Nuno Caetano se não se falasse em valores e princípios a crítica política que me estava a fazer era justa. O Senhor disse que não utilizou a palavra e depois a Centro TV mostrou a palavra.

A crítica política não me incomoda. Eu já estive desse lado e fiz o mesmo ao outro Executivo. Os Senhores têm o direito de me atacar. Têm o direito de saber quais são as fragilidades do Executivo ou aquilo que nós fazemos porque foi para isso que foram eleitos. Também houve um conjunto de pessoas que vos elegeram e que quer que façam a crítica a este Executivo. Isso até faz bem porque, às vezes, faz-nos andar mais depressa e “acorda-nos”.

Sobre a empresa da Microsoft o que lhe tenho a dizer é que disputávamos isto com cinco cidades e eles conseguiram fazer um contrato com o IPC de Viseu que não conseguimos fazer com o IPC de Coimbra. A empresa ainda não está a funcionar mas tudo indica que a sede ficará em Viseu.

O Boletim Municipal já foi um ponto de discórdia e sobre esse assunto eu quero referir que tudo o que se puder comprar dentro de Oliveira do Hospital não se compra fora. O problema é que a Grafibeira derivado a alguma desatualização não realiza este tipo de serviço. O preço deste serviço também é bastante competitivo e reduzimos o preço de cerca de quatro mil euros para mil e duzentos euros. Quando eu passei para este modelo foi para gastar menos dinheiro. Alguns acharam que era para eu lá pôr trinta fotografias do Presidente mas, não é. Eu também não fiquei contente com o primeiro Jornal mas conseguimos reduzir o preço de quatro mil euros para mil e duzentos euros.

O Jornal tem menos qualidade e também reconheço que o primeiro Jornal teve algumas falhas mas o Jornal deve servir sobretudo de informação ao Município e deve ser enviado a todos os Municípios de Oliveira do Hospital para que possam ter conhecimento de todos os subsídios que foram atribuídos e de

todas as deliberações importantes da Câmara Municipal. Não devem lá estar só as festas e cerimónias. Devem lá estar as decisões fundamentais da Assembleia Municipal, como já vieram neste segundo Jornal. Os subsídios de combate á pobreza são sinalizados como apoios sociais para não identificar as pessoas a quem são atribuídos.

Quero que este Jornal seja de transparência e que faça com que a Câmara Municipal seja mais próxima das pessoas e que qualquer cidadão e qualquer Município possa perceber onde se gasta o dinheiro e como se gasta o dinheiro. Logo que a Grafibeira tenha condições para imprimir este Jornal eu darei prioridade às nossas empresas que passam dificuldade.

Sobre a reabilitação do edifício da Café Portugal quero dizer-lhe que é um trabalho de gigante, e está aí o Nuno Seixas que sabe. O edifício tem vários herdeiros e há herdeiros que não querem participar e há outros que querem e neste momento há um conjunto de pareceres jurídicos. O Município pode tomar a posse administrativa do edifício por questões de segurança e pode realizar as obras e depois dividir os custos pelos herdeiros ou penhorar parte do edifício. O edifício é constituído por várias frações e tem sido difícil notificar todos os vários herdeiros. Temos que analisar se fazemos um acordo com as famílias e a Câmara só assume aquela parte dos herdeiros que não querem participar e depois penhora-lhes essa parte. Tem havido muitas dificuldades neste processo mas sobretudo dificuldades a nível jurídico. Aquele edifício envergonha a cidade de Oliveira do Hospital. Mas há aqui muitos problemas neste processo. Nós já temos dois orçamentos para a realização das obras de empresas de Oliveira do Hospital. O valor do orçamento para a realização das obras é grande é de cerca de cento e sessenta mil euros, não tenho bem a certeza.

Relativamente à reabilitação da cantina das instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão está combinado com o Sr. Presidente da Escola que não iríamos intervir durante o funcionamento das aulas. Vamos intervir cinquenta mil euros e está combinado que faremos as obras nas férias grandes durante aquele período em que a Escola não tem alunos.

Relativamente ao *website*, eu dou a palavra á Sra. Vereadora Graça Silva para dar as informações necessárias.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“A promotora do *website* está no Porto, já fizemos uma reunião para lhe fazer manifestar a necessidade de dar andamento ao projeto. Ela ficou de nos entregar documentação e de nos coordenarmos com os serviços de forma a

implementar o *website*. Assim que ela estiver disponível e assim que for possível nós com todo o gosto que implementaremos o projeto, obviamente.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre os *Mupies* ligados durante a noite eu quero dizer o seguinte: A equipe de eficiência energética já adquiriu uns relógios com a possibilidade de ligar e desligar e desligar que custaram cerca de cinquenta euros para colocar nesses *Mupies*.

Sobre este assunto também quero referir que o que eu encontrei quando cheguei aqui ao Município eram uns *Mupies* completamente apodrecidos e sem qualidade nenhuma. Mas se querem a minha opinião muito sincera sobre estes *Mupies*, eu tenho algumas dúvidas que eles atinjam os objetivos para que foram criados. Estes *Mupies* foram adquiridos com dinheiro do Quadro Comunitário mas também admito que a solução não é muito boa. Admito que é uma situação que deve ser repensada e admito que aqueles *Mupies* não conseguem atingir os objetivos para que foram criados e não dignificam muito a cidade e que temos que encontrar uma solução.

Sobre inclusão no *site* do Município dos contactos de todos os Grupos Municipais e sobre a criação do *link* eu acho que é possível.

A minha ideia é colocar uma *password* e possibilitar que todos os Deputados Municipais e Presidentes de Junta tenham logo acesso aos assuntos da reunião de Câmara e a toda a atividade de Município. Acho que é uma sugestão positiva e da minha parte não vejo nenhum inconveniente.

Todos os Deputados e Presidentes de Junta poderiam colocar algumas coisas relativas com as vossas atividades e até algumas críticas. Acho que é possível.

Sobre as Estradas de Portugal e sobre o estado da Estrada Nacional nº 17, aquilo que o Presidente das Estradas de Portugal, o Eng.º António Ramalho me disse é que haveria uma intervenção na estrada entre o mês de maio e junho. Ainda não chegou o mês de maio e por isso aguardo por essa intervenção.

O problema do Mini-Preço é um problema que se arrasta. Tenho ali estudos e reconheço que se calhar tem havido aqui algum desleixo para ordenarmos aquela circulação.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção em defesa da honra:

“Sr. Presidente, como bem diz o Sr. Dr. Luís Lagos, o Senhor diz que eu ando doido mas com o tempo a gente vai ver quem é que anda doido!

O Senhor disse aí que eu fiz um acordo consigo e que fui para uma reunião dizer mal do Presidente da Câmara. Não disse? Isso não é intriguista? Isso não é ofender a minha honra?

Eu reuni com a direção do Partido Socialista a quem mandei uma exposição sobre o meu pensamento e o que se passa entre nós e o que deve ser a gestão deste Município no dia 6 de março e tive uma resposta porque o Senhor se empenhou muito para que a fizessem. Eu não sou o tal irresponsável como o Senhor está a querer vender porque eu tratei em tempo útil e com as pessoas certas para se resolverem as coisas como deve ser e por isso não fiz a vontade ao Sr. Eng.º Rafael Costa, a quem aproveito para agradecer a solidariedade.

O problema é que o Senhor ficou muito melhor que o mestre, ou quase, o Senhor é de facto bom aluno. O Senhor está especialista nas tais meias verdades, que é a característica própria da demagogia. O Senhor está a ficar especialista nisso. Diz aqui uma meias verdades e eu fartei-me de o “picar” para o Senhor concretizar mas o Senhor não concretizou nenhuma. Mas vai ter que as concretizar. Com tempo, mas vai ter que as concretizar.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em boa verdade, teve sempre a postura que se deve ter na política.

O Senhor quando achou oportuno foi-se lá oferecer para ser candidato. Meia dúzia de dias depois já dizia que não negociava a lista e que também queria que eu fizesse a desta Assembleia.

Viu-se hoje que fazia muita falta, e quem o inimigo poupa nas mãos lhe morre, e pensou que estes Senhores, pelos motivos que eu já aqui hoje expliquei, eles não estão muito preocupados com estas coisas, estão preocupados em resolver outro tipo de problemas, pensou que também ia conseguir o mesmo com o Presidente da Assembleia. Não conseguiu! Fui para a rua mas fui no campo da honra, Sr. Presidente.

Como lhe disse, não fui eu que fiz as Leis e o Senhor tem que se desabituar das suas meias verdades porque o Senhor vai ter alguns desgostos ao longo desta Assembleia porque não há meias verdades.

Comigo, vamos manter a dignidade e vamos manter a elevação mas vamos falar a verdade. Porque isto do Senhor pôr lá no Boletim meia dúzia de coisas e não pôr lá o que deve, isso vale o que vale.

Eu ando a dizer-lhe há muito tempo que se deixe desses truques e ao longo da Assembleia a gente vai tentando esclarecer esses assuntos.

Chegar aqui e dizer as meias verdades e fica a parecer que está aqui um individuo mal formado que anda aqui por um outro qualquer objetivo, como o Senhor anda aí com a preocupação de vender, mas com o tempo o Senhor vai ver que eu sou uma pessoa que se preocupa com este Concelho e que vou ser uma pessoa que o vai ensinar a falar aqui com verdade e com dignidade para esta Assembleia porque é um dever que o Senhor tem.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Mais uma vez o Sr. António Lopes no seu melhor e nas suas ameaças. Já é usual este tipo de ameaças.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Se vos disser que nos primeiros quatro meses a Câmara Municipal sem ter atividade autárquica, derivado a um conjunto de faturas, teve um défice à volta de setecentos e oitenta mil euros, é a verdade. Porque a Câmara Municipal não tem tido atividade autárquica a única atividade que tem tido são as obras que já vêm de trás.

Tem havido aqui muitas dificuldades e por isso temos que fazer alguns reajustamentos em termos financeiros e temos que priorizar as opções. Contudo, espero chegar ao final do ano com as contas equilibradas.

Estamos a tomar medidas no campo da eficiência energética e estamos a trabalhar com a equipa multidisciplinar das águas e do saneamento e acredito que nos trará redução das despesas.

Há despesas que são muito elevadas como por exemplo os Transportes Escolares. Poucos concelhos pagam a todos os alunos os Transportes Escolares. Os Transportes Escolares dos alunos do Secundário não são uma obrigação da Câmara Municipal.

Baixámos ligeiramente algumas verbas dos Incentivos à Natalidade mas mesmo assim é uma verba elevada.

Pela primeira vez atribuímos quarenta Bolsas para alunos do Ensino Superior no valor de cinquenta e dois mil euros. É um esforço extraordinário por parte da nossa Câmara para que os nossos jovens que não têm condições financeiras possam continuar a estudar.

Precisamos também de alterar o Regulamento das Bolsa de Estudo para que os estudantes sejam obrigados a concorrer primeiro às Bolsas de Estudo das

escolas e para aqueles a quem não for atribuída a Bolsa de Estudo total a Câmara depois poderá completar a Bolsa de Estudo.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Queria ressaltar neste Ponto uma coisa que me preocupa e que já me andava a preocupar, como é evidente, que é fruto das condições ou das contingências que foram impostas aos Municípios. Há efetivamente uma redução das receitas que naturalmente tem que afetar os Municípios.

Se repararam no Mapa comparativo que acompanha este Ponto, na última Assembleia havia uma diferença de quatro ou cinco mil euros. O que não era significativo. Neste momento nós temos uma situação nova que não era habitual no Município em que temos novecentos e um mil e quinhentos euros e mais uns subsídios o que dá cerca de um milhão de euros em pagamentos de curto prazo e temos pela primeira vez uma disponibilidade financeira de duzentos e vinte e um mil a menos. O que naturalmente penso que nos deve começar a preocupar a todos.

Se não acontecer a correção relativa à água e aos esgotos prevejo com alguma dificuldade o futuro próximo do Município considerando a Lei dos Compromissos e outras contingências que efetivamente temos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O aumento da dívida total até 31 de março foi de cerca de cento e trinta e dois mil euros. O maior aumento deu-se nas dívidas de empreitadas em cerca de duzentos e seis mil euros. Esta é uma preocupação que não é de agora. É uma preocupação até no congelamento da atividade autárquica. Os senhores Presidentes de Junta têm sido bastante compreensivos e espero agora injetar-lhes no mês de maio os primeiros duzentos e cinquenta mil euros, que tem a ver com a receita do IMI. Não posso desperdiçar esta oportunidade para fazer o equilíbrio das contas.

Temos uma projeção financeira até junho que nos daria um deficit de cerca de oitocentos mil euros se tudo continuasse da mesma maneira. Hoje desafiei o Dr. Francisco Rodrigues a fazer-me um trabalho mais próximo nesta área financeira porque eu quero honrar os compromissos.

Não lançarei mais nenhuma obra enquanto não tivermos conseguido o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal.

Nós nesta fase temos que ter dinheiro e temos que ter coragem para dizer que primeiro estão os apoios sociais e que estão à frente de qualquer obra física.

Depois as obras físicas faremos aquelas que forem possíveis e que forem prioritárias como por exemplo, e na minha opinião, as obras para resolver os problemas do saneamento básico que ainda faltam e que já não são muitas. Pela primeira vez estamos a fazer em Vila Franca até à rua do António Lopes e a rua da corredora no valor de cem mil euros. São obras que já vinham do ano passado não são deste ano.

Este ano ainda não lançámos obras.

Estou muito convencido que vamos conseguir financiamento do Quadro Comunitário para o Mercado o que nos aliviará porque fazer aquela obra sem qualquer tipo de financiamento pode não ter sido uma grande medida em termos de opções financeiras.

Estamos a trabalhar nas áreas onde eu penso que irá haver dinheiro para o próximo Quadro Comunitário.

Neste momento estamos a fazer projetos orçamentados sobre a eficiência energética de algumas estruturas que a Câmara Municipal tem e que não as pode suportar da mesma maneira. Por exemplo: As Piscinas Municipais, em despesa de energia, custam entre dez a quinze mil euros mensais. Nós temos que resolver este problema e estamos a fazer um projeto para uma candidatura financeira.

O Centro Escolar de Nogueira derivado ao novo sistema que lhe foi metido, gastamos entre quatro mil a cinco mil euros com o aquecimento.

Por isso, nós temos que fazer uma política muito centrada e muito virado para o futuro.

A situação financeira do Município piorou devido ao aumento da água. Eu podia dizer que desde dois mil e nove as faturas de água e saneamento aumentaram seiscentos e setenta por cento.

É o próprio Presidente das Águas de Portugal e é o próprio Ministro que têm em cima da Mesa uma proposta para que o saneamento passe para 0,48 e a água para 0,50. Se isto acontecer, nós estamos em condições para voltarmos a discutir aqui a redução das tarifas aos nossos Municípios. Vamos ver se o conseguimos.”

Não havendo intervenções relativas ao Ponto I, seguidamente entrou-se no Ponto II - Análise, discussão e votação do Regimento da Assembleia



Municipal, nos termos da alínea a), nº 1, artigo 26º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Como eu á bocado referi, vou propor a retirada deste Ponto II da Ordem de Trabalhos por três ou quatro razões, e podia propor por mais.

Primeiro - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal anterior, agendou-o sem o poder fazer porque a Lei diz que é da competência da Mesa agendar Pontos para a Sessão da Assembleia Municipal e ele agendou-o sem o poder fazer. Não tem aqui o nosso consenso.

Segundo – Fez um outro Regimento e propõe que seja discutido e votado sem revogar o anterior. Ora, como se sabe o Regimento é para o mandato e nós temos um Regimento. Portanto, a proposta que consta aqui no Ponto II não é rigorosa porque não se vai analisar e discutir uma coisa que não faz sentido, uma vez que, há uma outra em vigor.

Terceiro – E não vou elencar mais razões, foi feito o serviço de corte e costura, e não sei se foi pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal anterior se foi por alguém a mando dele, e inseriram até alíneas que não fazem sentido absolutamente nenhum. Eu vou ler-vos só uma: “Compete à assembleia municipal autorizar o município a constituir as associações previstas no artigo 5º”, isto é a linha u), do artigo 2º. Ora, o Regimento não tem nenhum título 5º. A Lei tem um título quinto, mas o título 5º são as disposições finais. Entretanto foi feita uma retificação à própria Lei mas que curiosamente ainda não retificou este ponto, retificou outros pontos.

O que quer dizer, que se fossemos entrar na discussão deste Regimento não saíamos daqui nem às sete da noite.

Eu proponho que seja retirado da Ordem de Trabalhos, sem embargo de posteriormente poder ser, ou não, avaliadas a sua revogação e alteração em função da necessidade, ou não, de inscrever no Regimento algumas das alíneas que foi dito que faziam cá falta. Até que isso aconteça, penso que não há razão para alterar o Regimento em vigor.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Contrariamente ao que por aí se disse e pensou este não foi o grande motivo da minha discordância política, que como sabem ela já existia, este só veio reforçar.

Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pode-me dizer qual é esse número que diz que é a Mesa que elabora a lista. É que isto assim é complicado!

Eu acho que está aí um artigo, eu acho que é o 12º e o 17º, que são aplicados para as Sessões Extraordinárias. Para as Sessões Ordinárias diz que é o Presidente da Assembleia que elabora a lista. Não diz lá que é a Mesa em lado nenhum. Nem conheço na Lei nem no Regimento nada que diga que é a Mesa. Aí diz que a Assembleia Municipal reúne por iniciativa do Presidente, a pedido do Sr. Presidente da Câmara e a pedido de um terço dos Deputados.

Eu não conheço nenhum artigo na Lei que me impeça de pôr o Regimento. Mas também a esta altura do campeonato, o golpe de estado está consumado, e como diz o outro, estamos a discutir o sexo dos anjos.

Se os Senhores se sentem confortáveis e se o Partido Socialista se sente confortável com esse Regimento e com a discussão política daqui para o futuro, eu não queria ter esse ónus em cima de mim. Se fosse eu.

O 25 de Abril foi ontem. E quer o Senhor queira quer não queira, limitar esta Assembleia, e vocês agora vêm cada um com as suas interpretações, mas eu não sou advogado e fica-me mal, um tipo semianalfabeto, em português tenho o 9º ano, ficar aqui a discutir com os Senhores Doutores. Fica um bocadinho mal.

Mas acho que ficava bem alguma honestidade intelectual e acho que ficava muito bem que nós lá puséssemos mais do que a Lei.

O que foi pedido ao Sr. Doutor, e estão aí as atas da Assembleia, quer do dia da tomada de posse, quer do dia 28 de novembro, foi que arranjássemos aqui um consenso quanto à intervenção do público.

O Presidente do Partido Socialista aqui Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca e Ervedal da Beira fez aqui a intervenção que fez, com alguma infelicidade aqui e além, mas fez toda a sua intervenção à volta do ponto do Público que era o que havia para discutir.

No anterior Regimento o que havia para discutir era o público e era saber se falávamos hora e meia, como eu propus, ou as cinco, como estivemos aí, como muito bem disse o Eng.º Rafael, e se isso ficava aí no Regimento para não estarmos sempre a fazer as votações. Porque isso é que era o que nos dividia.

O Presidente da Assembleia Municipal cessante, como o Senhor disse, passou aqui o tempo a apelar ao diálogo e agora que temos esta maioria estamos a assistir ao que estamos a assistir e o Sr. Presidente até dizia que o

tempo dos consensos já lá foi. Pois eu acho que o tempo dos consensos é sempre porque acho que é isso que faz bem à democracia.

Acho, e acho que estou a fazer um grande favor ao Partido Socialista, que este Regimento que está aí para discutir é inócuo porque os Senhores têm a maioria. Está lá o que estiver os Senhores fazem o que querem como se vê aqui hoje. Isto vai a “corte e costura” como o Senhor diz e fica à vontade e à mercê da Lei.

Acho que envergonha esta Assembleia ver aí cortadas nesse Regimento vinte e quatro alíneas. Mas nós já percebemos qual é a democracia que está implementada.

Ontem comemorou-se o vinte o 25 de Abril e nós vimos aqui é como aquele pessoal que vai às missas no dia dos batizados mas fé e preocupação para salvar a alma têm muito pouca. Eu não sirvo para essas hipocrisias e quando vou é porque tenho que ir.

Volto a dizer Senhor Doutor, com a amizade e o respeito que lhe manifestei há pouco, sendo que o Senhor é um livre-pensador acho que o Senhor prestou um mau serviço à democracia e prestou um mau serviço a este Concelho e eu quero dizer-lhe que estou mais triste pelo Senhor do que por mim.”

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Mesa em Exercício, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Na Lei de 12 de setembro de 2013, no artigo 29º - Mesa da Assembleia Municipal - “Compete à mesa elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição”.

De seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que fez a seguinte intervenção:

“Verificámos que esta versão do Regimento que nos foi proposta está mais completa tendo sido acrescentadas várias competências atribuídas à Assembleia Municipal que consideramos importantes, o que veio ao encontro das nossas observações e propostas referidas na última reunião.

Não temos por isso mais nada a acrescentar para além do que já referimos anteriormente.

Não posso deixar de lamentar a situação ocorrida na última reunião e a atitude manifestada pela maioria desta Assembleia Municipal protagonizada pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Ervedal e de Vila Franca da Beira, Eng.º Carlos Maia.

Para além de ter rejeitado todas as alternativas apresentadas numa tentativa de reunir consensos impôs a votação e a aprovação deste documento que no meu entender foi o resultado de alguma prepotência.

Termino com uma constatação: Está demonstrado que era importante e necessário alterar o Regimento e ter constituído, no meu entender, um grupo de trabalho envolvendo todas as forças políticas aqui representadas.

Quero acrescentar o seguinte e isto é a nível pessoal: Depois do que ouvi do Dr. Rodrigues Gonçalves e também do Sr. António Lopes, estamos disponíveis para integrar grupo de trabalho se assim for o entendimento para revogar o Regimento e criar um novo Regimento.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a este Ponto II da Ordem de Trabalhos, penso que foi colocado na Ordem de Trabalhos de uma forma ilegal e eu também o entendo assim.

A introdução deste Ponto na Ordem de Trabalhos, e esta é uma leitura que é minha, e já o disse ao Sr. Ex-Presidente da Assembleia Municipal. Sr. António Lopes, que a leitura que eu tirei disto é que isto constituiu uma provocação pura e simples porque democraticamente e não me venham falar de prepotências, por amor de Deus.

A Assembleia é um Órgão Colegial originado num ato democrático. Todos nós estamos aqui a representar votos e todas as decisões do Órgão Colegial têm que ser respeitadas mesmo que sejam contra o nosso sentido de voto e que não sejam do nosso agrado. Eu também votei derrotado muitas vezes nesta Assembleia em mandatos anteriores com Executivos de cor política contrária e tive que aceitar democraticamente porque é assim que a democracia funciona. Sra. Dra. Luísa Vales e Sr. António Lopes, é assim que a democracia funciona em qualquer parte do mundo.

Quanto a esta proposta de novo Regimento obviamente que isto é um disparate completo quando se põe a votação e discussão de um novo Regimento sem revogar o Regimento anterior. Isto não tem lógica nenhuma.

Suponhamos que aqui nesta Assembleia era constituída agora uma maioria e que ia votar este Regimento então qual dos Regimento é que iria ficar a vigorar?

Meus amigos não vamos brincar com coisas sérias porque eu não estou aqui para brincar com coisas sérias.

Este assunto é demasiado sério para uma brincadeira ou para uma diversão.

O que eu registo aqui é que aquilo que foi falado aqui durante muito tempo, até pelo próprio António Lopes e por uma série de Deputados, devido ao que se passou nesta sala era que havia necessidade de rever o artigo 20º relativamente à questão da intervenção do publico e que tinham que se estabelecer regras para definir concretamente os prazos de inscrição do publico. Era uma necessidade que esta Assembleia sentiu anteriormente e que o Presidente da Assembleia, António Lopes, sentiu também.

O que eu estranho muito é que a proposta do Sr. António Lopes, ainda como Presidente da Assembleia Municipal, nesse ponto desapareceu com o prazo de inscrição do publico e colocou somente a palavra antecipadamente.

Meus amigos isto não é assim.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação a proposta para a retirada do Ponto II da Ordem de Trabalhos - Análise, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), nº 1, artigo 26º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que foi aprovada por maioria e com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apresentação, nos termos da alínea b), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, das grandes orientações para o ano de 2014 do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), do balanço da sua execução em 2008/2012, do trabalho a desenvolver em 2013/2018 e das metas para 2014/2018.

A pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal esteve presente nesta Sessão da Assembleia Municipal o Comandante Operacional Municipal, Eng.º José Carlos Marques, que fez a apresentação das grandes orientações para o ano de 2014 do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), do balanço da sua execução em 2008/2012, do trabalho a desenvolver em 2013/2018 e das metas para 2014/2018.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer publicamente ao Eng.º José Carlos Marques que é o meu braço direito nesta área da Proteção Civil.

O Eng.º José Carlos Marques quando há incêndios trabalha vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas e nunca meteu uma hora extraordinária à Câmara Municipal. Nunca quis receber nenhuma hora extraordinária e garanto-vos que nos dias em que há incêndios ele trabalha muito mais de vinte

horas e está sempre no terreno. É um grande profissional e tenho muito orgulho no trabalho que ele desenvolve.

Gostaria de propor um voto de reconhecimento ao Comandante Operacional Municipal, Eng.º José Carlos Marques, pelo trabalho desenvolvido no âmbito da Proteção Civil.”

De seguida o Presidente da Mesa em Exercício, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, colocou à votação da Assembleia Municipal o voto de reconhecimento ao Comandante Operacional Municipal, Eng.º José Carlos Marques, pelo trabalho desenvolvido no âmbito da Proteção Civil, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV – Apreciação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2013.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Estas Contas têm que ser vistas numa nova perspetiva porque o Orçamento de Estado de dois mil e catorze nos obrigou a ter um Revisor Oficial de Contas. O que nos obrigou a fazer um concurso tendo ganho esse concurso a empresa BDO – Associados, Revisores Oficiais de Contas, Lda, que audita as contas de várias Câmaras entre as quais de Arganil e do Porto.

A responsabilidades deles inicia-se no dia 1 de janeiro de 2014 mas nós pedimos-lhes para nos ajudarem a fazer o fecho de contas o que obrigou a algumas alterações contabilísticas e correções obrigando a reclassificar algumas despesas de 2013.

De qualquer modo o resultado negativo de quatrocentos e cinquenta mil euros poderia ter ficado muito reduzido se tivéssemos recebido do QREN cerca de trezentos e cinquenta mil euros que ainda não nos foram pagos.

Também o aumento significativo da faturação da água e do saneamento ajudou a criar este desequilíbrio financeiro.

Recordo aqui que a faturação das águas do Zêzere e Côa deste 2009 aumentou mais de 1,4 milhões de euros o que equivale a um aumento de 670%.

Em relação há redução de pessoal ascendeu a trezentos e noventa mil euros e gerou as condições financeiras para se incorporarem os Estágios os Contratos de Emprego de Inserção (CEI) e os Contratos de Emprego de Inserção + (CEI+) num total de cento e dezasseis pessoas, cujo encargo anual ronda os duzentos e sessenta mil euros, Tendo a participação do Instituto

de Emprego e Formação Profissional (IEFP) no valor de quatrocentos e três mil euros tendo a economia local beneficiado mais de seiscentos mil euros.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Manuel Mendes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Esta é hoje a minha primeira intervenção e fi-lo propositadamente porque me recuso a participar na chicana política a que o próprio PS hoje fez.

Não me vou adiantar muito porque eu prometi a mim mesmo que quando me desafiaram para vir para Oliveira do Hospital vinha para fazer parte das soluções e não dos problemas.

Estes problemas são do PS. É o PS que tem que os resolver.

E como a confusão foi tão grande durante esta manhã eu não sei, eu e a bancada do PSD, e não temos certezas quanto à legalidade desta Assembleia.

E assim sendo em todos os Pontos que se vão seguir nós vamos abster-nos porque não sabemos e não temos certezas neste momento se esta Assembleia tem condições legais ou não para continuar depois daquilo que se passou.

Era esta a declaração que eu queria fazer.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“(…) de vinte e oito de dezembro, ao Sr. António Lopes, só o move muito amor a este Concelho. Penso que sou efetivamente um exemplo e sei que fica feio dizer-lo e digo-o agora porque estamos nas Contas. E toda a gente sabe que eu ando aqui por zero escudos. Tentei eu com essa minha postura dar o exemplo de respeito pela boa gestão das coisas do Município.

Já vimos hoje e a minha indignação veio porque isto foi um assalto ao baú e continua a ser dentro daquela perspectiva de que já falei para trás, não tanto relativamente aqui às contas, porque tal como fiz com o Prof. Mário Alves terei essa postura consigo e com a Câmara. Eu nunca farei uma acusação de que não tenha a certeza porque tenho muito respeito pela honra e pelo bom nome de toda a gente.

Agora o que eu vou dizer a seguir, não o vou fazer por vingança. Vou fazê-lo porque entendo que é o meu dever como Deputado Municipal. Foi isso que eu tentei consigo ao longo dos anos, que corrigíssemos algumas coisas que podem não ser muito importantes em termos de valores mas são importantes quanto aos princípios.

O Senhor nessa parte não quis seguir as “aulas”. Fez muito bem! Estamos onde estamos e cada um tem os seus caminhos e cada um toma as suas posturas e posiciona-se conforme melhor entender.

O Membro desta Assembleia António Lopes vai votar contra as Contas por três ordens de razões: A celebre Feira do Queijo, e para quem quer saber as partes do livro elas vão-se abrindo.

A minha discussão com o Sr. Presidente da Câmara começou pela Feira do Queijo e por aquilo que eu já aqui disse e pelas muitas respostas que o Sr. Presidente me deu sempre, evasivas ou não verdadeiras, às perguntas que eu lhe fiz. A certa altura efetivamente pedi aos serviços. O Sr. Presidente entendia que eu devia pedir à Câmara. Eu entendo e entendi, e é assim que está na Lei, que a Assembleia é um Órgão próprio que tem poderes próprios e os funcionários são do Município. Há a independência dos Órgãos como está no artigo 44º e portanto eu não tenho nada que pedir contas ao Sr. Presidente. O Sr. Presidente é que tem que as apresentar a esta Assembleia.

Eu, independentemente do que aqui seja votado, tenho intenções, e já as tinha há muito tempo, e já o fiz saber, de solicitar a quem de direito o esclarecimento de duas ou três situações que temos aqui dentro e que é a Feira do Queijo. É o pessoal da ADESA que está aqui dentro e é o Campo de Futebol de Oliveira do Hospital.

Portanto, quando eu pedi os tais requerimento e quis esclarecer-me queria, antes de vir aqui levantar suspeições ou fazer críticas, estar devidamente informado e fundamentado para fazer os meus juízos de valor, tal como é dever das minhas funções e atribuições quer como Presidente da Assembleia quer como Membro desta Assembleia.

Sobre estes três assuntos eu vou pedir a intervenção de quem de direito para esclarecer porque eu não quero ficar com o peso na consciência, e sendo eu o principal responsável, de haver questões de que eu tenho muitas dúvidas quanto à legalidade do que foi feito.

Eu não estou a dizer que tenho razão ou que deixo de ter. Tenho dúvidas e queria esclarecimentos.

O que a mim me parece e falando nas Contas, verifica-se que há um prejuízo este ano de quatrocentos e cinquenta e dois mil euros.

Não vou fazer grandes acusações por aí. Sabemos que há contingências mas também sabemos que gerir é prever, é adaptar. Portanto temos que viver com aquilo que temos, como se costuma dizer.



As opções tomam-se. Numa altura em que estamos conforme estamos e nós fizemos no ano passado dois Campos de Futebol.

Eu não sou contra o futebol e se pudesse até fazia um em cada Freguesia mas pergunto se foi essa a melhor opção que fizemos.

Depois a gente diz que é “tudo pelas pessoas”. De facto há meia dúzia de rapazes que jogam a bola e uma boa parte deles até são de fora. Mas as pessoas são muitas, as que me ligam e as que passam fome e eu acho que numa altura destas, se calhar, impunha-se um outro tipo de gestão e um outro tipo de opções.

Também já disse que não se fez a ESTGOH e que é uma verba mais ou menos parecida.

Eu não sei quanto é que foi o segundo campo. Se foi quatrocentos mil como foi o outro!

Acho que também era esse o orçamento que o Senhor tinha.

Eu não falo de cor. Eu não estou mesmo tão doido como o Senhor pensa! Se os números não são estes, esclarecemos, então, depois. E o Senhor então faça o favor de dizer aqui à Assembleia para que eu fique esclarecido porque eu até aqui não consegui.

Quando nós fomos eleitos a grande questão eram os esgotos e também já se sabia que se pagava como se paga.

Pode ser que agora, por força de uma decisão política venhamos a ser beneficiados. Mas se não formos eu vejo com alguma preocupação o futuro próximo da Câmara de Oliveira do Hospital até pela dificuldade em contrair empréstimos, como se sabe.

Na celebre Freira do Queijo eu fui informado por várias pessoas e não por quem devia que efetivamente foram gastos os tais sessenta mil euros.

Foram feitos alguns apoios a Juntas de Freguesia para cobrirem outras despesas.

Com as dificuldades que nós temos, estarmos a convidar pessoas, para termos a maior Feira, a virem de Lisboa de Autocarro e a almoçarem e a jantarem e ainda terem direito a Hotel, eu não encontro cobertura legal para isso e não quero ficar com esse peso na consciência.

Vou tratar com quem de direito que resolva o assunto porque eu não quero ser acusado de não ter feito aqui aquilo que podia.

Sobre estes assuntos, como eu digo, tentei resolve-los dentro da magistratura de influência dentro das funções que tinha. Confesso a minha incapacidade.

Eu não gosto muito que me mandem calar. Mas já vou acabar. Eu costumo respeitar os tempos estabelecidos. Vou terminar imediatamente até porque a mensagem está passada.

Meus Senhores, não voto por isto e quero informar esta Assembleia e a Câmara que vou tomar essas atitudes porque eu não sou de deixar os créditos por mãos alheias nem de ficar na dúvida, sem ficar completamente esclarecido. E não estou a fazer nenhuma acusação a ninguém.

Em termos de gestão acho que há mais opções. Em termos de legalidade eu irei tratar para ficar com a certeza de que de facto foi cumprida sempre a legalidade.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Devido ao adiantado da hora, eu penso que todos vocês leram a documentação que receberam.

Só três ou quatro notas breves sobre a questão do orçamento e da sua realização.

Primeiro também lhe queria dar uma nota introdutória que é assim:

Eu, Carlos Inácio, e penso que todos os elementos da bancada do Partido Socialista e todos que estamos aqui quando vimos para estas reuniões preparamo-nos e já nos preparávamos quando éramos oposição. Líamos as Leis e Regulamentos e líamos tudo.

Eu peço às pessoas novas que estão nesta Assembleia. Sejam eles quais forem que façam isso que a gente fazia. E que não tenham dúvidas.

E quando tiverem dúvidas perguntem-nos que a gente consegue esclarecer. Podemos não esclarecer tudo, mas esclarecemos a maioria das coisas.

Acho que há aqui um conjunto de pessoas novas que precisam de aprender a estar em democracia e a conhecer o funcionamento das instituições, nomeadamente o funcionamento da Assembleia Municipal e Câmara Municipal.

Informem-se e venham para aqui discutir coisas concretas mas depois de informados, naturalmente.

Em relação ao Orçamento e numa conjuntura completamente desfavorável como a que temos tido eu só posso dizer uma coisa como ponto prévio.

A Câmara Municipal está de parabéns por esta execução orçamental porque continua a fazer uma aposta naquilo que tem sido sempre os três pontos fulcrais desta Câmara Municipal: O Social; A Educação; A Cultura.

É visível o grande esforço que esta Câmara Municipal tem feito. Apesar de algumas vozes discordantes. De umas oposições novas e de umas oposições não tão novas mas é verdade e reconheçam isto a esta Câmara Municipal.

Também dizer que há aqui uma ligeira discrepância na verba do FEF mas há uma recuperação muito forte a nível de recursos humanos e isso é de louvar.

A Câmara Municipal tem hoje duzentos e quinze trabalhadores quando tinha anteriormente duzentos e vinte e seis.

Tem só três contratados a termo quando tinha anteriormente oitenta e um.

O Sr. Presidente já referiu esta questão dos contratados a termo que foi resolvida em bom tempo e hoje só temos três contratados a termo e os efetivos também diminuíram.

Se isto não é uma boa gestão de pessoal ou se quiserem de recursos humanos, então o que é que é uma boa gestão?

Em quatro anos temos em média 90% das receitas que tínhamos antes conseguir com tudo o que fizemos e com toda a assistência que temos dado só este deficit na ordem dos quatrocentos mil euros. Por amor de Deus! É não querer ver!

Por outro lado, está claramente demonstrado que há aqui o problema das águas, que o Sr. Presidente também já referiu. A questão do tarifário, e o Sr. Presidente também já afirmou, que em boa hora teve reuniões esta semana, e uma Boa Nova que nos trouxe aqui hoje de que esse problema se vai resolver.

Naturalmente que este problema que é conjuntural e com isto que nos foi dito hoje que será ultrapassado.

As GOP têm um bom grau de realização, na ordem dos 40%.

Com estas condicionantes todas e com estas restrições, 40% não é uma boa realização? Só não vê quem não quer!

A questão do orçamento, quase 65% de realização . Não é bom? Para nós é excelente.

Estamos assustados com quatrocentos mil euros de deficit numa Câmara com património? Isto tem algum significado? Eu penso que não tem.

Olhem à volta e vejam a conjuntura que têm.

Também sabem que as receitas diminuíram os Fundos Comunitários baixaram e se não fosse isso estaríamos com um sinal positivo.

Meus caros amigos só há uma posição a tomar neste momento que é a votação favorável às Contas de 2013 e à aplicação do Resultado Líquido que vai afetar naturalmente o resultado de 2014.

E dizer aqui: Sr. Presidente, conte com o Partido Socialista. Conte com os eleitos pelo Partido Socialista. Conte com todas as Juntas de Freguesia do Concelho e conte com os Oliveirenses que o elegeram.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Dizer que o meu voto neste ponto será também pela abstenção não só por causa da questão da legalidade, também tenho dúvidas, mas quero dizer desde já, apesar de ter dúvidas que não será por mim ou por o CDS Partido Popular que essas dúvidas serão levantadas fora deste fórum.

O PS tem uma maioria e usou essa maioria apesar de não conseguir usar essa maioria com todos os membros que elegeu, mas usou uma maioria e isso para mim chega porque é o principal e o mais importante sinal político e esse foi dado.

Dizer também que optarei pela abstenção na votação deste Ponto exatamente pela mesma razão que acho que é onde encontro a defesa do Sr. Presidente.

O Sr. Presidente tem defesa em apresentar um deficit desta natureza por causa da questão da água.

A questão da água não é um problema que o Sr. Presidente consiga resolver por si. Temos que ser honestos e temos que ser sinceros. Mas isto não é só pegar nos partidos e lutarmos uns aqui contra os outros. Por causa dos partidos temos também que ser honestos e ser sinceros nestas matérias.

A questão da água merecia e deveria existir uma tarifa nacional de água que impossibilitasse que os Municípios do interior com menos densidade populacional fossem penalizados e castigados por um litoral que tem uma densidade populacional maior e que por isso mesmo acaba por ter um custo de água inferior.

Fruto de ser desta forma Oliveira do Hospital vê-se na contingência de ter que andar a suportar um deficit tarifário, ou seja, quem tem pago a diferença entre o que nós consumimos e o que nós pagamos tem sido a Câmara Municipal às águas do Zêzere e Côa. Essa diferença tem sido suportada pelos imposto e pelo dinheiro que a Câmara Municipal tem disponibilidade.

A minha abstenção nasce porque este problema já deveria ter sido resolvido no mandato passado. Em abono da verdade, este problema já deveria ter sido resolvido pelo Sr. Prof. Mário Alves, anterior Presidente do Executivo e temos andado a atrasar sucessivamente única e exclusivamente por motivos eleitoralistas, é preciso dizê-lo, e daí a minha abstenção. Temos andado a

arrastar sucessivamente por motivos eleitoralistas e não subimos a água porque é uma maneira de não penalizar o utilizador e de conseguir mais uns votos. E chegámos à situação de estarmos confrontados com o Município em dificuldades financeiras por não termos resolvido este problema há mais tempo.

Depois dizer, porque foi falado aqui no investimento da Feira do Queijo, que a Feira do Queijo é um grande sucesso do Concelho.

Falo com alguma legitimidade própria e se alguém tem sido mal tratado na história da Feira do Queijo são os industriais do setor da Feira do Queijo e eu sou um deles, não escondo isso.

Mas tenho que ter aqui uma visão e uma capacidade de olhar para mais além e não olhar para o meu interesse próprio e conseguir dizer publicamente que a Feira do Queijo, na minha opinião, é um grande sucesso.

Se há ponto onde a Câmara Municipal está de parabéns é na Feira do Queijo.

É verdade que o investimento que foi feito na anterior edição, se calhar, foi exageradíssimo mas também não teríamos a última Feira que tivemos nesta última edição se não tivéssemos feito o investimento que fizemos na anterior. Temos que ser sérios e eu sou. Não tenho problema nenhum. Nós não fazemos política com pormenores. Não é disso que se trata.

A minha abstenção e a abstenção do CDS fica aqui gravada por uma questão de legalidade, sendo que não é um Ponto do qual façamos honra e tentativa de confronto fora deste fórum e por causa da questão da água. A questão da água, politicamente e seriamente já devia ter sido resolvida há mais tempo, não fossem os objetivos eleitoralistas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente às contas eu não me vou pronunciar muito sobre elas porque já foi dito aqui pelo meu colega Carlos Inácio.

Só queria realçar a descentralização dos meios disponíveis que a Câmara passa para as Juntas de Freguesia. Sem isso não seria possível, à maior parte das Juntas ou a todas, conseguir fazer alguns melhoramentos que têm feito e que graças a este esforço isso tem sido feito.

Dizer ao Sr. Presidente da Câmara e a todo o Executivo que o Grupo do Partido Socialista apoia e solidariza-se e também dizer-lhe que vamos procurar colaborar com ideias no sentido de melhorar e proporcionar ao Sr. Presidente e toda a equipa sugestões para uma governação o melhor possível.

Dizer-lhe que o Senhor é líder de uma grande equipa. A equipa não fica só nos Vereadores nem nos Gabinetes é também extensiva a todas as Freguesias que foram eleitas com a bandeira do Partido Socialista.

O Senhor pode contar com o apoio dessa equipa incondicionalmente. Sabemos que é uma pessoa séria e empenhada. Sabemos que é uma pessoa de trabalho e de democracia e penso que irá continuar assim e por isso manifestamos aqui o nosso apoio.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Não posso deixar de fazer aqui uma consideração absolutamente gravosa ao Sr. Deputado Sr. António Lopes em relação a uma insinuação que fez ao Presidente da Mesa, Interino, Sr. Carlos Mendes, dizendo que ele não era digno de estar neste lugar por causa do Crédito Agrícola. Isto porque não concretizaram na Caixa de Crédito Agrícola, que não é para aqui chamada, a vontade onipotente do Sr. António Lopes. Mas nós todos que estávamos no combate do Crédito Agrícola sabíamos muito bem porque é que não queriam a intervenção da Caixa Central.

Por isso, Carlos Mendes, é uma infâmia porque a Caixa Central intervinha independentemente de tu a pedires ou não pedires. Eu disse isto em várias reuniões e por isso quero dizer que podes ter orgulho por estares a ocupar esse lugar.

Nós percebemos o ressabiamento.

Nós percebemos a frustração de quem não queria deixar a cadeira mas não sabia que se iam atacar com coisas que não eram chamadas para aqui.

Ninguém mais do que eu quer que estes assuntos que o Sr. Deputado António Lopes citou aqui sejam apurados e investigados. Eu próprio o farei também. Levarei à reunião de Câmara um documento onde pedirei a intervenção da Inspeção Geral de Finanças para averiguar isto e para elaborar um relatório para depois os esclarecermos aqui na Assembleia Municipal.

Não tenho medo da verdade. Do que tenho medo é da mentira.

Alguém disse aqui que o Presidente falava com meias verdades mas há quem venha aqui e passe de uns para os outros calúnias e mentiras. E muitos dos que estão aqui sabem do que é que eu estou a falar.

É preciso coerência e é preciso ter coluna vertical.

Sobre a Feira do Queijo quero dizer que a feira do ano passado ficou mais dispendiosa devido ao mau tempo e por isso fomos obrigados a fazer uma

contratação para uma tenda maior que custou nove mil euros para metermos o artesanato e por isso a despesa daquela Feira foi maior.

Digo mais. Não foram pagos Hotéis. Foram pagos almoços mas não foi pela Câmara Municipal. Foram pagos jantares onde o Sr. António Lopes esteve também a jantar com essas pessoas de Lisboa e não foram pagos pela Câmara Municipal.

Este ano não oferecemos o almoço. Organizámos a Feira de forma diferente.

Andámos alguns anos a fazer um investimento para agora fazermos uma grande Feira aqui no centro da cidade.

Digo mais, o António Lopes não tem coerência porque ele fartou-se de elogiar as Feiras do Queijo anteriores.

Esta Feira do Queijo teve muito sucesso e ele ficou incomodado com esta Feira do Queijo e com o nosso sucesso como disse o Dr. Luís Lagos.

A política não é isto!

Ainda sobre a incoerência e sobre os relvados sintéticos: Estão aqui pessoas de Lagares da Beira que ouviram o discurso do Sr. António Lopes. O Senhor António Lopes disse: “quero dar os parabéns aos Sr. Presidente que se comprometeu com esta infraestrutura e por isso fez muito bem porque honrou o seu compromisso”.

Hoje, disse aqui que os relvados sintéticos afinal não se deviam ter feito.

Sobre a ADESA quero dizer que ainda há pouco tempo teve uma inspeção e por isso não vai haver problema nenhum. A ADESA está organizada com Oliveira do Hospital e com mais seis Municípios.

Não tenho nada que me envergonhe.

Esta semana foi dito que o Presidente da Câmara tinha ficado em Hotéis de Luxo à custa da Câmara Municipal. Isto é uma calúnia. Uma vergonha porque o Presidente da Câmara quando vai a Lisboa fica na sua casa com a sua filha.

Este ano foi com o Vereador Nuno Ribeiro à BTL e no dia seguinte tínhamos uma reunião no Sporting e a minha casa estava em obras e por isso fomos dormir ao Hotel Íbis. Foi a única despesa que até hoje tenho. Penso que os quartos custaram quarenta euros.

Digo mais. Nunca meti ajudas de custo. Nem eu nem nenhum elemento que faz parte da minha equipa. E muitas vezes almoçamos todos aqui na Cantina da Câmara Municipal.

Há muitas mentiras que se dizem e eu levarei a Tribunal essa mentira dos Hotéis de Luxo porque com certeza me queriam meter num rol que eu não tenho e os Serviços de Contabilidade sabem isso.

Se querem saber de outras coisas todos têm acesso aos documentos mas pedir esses documentos quando o Presidente está para Lisboa criando um clima de suspeição sobre o Presidente estão a quebra-se princípios de confiança e de lealdade.

O Sr. Deputado António Lopes utilizou aqui uma frase terrível “alguns vão aos baús dos bancos” mas nós aqui ninguém foi a nenhum baú. O Sr. António Lopes disse aqui, “isto é ir ao baú”. Isto foram frases dele. Estão gravadas. Mas aqui ninguém vai ao baú.

Recebi os Presidentes das CIM e fomos almoçar à Casa dos Frangos e o Sr. António Lopes também foi e participa também em muitos almoços.

Eu pedirei um documento que ateste a legalidade de todos os atos praticados por este Executivo.

Também quero dizer ao Sr. António Lopes o seguinte: O Senhor António disse “*O meu cargo é como a Rainha de Inglaterra*” mas eu quase que tenho a certeza que hoje perante estas bancadas ele não é a Rainha de Inglaterra mas parece um Bobo da Corte.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção em defesa da honra:

“Efetivamente as coisas então a ficar complicadas e perigosas.

Mais uma vez o Sr. Presidente da Câmara aos autos não disse nada e inventou para aí um conjunto de circunstâncias. O Senhor tem que me dizer quem foi que disse que eu disse que o Senhor dormia em Hotéis de Luxo?

Eu acho que tenho dado aqui provas que tenho sido sempre uma pessoa idónea e só alertava para estas situações. Eu só quero que isto fique esclarecido para seu bem e para meu bem. Porque não fui eu que levantei isso.

Não percebo porque o Senhor está com esse à vontade todo agora e porque é que não me deu as respostas no momento certo?

Podia ter sido tudo muito mais fácil.

O Senhor mandou-me ir para lá e agora diz que eu pergunto nos serviços. Eu falei com o Sr. Diretor de Departamento e falo, às vezes, com o seu adjunto que é uma pessoa da sua confiança. Eu ando aqui com subterfúgios?

Sr. Presidente veja se ouve o que eu digo.



Quando eu disse “meteram as mãos no baú”. Eu já aqui disse hoje três vezes que metade da Comissão Política do Partido Socialista está empregue aí, o que me indigna.

O Senhor sabe o que é que me disse há dias quando lhe perguntei por determinadas situações e o Senhor sabe qual foi a resposta que me deu, não sabe? O Senhor disse que estavam cá da mesma maneira como estavam outras pessoas antigamente.

Vamos lá ver se pomos as coisas no sítio. Eu só lhe perguntei a si uma vez: Qual é o critério para entrarem aqui pessoas? E o Senhor respondeu-me que não era nenhum anjo. E perguntei ao Sr. Vice-Presidente na qualidade de Presidente do Partido Socialista e respondeu-me a mesma coisa. Que não era nenhum anjo. E eu também não sou nenhum anjo. Se o Senhor está a querer que eu ponha aí a lista, o Senhor ainda agora falou em cento e dezasseis mas são cento e quarenta e quatro. Estão quinze na BLC, para onde vão todos os meses quinze mil euros e eu sei muito bem para quê? Não me tentem aqui amesquinhar. Eu não preciso da política para nada.

O Senhor está aí a querer meter os pés pelas mãos. A verdade é que eu perguntei aqui por muitas situações e pedi-lhe para concretizar e o Senhor não concretizou nenhuma. Essa é que é a verdade.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Não vale a pena uma pessoa se chatear porque temos que dar a diferença. Mas eu gostava de perguntar ao Sr. Deputado António Lopes se algum dia me pediu as contas do relvado do campo de futebol de Oliveira do Hospital?

O Sr. António Lopes não quer ser anjo mas às vezes quer me parecer que tem umas asas.

Poderia contar muitas histórias mas no tempo oportuno serão contadas.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto IV - Apreciação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2013, que foi aprovado por maioria, com seis abstenções e um voto contra.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2013.

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2013, que foi aprovado por maioria e com seis abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa.

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VI - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, que foi aprovado por maioria e com seis abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto é referente ao Protocolo de Apoio às Freguesias. Já tinham sido aprovados duzentos e cinquenta mil euros e agora são outros duzentos e cinquenta mil euros que faltava aprovar para perfazer a totalidade dos quinhentos mil euros. Haverá um pagamento em maio e depois haverá outro pagamento em outubro.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“ Sr. Presidente eu folgo que venha aqui essa proposta de atribuição dessas verbas às Juntas de Freguesia. Já há pouco o Sr. Agostinho Marques aqui fez uma referência a isso e eu não podia deixar também de fazer uma referência. Se bem estamos lembrados, alguns de nós que têm andado aqui já há mais tempo aqui pelas lides autárquicas, particularmente os que estiveram à frente dos Executivos das Juntas de Freguesia como Presidentes sabem bem o estado de coisas que se passavam antes deste Executivo entrar para esta Câmara Municipal. Como sabem os dinheiros eram distribuídos consoante a cara dos Presidentes de Junta e havia uma verba ridícula que andou durante vários anos de Orçamento em Orçamento para os Protocolos das Juntas de Freguesias. Se bem se recordam era uma verba de cento e vinte mil euros.

Esta Câmara, este Executivo e este Presidente entenderam, e muito bem, reforçar essa verba para níveis realmente superiores. O Sr. Presidente da Câmara já disse que a sua vontade seria até reforçar ainda mais estas verbas para as Juntas de Freguesia.

Claro que os Presidentes de Junta de Freguesia estão sempre na expectativa, eu também estou, de ter sempre mais algum dinheiro para o podermos aplicar em prol e em benefício das populações. Folgo que este Protocolo venha aqui à Assembleia Municipal.

Aqui, olhos nos olhos, faço aqui um desafio e lanço um repto à oposição que neste Ponto não se abstenham porque vos fica mal e seguramente que os Presidentes de Junta vão registar o vosso sentido de voto.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Tinha prometido que não falava hoje nesta Assembleia porque primeiro teria que ter uma conversa com o Sr. António Lopes. Mas há uma coisa que eu não posso aqui calar. O Sr. António Lopes falou aqui de campos de futebol e eu lamento que o Sr. António Lopes tenha vindo aqui dizer nesta tribuna que era para uns rapazes jogarem e que nem são daqui. Sr. António Lopes, sinceramente, eu tenho pena e lamento que o Sr. tenha dito isto porque o Senhor que até é Dirigente de uma Associação Desportiva neste Concelho não tenha e não queira ver a quantidade de rapazes e raparigas, jovens, que andam nesses campos de futebol. Eu não podia calar isto.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. António Lopes tem provas dadas no apoio às Coletividades e portanto não aceita lições de toda a gente. Isto não é com menos respeito pelo meu amigo que sabe que o respeito e considero muito.

O problema é que em tudo o que aqui se diz, eu digo alhos e vocês querem perceber bugalhos.

Eu sou um fervoroso adepto do desporto, disse o que disse em Lagares e voltava a dizê-lo amanhã, e disse em Lagares que prefiro ver um campo de futebol que uma cadeia. Eu sei bem o que digo.

O campo de Lagares foi discutido aqui nesta Assembleia com alguma oposição e eu votei a favor. Onde é que está a incoerência?

Eu já disse aqui que sobre o campo de Oliveira do Hospital, e eu não tenho nada contra o Oliveirense, já lá pus cento e vinte e cinco mil euros, o que eu disse aqui foi: Se perante a conjuntura que temos e perante a Lei dos

Compromissos, etc, etc, se foi a melhor opção. Eu digo uma coisa e os Senhores querem entender outra.

Eu não sou contra o desporto. Eu disse que se pudesse tinha feito um campo em cada Freguesia. Não ouviu essa parte?

Só vim aqui para dizer que naturalmente voto favoravelmente para as Juntas de Freguesia e tenho pena é de não poder votar mais.

Esta é a minha luta ando a dizer que se calhar gasta-se onde não se deve e esse dinheiro podia ser entregue às Juntas, sempre fui um dos grandes defensores e foi um dos grandes trabalhos e méritos e dos tais conselhos que aqui preconizei foi o trabalho que se fez com os Senhores Presidentes de Junta.

Queria hoje, ao deixar as funções que deixei, agradecer a colaboração. Contem comigo sempre que for necessário. Aquilo que fui no passado serei agora e não é por algumas pessoas passarem esponjas onde não devem que o Sr. António Lopes se muda porque eu, como disse, não ando aqui pelos partidos, ando aqui pelo Concelho.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VII - Aprovação, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, que foi aprovado por maioria e com cinco abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do projeto de alteração ao Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Foi feita esta alteração ao Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Oliveira do Hospital que esteve em apreciação pública.

Foi feita uma reunião com os proprietários do bares e deliberamos fazer uma alteração no nosso Regulamento.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VIII - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do projeto de alteração ao Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda

ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por maioria e com sete abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao Regulamento da Zona Industrial do Concelho de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta é uma alteração a um Regulamento obsoleto em relação ao preço de venda dos terrenos.

Fizemos uma alteração ao artigo 5º porque o Regulamento dizia que o valor dos terrenos seria o montante que a autarquia despendeu com a sua aquisição e neste caso há a possibilidade, porque hoje os tempos são difíceis, de a Câmara Municipal estabelecer um preço inferior como medida de incentivo à instalação de novos investimentos nos lotes disponíveis para atribuição. Hoje precisamos de flexibilizar muito os custos.

Também alteramos outro artigo que cobrava uma taxa de infraestruturas que hoje não é legal.

Esta é uma maneira de agilizar e vender simbolicamente conforme o interesse do projeto porque hoje o que é preciso é empresários para se instalarem e nós sabemos que competimos com outros Municípios.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto IX - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao Regulamento da Zona Industrial do Concelho de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por maioria e com seis abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto X - Designação, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 31º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro, do representante no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O Dr. Avelino Pedroso solicitou-nos a designação do representante do Município no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte.

Há muitos anos que este Conselho não tem funcionado. Agora pediram a designação do representante do Município é porque estão a pensar reativa-lo e

por isso temos que indicar alguém que nos represente. Penso que o PS tem uma proposta.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a esta designação do representante do Município no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte, o Partido Socialista, já que estamos na área da saúde e dos Agrupamento de Centros de Saúde, propõe a designação da Dra. Aldina Neves para representante do Município nesse Conselho.”

De seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que fez a seguinte intervenção:

“Queremos aqui realçar a importância do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte.

Relembrar que é um Órgão do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte a nível da administração e fiscalização. Tem um papel muito importante as suas competências são, por exemplo: *“dar pareceres sobre os planos plurianuais e anuais de atividade do ACES. Acompanhar a execução dos planos de atividades. Alertar o Diretor Executivo para atos reveladores de deficiências graves na prestação de cuidados de saúde”* e tem muitas outras que estão na lei.

Neste momento o Presidente deste Órgão é o Presidente da Câmara Municipal da Lousã.

Eu sei que já houve uma reunião com o Sr. Diretor Executivo e com a Presidente do Conselho Clínico.

Achamos que é um Órgão muitíssimo importante porque é a oportunidade de facto para poderem ser colocadas questões, dificuldades e constrangimentos do Concelho.

Nós não temos nada a opor ao nome proposto, inclusivamente da última vez já foi o nome proposto, e penso que é consensual, só que dada a orientação do nosso líder nós vamos ter que nos abster.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto X - Designação, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 31º do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 137/2013 de 7 de outubro, do representante no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte, e foi designada a Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves, para representante no Conselho da

Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte, por maioria e com 6 abstenções.

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo quinze horas e quarenta e cinco minutos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente em exercício)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)